



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**BRASÍLIA - DF
MARÇO/2016**



**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 146/2015, da Portaria TCU nº 321/2015 e das orientações do órgão de controle interno, Portaria CGU nº 522/2015.

**BRASÍLIA - DF
MARÇO/2016**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AACE - Associação dos Analistas de Comércio Exterior
ACE – Analistas de Comercio Exterior
AFC - Analista de Finanças e Controle
AIE - Analista de Infraestrutura
ANA - Agência Nacional de Águas
ANDEPS - Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais
ANEINFRA - Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura
ANESP - Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental
APO - Analista de Planejamento e Orçamento
ASSECOR - Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento
ATI - Analistas em Tecnologia da Informação
ATPS - Analista Técnico de Políticas Sociais
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAEF-GOV - Centro de Altos Estudos e Formação em Governo
CD – Conselho Diretor
CE – Comissão de Ética
CEA-Gov - Centro de Estudos Aplicados em Governo
CEDAM - Centro de Desenvolvimento da Administração Pública
Cetefe - Centro de Treinamento de Educação Física Especial
CGCE - Coordenação-Geral de Comunicação e Editoração
CGEAD - Coordenação-Geral da Educação à Distância
CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas
CGPE - Coordenação-Geral de Projetos de Especiais
CGPROG - Coordenação-Geral de Programas de Capacitação
CGPROJ - Coordenação-Geral de Projetos de Capacitação
CGTI - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGU – Controladoria-Geral da União
CLAD - Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia
CSIC - Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CTI - Comitê de Tecnologia da Informação
DAS – Grupo-Direção e Assessoramento Superiores
DCP - Diretoria de Comunicação e Pesquisa
DDG - Diretoria de Desenvolvimento Gerencial
DFP - Diretoria de Formação Profissional
DGI - Diretoria de Gestão Interna
DN – Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais
EaD -Educação a Distância
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal
EIAPP - Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas
EIE – Especialistas em Infraestrutura
e-MAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
Enap – Escola Nacional de Administração Pública
EPPGG - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
FCT – Função Comissionada Técnica

FG – Função Gratificada
FJP - Fundação João Pinheiro
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FUNCEP - Fundação Centro de Formação do Servidor Público
GLAP - Grupo Latinoamericano por la Administración Pública
HKS - Harvard Kennedy School
IIAS - International Institute of Administrative Sciences
IN – Instrução Normativa
INAIL - Istituto nazionale di previdenza sociale
INTOSAI - Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras
Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI – Lei de Acesso à Informação
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC - Ministério da Educação
MIP – Movimentação Interna de Pessoas
MP - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
OCI – Órgão de Controle Interno
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PAB - Posto de atendimento bancário
PAE - Posto de atendimento eletrônico
PAINT - Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna
PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEI - Planejamento Estratégico Institucional
PETI - Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PI - Planos Internos
PNDP - Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PQVT - Plano de Qualidade de Vida no Trabalho
PR – Presidência da República
Pracima - Programa de Capacitação em Indicadores, Monitoramento e Avaliação
RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna
RG – Relatório de Gestão
SAAP - Salas de Aprendizagem de Alta Performance
SECOM - Secretaria de Comunicação Social
SEGEP - Secretaria de Gestão Pública
SEGU- Sistema de Escolas de Governo da União
SEI – Sistema Eletrônico de Informações
SEPAC - Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento
SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados
SIC – Serviço de Informação ao Cidadão
SIG – Sistema Integrado de Gestão
SIMEC - Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças
SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SOF - Secretaria de Orçamento Federal
SPIUnet - Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UnaconSindical - Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle
UnB – Universidade de Brasília
W3C - World Wide Web Consortium
WCAG - World Content Accessibility Guide

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro 2 - Processos constituintes da Cadeia de Valor da Enap (2011)

Quadro 3 - Histórico do projeto de mapeamento de processos na Enap

Quadro 4 – Total de participantes no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras – 2014/2015

Quadro 5 - Ações de relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Quadro 6 - Planos orçamentários (PO)

Quadro 7 – Ações não Previstas LOA do exercício 2015 – Restos a Pagar – OFSS

Quadro 8 – Despesas por modalidade de contratação

Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 10 – Indicadores de Desempenho

Quadro 11 – Força de trabalho da UPC

Quadro 12 – Distribuição da lotação efetiva

Quadro 13 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Quadro 14 – Despesas do pessoal

Quadro 15 - Servidores por faixa etária

Quadro 16 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Quadro 17 – Contratos de terceirização de mão de obra

Quadro 18 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

Quadro 19 - Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional

Quadro 20 - Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UPC

Quadro 21 – Sistemas da Enap relacionados aos principais macroprocessos

Quadro 22 - Aspectos da Gestão Ambiental

Quadro 23 - Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição por região das instituições da Rede de Escolas de Governo

Figura 2 - Percentual de distribuição por região das instituições da Rede de Escolas de Governo

Figura 3 - Cadeia de Valor da Enap (2011)

Figura 4 - Macroprocesso Gestão Acadêmica

Figura 5 - Mapa estratégico da Enap

Figura 6 - Estratégias de atuação da Enap - 2015

Figura 7 - Distribuição das instituições participantes do Programa Enap em Rede

Figura 8 - Percentual de capacitações em 2015 por região

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição das capacitações por esfera administrativa

Gráfico 2 - Quantidade e percentual de capacitações por estado

Gráfico 3 - Evolução das capacitações presenciais 2011 a 2015

Gráfico 4 - Índice de atratividade em turmas abertas

Gráfico 5 - Meta x Execução em turmas exclusivas

Gráfico 6 - Total de capacitações Enap de 2010 a 2015

Gráfico 7 - Total de capacitações em desenvolvimento gerencial - 2015

Gráfico 8 - Capacitações presenciais e a distância (2013 a 2015)

Gráfico 9 - Número de pedidos recebidos por mês

Gráfico 10 - Registros de atestados médicos por mês em 2015

Gráfico 11 - Dias de afastamento por mês

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

- 1.1 Finalidade e competências
- 1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade
- 1.3 Ambiente de atuação
- 1.4 Organograma
- 1.5 Macroprocessos finalísticos

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

- 2.1 Planejamento Organizacional e Desempenho Operacional
- 2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos
- 2.3 Desempenho orçamentário e financeiro
- 2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3. GOVERNANÇA

- 3.1 Descrição das estruturas de governança
- 3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados
- 3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna
- 3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos
- 3.5 Gestão de riscos e controles internos

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

- 4.1 Canais de acesso do cidadão
- 4.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários
- 4.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade jurisdicionada
- 4.4 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

- 5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos
- 5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade
- 5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

- 6.1 Gestão de Pessoas
- 6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura
- 6.3 Gestão da Tecnologia da Informação
- 6.4 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.
- 6.5 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

- 7.1 Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno
- 7.2 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

7.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

7.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

8. PARECER OU RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

9. RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

10. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

10.1 Integridade e completude dos registros de informações no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

10.2 Integridade e completude do atendimento dos requisitos da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

10.3 Integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

10.4 Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

10.5 Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício de 2015 da Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap) está estruturado nos termos da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria TCU nº 321/2015. Dessa forma, o Relatório inicia a seção Visão Geral da Unidade apresentando a finalidade e as competências da Escola, suas normas e regulamentos, seu ambiente de atuação, o organograma até o nível de Coordenação-Geral e os macroprocessos mapeados da Escola.

Os capítulos seguintes (2, 3 e 4) referem-se, respectivamente, ao planejamento organizacional e desempenhos orçamentário e operacional, a informações sobre a governança (estrutura, auditoria interna e controles internos) e ao relacionamento da Enap com a sociedade (canais de acesso, grau de satisfação dos usuários, transparência das informações institucionais e questões sobre acessibilidade).

O capítulo 5 contempla o desempenho financeiro e informações contábeis. O capítulo 6 trata as áreas especiais da gestão (pessoas, patrimônio e infraestrutura, tecnologia da informação e gestão ambiental e sustentabilidade). O capítulo 7 apresenta informações sobre o atendimento de demandas de órgãos de controle e de legislações específicas.

Os capítulos 8 e 9 tratam, respectivamente, da apresentação de relatório/parecer da Auditoria Interna e da área de correição. O capítulo 10 traz as declarações sobre a integridade e o registro de informações relevantes em sistemas estruturantes da Administração Pública Federal. Por fim, a seção dos Anexos apresenta quadro com os contratos que tiveram redução de gasto em 2015, as demonstrações contábeis e a descrição dos projetos de TI desenvolvidos.

Além dos resultados que serão relatados ao longo das seções deste Relatório de Gestão, merecem também destaque as seguintes realizações da Enap durante o ano de 2015:

- ✓ Aproximadamente 90 mil capacitações, sendo cerca de 75 mil em cursos a distância.
- ✓ Parceria com o IPEA para realização de **Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Desenvolvimento**, com o objetivo de formar e capacitar técnicos e gestores públicos capazes de contribuir com o Estado na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento. Contou com 878 inscritos de 24 estados da federação e 409 servidores realizaram a prova escrita. As provas objetivas e a redação, de caráter classificatório, foram realizadas em 2015. As demais etapas (pré-projeto, análise de memorial, currículo e entrevista) ocorreram no início de 2016, assim como o início do curso. O Mestrado é gratuito, com oferta de 40 vagas para servidores públicos federais. Terá carga-horária de 495 horas-aula.
- ✓ Divulgação do **20º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal**, que nesta edição contou com 102 inscrições válidas. Criação de um **sistema informatizado** para gerenciamento de todas as etapas do Concurso e inserção da temática da **sustentabilidade** como critério de avaliação e, nessa edição comemorativa, como menção honrosa, ao lado das 10 iniciativas a serem premiadas. A premiação ocorrerá em março de 2016 com apresentação das iniciativas vencedoras e divulgação da classificação final. Ainda em 2015, houve a premiação, com visitas técnicas internacionais, das 10 iniciativas classificadas na 19º edição do Concurso. O concurso é realizado com o apoio de Embaixadas e instituições internacionais, que prestam apoio à premiação das equipes, por meio da concessão de passagens aéreas, diárias e apoio logístico para a realização de missões técnicas

internacionais, em que as iniciativas premiadas são apresentadas aos interlocutores de outros países e o intercâmbio de boas práticas é realizado.

- ✓ Realização do **Seminário Internacional “Papel do Estado no Século XXI: desafios para a gestão pública”**. Durante o evento foram realizadas sessões magnas e sessões interativas, com a participação de lideranças governamentais, pensadores nacionais e internacionais para debater o futuro do Estado e os desafios postos aos seus líderes para fortalecer a gestão pública como instrumento catalisador do processo de desenvolvimento das nações. O Seminário contou com a participação de mais de 800 servidores públicos.
- ✓ Publicação de 04 edições da **Revista do Serviço Público (RSP)** e de uma **Edição Especial da RSP** em inglês com autores convidados que apresentaram trabalhos no Seminário Internacional Papel do Estado no Século XXI: desafios para a gestão pública.
- ✓ Publicação dos **Cadernos Enap**:
 - **Sistema de Escolas de Governo da União: perfil, identidade e desafios para institucionalização (nº 40)** - objetiva apresentar os resultados de pesquisa voltada para o levantamento e sistematização de informações de escolas de governo, realizada pela Enap, com vistas a delinear o seu perfil e oferecer suporte a programas estratégicos de integração e fortalecimento dessas instituições.
 - **Repositório Institucional da Enap: um processo de construção coletiva do conhecimento (nº 41)** - com o objetivo de apresentar as etapas de concepção, implementação, disseminação e gestão do Repositório para, assim, viabilizar o compartilhamento dessa experiência com outras instituições públicas que pretendam se aprofundar na temática da gestão do conhecimento.
 - **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas (nº 42)** – com o objetivo de atender à necessidade de se ampliar o debate sobre o perfil de composição, remuneração, recrutamento e aposentadoria dos servidores públicos federais.
 - **Escolas de governo: perfis, trajetórias e perspectivas (nº 43)** – com o objetivo de divulgar informações sistematizadas e abrangentes sobre o tema das escolas de governo no ambiente nacional e internacional, com base em levantamentos e pesquisas produzidos a partir de trabalhos desenvolvidos por servidores da própria Enap, discutidos em congressos nacionais e internacionais do campo da administração pública.
- ✓ Publicação do livro **Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação**, também na versão em inglês, que discute os principais resultados obtidos pela pesquisa Burocracia de médio escalão no Governo Federal, que almejou caracterizar quem são e o que fazem esses ocupantes de cargos intermediários do Governo Federal em diferentes setores. Esta coletânea traz importantes reflexões sobre o Estado brasileiro, especialmente no que diz respeito a sua burocracia.
- ✓ Atualização do folder **Servidores Públicos Federais – perfil 2015** – traz um panorama atual da força de trabalho na administração pública, além de sua evolução ao longo dos anos.

- ✓ A **Casoteca** é um espaço virtual para divulgação do conhecimento e de novos métodos de ensino. Propõe a participação de professores, alunos, servidores, pesquisadores e colaboradores de diversas áreas na elaboração de estudos de caso para a capacitação de profissionais. Em 2015 foram publicados 25 casos (14 em português, 06 em espanhol e 05 em inglês). Houve também a realização de duas **Oficinas sobre Metodologia de Estudos de Caso**, cujo objetivo é ampliar conhecimentos sobre o tema e desenvolver habilidades para elaboração e uso da metodologia de estudos de caso, considerada um importante instrumento pedagógico para o ensino aplicado. Essas oficinas capacitaram 50 servidores. Por fim, o acervo da Casoteca contava ao final de 2015 com 70 casos em português, 15 em inglês e 12 em espanhol.
- ✓ Realização de 02 **Cafés com Debate**, que abordaram os seguintes temas:
 - “Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) no Brasil: desafios gerenciais de sua implementação”, com 168 participantes.
 - “Transparência e Combate à Corrupção no Brasil: medidas adotadas e a Lei Anticorrupção”, com 110 participantes.
- ✓ Seleção pública para concessão de **bolsas de pesquisa**, com vistas a contribuir para o fomento de pesquisas científicas na área de gestão pública, disseminar o conhecimento gerado e dar subsídio à Administração Pública Federal com informações que colaborem para o aperfeiçoamento da gestão governamental. Ao todo, foram 46 inscrições válidas e quatro bolsistas doutores selecionados para o desenvolvimento de projetos de pesquisa pelo período de 12 meses.
- ✓ **Pesquisas** em andamento durante o ano de 2015 e que serão concluídas em 2016:
 - Profissionalização da Burocracia no Brasil;
 - Inovação em Modelos de Gestão no Setor Público;
 - Pesquisa com egressos da Enap;
 - Pesquisa em parceria com o Ipea sobre a burocracia de infraestrutura.

Com relação às dificuldades encontradas pela Enap para realização de seus objetivos no exercício de 2015, pode-se citar a aprovação tardia do Orçamento Geral da União, o que obrigou a Escola a trabalhar de janeiro a abril de 2015 utilizando-se de duodécimos e prejudicando a execução do orçamento. Também o contingenciamento orçamentário de 40% do previsto na LOA fez com que a Escola reduzisse/revisse seus contratos administrativos continuados, tais como limpeza e vigilância, e adotasse medidas de contenção de gastos com energia elétrica e consumo de água. Além disso, houve readequação/renegociação dos eventos de aprendizagem, momento em que empenhos foram cancelados e priorizou-se o atendimento das instituições públicas via descentralização de crédito.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Finalidade e Competências

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é uma escola de governo do Poder Executivo Federal que oferece formação e aperfeiçoamento em Administração Pública a servidores públicos federais. A missão, a visão e os valores descritos abaixo representam a identidade da Enap e orientam as suas ações.

Missão: Desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas.

Visão: Ser referência em formação e desenvolvimento dos agentes públicos, visando ao seu alto desempenho, e na indução da inovação em gestão pública, a fim de obter resultados para a sociedade brasileira.

Valores:

- ✓ Profissionalização dos servidores públicos
- ✓ Qualidade dos resultados públicos
- ✓ Compromisso com a democracia
- ✓ Respeito à diversidade
- ✓ Compromisso com o diálogo
- ✓ Difusão do conhecimento
- ✓ Criatividade e inovação
- ✓ Incentivo à reflexão

As competências estatutárias da Escola, dispostas no Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008, e alteradas pelo Decreto nº 8.091, de 03 de setembro de 2013, consistem em:

- I. Elaborar e executar programas de formação inicial, de aperfeiçoamento de carreiras, de desenvolvimento técnico-gerencial e de capacitação permanente de agentes públicos;
- II. Prospectar e difundir conhecimento sobre gestão pública;
- III. Fomentar e desenvolver pesquisa na área de gestão pública;
- IV. Prestar assessoria técnica na elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional, e para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas;
- V. Desenvolver e manter projetos de cooperação nacional e internacional;
- VI. Coordenar e supervisionar os programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas escolas de governo da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme o art. 6º, parágrafo único, do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; e
- VII. Instituir e coordenar sistema de escolas de governo da União, nos termos do art. 3º, caput, inciso XIII, do Decreto nº 5.707, de 2006.

A Enap pauta a sua atuação da seguinte forma:

- i. Oferta de cursos de formação inicial, aperfeiçoamento e profissionalização de pessoal civil de nível superior da administração federal para as carreiras do Estado Brasileiro, como as carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e Analista de Planejamento e Orçamento (APO);

- ii. Desenvolvimento de capacitações específicas (por meio de cursos de sensibilização, formação, desenvolvimento técnico-gerencial e pós-graduação) diretamente formuladas para atendimento a temas prioritários do Governo, tais como: infraestrutura para o desenvolvimento, redução da pobreza e superação da miséria, políticas transversais como acessibilidade e direitos humanos, desenvolvimento de políticas sociais, infraestrutura tecnológica de suporte, gestão da regulação, e gestão da inovação e competitividade;
- iii. Apoio na melhoria da gestão e do planejamento estratégico dos órgãos da Administração Pública Federal, por meio de oficinas de planejamento estratégico;
- iv. Atuação na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), tanto na discussão de diretrizes no âmbito do Comitê Gestor da PNDP quanto da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública e Gestão de Pessoas no Serviço Público;
- v. Oferta de cursos de desenvolvimento técnico-gerencial em áreas como comunicação e liderança, desenvolvimento de pessoas (com foco em gestão por competências), ética, cidadania e direitos humanos, gestão da logística pública, planejamento e gestão, gestão orçamentária e financeira, gestão de projetos urbanos, gestão de contratos e convênios, gestão da tecnologia da informação e do conhecimento, gestão de processos e tecnologias e educação, nas modalidades presencial e a distância;
- vi. Atuação junto a órgãos da administração pública federal para construção/implementação conjunta de seus planos de capacitação, tendo como referência o levantamento dos pontos críticos e do mapeamento das competências que serão contempladas nos eventos de capacitação programados;
- vii. Coordenação do Sistema de Escolas de Governo da União, na função de orientadora, articuladora e fomentadora da rede;
- viii. Apoio e participação na Rede de Escolas de Governo, cujo objetivo é o aumento da eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo, visando o compartilhamento de conhecimentos e experiências das escolas de governo, além do incentivo à parceria e à otimização dos esforços para capacitação de servidores;
- ix. Atuação em redes internacionais de escolas de governo e instituições que apoiam a formação de agentes públicos, por meio de cooperação internacional e parcerias com diversos países;
- x. Desenvolvimento de pesquisas e estudos aplicados, promoção a difusão de conhecimento técnico, gerenciamento do acervo documental e bibliográfico, com objetivo de se consolidar como referência na divulgação de informações e conhecimentos nas áreas de gestão e políticas públicas;
- xi. Incentivo às ações de inovação no setor público por meio de premiações e eventos como o Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, a publicação de livros e a construção de um banco de dados com as melhores práticas da Administração Pública Federal (Casoteca).

A implementação das atividades consideradas estratégicas ajuda a retratar o compromisso da Escola no fortalecimento do seu papel de promotor da capacitação de servidores na Administração Pública Federal.

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) teve sua instituição autorizada pela Lei nº 6.871, em 03 de dezembro de 1980, inicialmente como Fundação Centro de Formação do Servidor Público (FUNCEP).

O Decreto nº 93.277, de 19 de setembro de 1986, instituiu a Escola Nacional de Administração Pública explicitamente com a missão de preparar quadros de nível superior para a administração, conforme proposto no terceiro capítulo do Relatório “Criação no Brasil de uma Escola Superior de Administração Pública”, de Sergio Paulo Rouanet. O objetivo da Escola englobaria planejar, coordenar e avaliar as atividades de formação, aperfeiçoamento e profissionalização do pessoal civil de nível superior da Administração Federal. Juntamente com o Centro de Desenvolvimento da Administração Pública (CEDAM), os dois passaram a integrar a estrutura da FUNCEP como Diretorias. Em 28 de dezembro de 1990, pela Lei nº 8.140, a FUNCEP teve a denominação alterada para Fundação Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a mesma sigla da antiga Diretoria.

O Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007, vincula a Enap ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). De acordo com o art. 2º da Lei 6.871, de 1980 e com o art. 2º do Decreto nº 85.524 de 1980, a fundação tem autonomia administrativa, financeira e operacional, sendo que o vínculo com o MP decorre de imposição normativa de que as pessoas jurídicas inseridas na categoria de administração pública indireta estejam obrigatoriamente vinculadas à pessoa jurídica da administração pública direta.

A estrutura funcional vigente está definida em Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 8.091, de 03 de setembro de 2013. O Regimento Interno foi aprovado pela Resolução do Conselho Diretor da Enap nº 03, de 18 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de março de 2014.

1.3 Ambiente de atuação

A relação da Enap com as demais escolas de governo federais, estaduais, municipais e outras instituições internacionais não é pautada pela concorrência, mas sim pela cooperação. O trabalho em rede tem sido o foco das operações da Escola ao longo das últimas gestões, com vistas à promoção do aprendizado e da melhoria contínua das instituições públicas.

O reconhecimento da importância das ações de formação, capacitação e treinamento de servidores públicos foi evidenciado pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, que incluiu um dispositivo, § 2º do art. 39, sobre as escolas de governo:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, o trabalho da Escola junto às redes pode ser dividido em três grandes grupos:

- (i) Coordenação do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que advém da determinação contida no Decreto nº 5.707, de 2006;
- (ii) Coordenação da Rede Nacional das Escolas de Governo, uma iniciativa idealizada pela própria Enap, iniciada em julho de 2003;
- (iii) Participação em redes internacionais de capacitação, no contexto das parcerias internacionais firmadas pela própria Enap.

O Decreto nº 5.707, de 2006, que instituiu a PNDP, atribuiu à Enap a função de organizar e coordenar a ação integrada das Escolas de Governo. No desenvolvimento dos trabalhos entre as instituições, temas comuns afloram para discussões e encaminhamentos: marco regulatório dos cursos de especialização e pós-graduação *lato sensu*, trocas de experiências, desafios e

possibilidades da educação a distância, mecanismos de contratação de docentes servidores públicos e não servidores, problemas relativos à oferta e demanda de cursos de capacitação, entre outros temas relevantes.

A Escola realiza reuniões periódicas para institucionalizar a atuação conjunta e coordenada das escolas de governo da União. O Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) encerrou o ano de 2015 contabilizando a participação de 21 escolas de governo. Dentro desse arranjo institucional, por meio de uma ação coordenada das escolas de governo, busca-se um alinhamento estratégico entre as atividades desenvolvidas pelas instituições voltadas para a formação e capacitação de servidores públicos. O SEGU tem por finalidade o aprimoramento da eficiência no desempenho da força de trabalho do Estado por meio da atuação em rede das escolas de governo federais e o fortalecimento destas instituições a fim de aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos.

O esforço para consolidar-se como um ator relevante na imensa seara representada pela área de recursos humanos do Governo Federal pode ser detectado pelas ações estratégicas elencadas como prioritárias pelo SEGU na reunião de dezembro de 2015: I – incentivar parcerias visando a melhoria das ofertas de capacitações, assim como aperfeiçoem a utilização de recursos, visando a sustentabilidade das Escolas de Governo da União; II – apoiar e fomentar a oferta de cursos interinstitucionais de formação profissional e de aperfeiçoamento aos agentes públicos; III – articular e compartilhar informações acerca das ações institucionais das Escolas de Governo da União; e IV – apoiar e fomentar a produção e a disseminação de conhecimentos sobre a estrutura e funcionamento do Estado, a formulação, execução, acompanhamento e controle de políticas públicas.

Apesar dos desafios conhecidos como a heterogeneidade e complexidade dessas instituições, cabe destacar que passos importantes foram dados no sentido de institucionalizar esse fórum de discussão. Primeiro, a realização da pesquisa sobre o SEGU, publicada na forma de um caderno especial em janeiro de 2015 (Cadernos Enap nº 40)^[1], que disponibiliza um rico conjunto de informações gerenciais e sistematizadas sobre 17 instituições pesquisadas^[2]. Segundo, ressaltam-se as ações junto ao Ministério da Educação (MEC) para viabilizar o credenciamento das escolas de governo como instituições legalmente aptas a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, buscando avançar na tramitação dos processos dentro da Secretaria de Regulação do MEC. Por fim, o alcance de um consenso entre as escolas de governo do SEGU sobre os preceitos básicos destas instituições para serem abordados em um ato normativo.

A Rede Nacional de Escolas de Governo surge a partir da reflexão sobre as novas competências exigidas dos servidores públicos em um contexto de transformações profundas na relação Estado-Sociedade. Em seu primeiro encontro, os representantes da rede firmaram o seguinte compromisso a ser seguido em todos os âmbitos de governo: *cabe às instituições formadoras implementar ações que contribuam para a consolidação de servidores dispostos a enfrentar desafios e a resolver problemas públicos; atentos às realidades locais, nacionais e ao contexto mundial; com disposição para cooperar e trabalhar em equipes, em estruturas novas, menos hierarquizadas, em rede e*

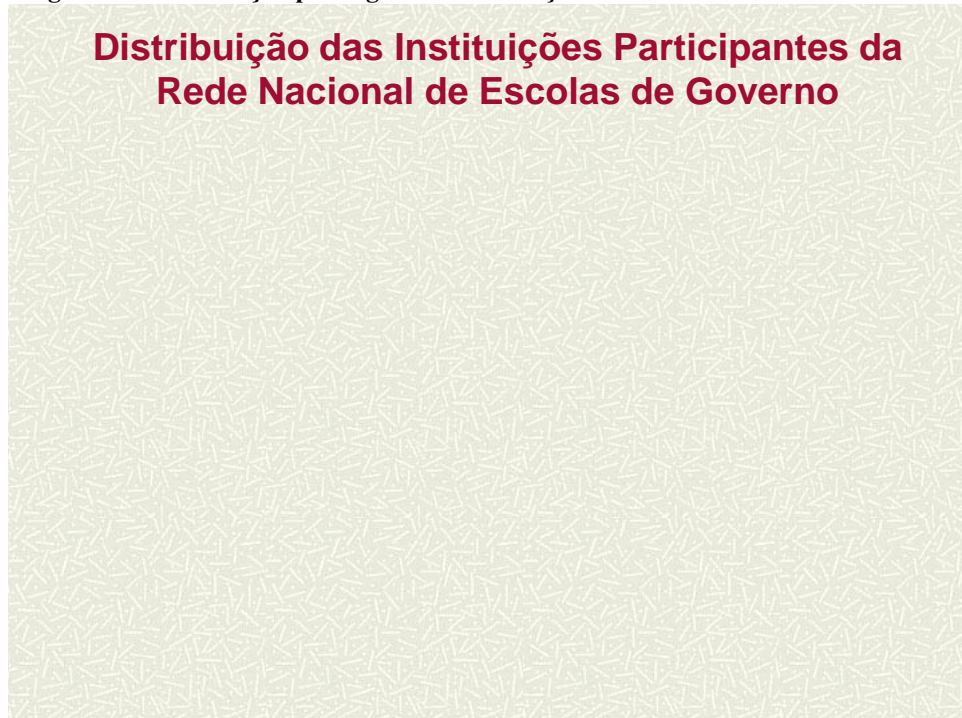
^[1] A primeira etapa da pesquisa foi finalizada em 2014, tendo como foco a caracterização do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU): análises de conteúdo dos normativos (caracterização formal-legal das escolas) e das entrevistas com 41 dirigentes e gestores das 17 escolas de governo que compõem o Sistema (caracterização do perfil de atuação das escolas); análise das ações de ensino e aprendizagem ofertadas pelas escolas do SEGU e a coleta de dados de demanda da Administração Pública por ações dessa natureza.

^[2] Para a realização do trabalho foi realizada exaustiva análise da legislação que estrutura e organiza as 17 escolas de governo. Em complemento, também foram realizadas entrevistas com os dirigentes das instituições.

similares; que se orientem para resultados; com mentalidade de aprendizagem permanente, pensando e agindo estrategicamente; que construam novos padrões e modos de trabalhar.

No momento de sua criação, em 2003, a Rede contava com a participação de representantes de 49 instituições (15 federais, 20 estaduais e 14 municipais). Durante todos os anos seguintes, à exceção de 2011 e 2013, foram realizados encontros nacionais, com o aumento contínuo de instituições participantes, sempre mantendo a característica da heterogeneidade, com representações dos níveis municipal, estadual e federal, provenientes de organizações vinculadas ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário. Em dezembro de 2015, a Rede de Escolas de Governo contava com 258 instituições cadastradas, sendo 95 federais, 101 estaduais e 62 localizadas em Municípios. As figuras abaixo ilustram a distribuição geográfica das Escolas de Governo no Brasil.

Figura 1 – Distribuição por região das instituições da Rede de Escolas de Governo



Embora haja um forte desejo de compartilhamento de experiências e de construção de parcerias, as constantes alterações nas equipes e nas direções das instituições participantes da Rede reduzem a capacidade de coordenação de muitas ações. O crescimento da participação na Rede ampliou e diversificou as expectativas de sua atuação, trazendo várias possibilidades de avanço, ao mesmo tempo em que acentuou o desafio de se aprofundarem e se consolidarem os pactos e compromissos para ações efetivas. Conta ainda com uma instância de articulação, o Comitê- Gestor, cujo papel é animar as atividades da Rede e eventualmente assumir diretamente a coordenação de projetos e iniciativas, além do empenho em criar e manter canais regulares de divulgação das atividades das escolas. Tanto a Rede de Escolas quanto o seu Comitê Gestor não possuem uma estrutura própria de apoio e nem de mecanismos próprios de financiamento.

O XI Encontro Nacional da Rede de Escolas de Governo foi realizado em dezembro de 2015. O evento contou com 155 participantes, representando 63 instituições, das esferas federal, estadual e municipal, provenientes de cerca de 20 estados da federação. A programação contemplou a realização de duas mesas com especialistas nacionais e internacionais. Também foram realizados painéis temáticos, com um formato de discussão em torno de um tema, por meio de diferentes enfoques ou abordagens complementares. Durante as sessões dos painéis foram apresentados trabalhos elaborados por servidores e dirigentes das escolas, em formato de *papers* de análise e pesquisa. Os temas abordados foram: perfil e atuação das escolas de governo, desenvolvimento institucional, parcerias interinstitucionais e ensino a distância.

A Enap também participou e colaborou, em 2015, com as seguintes redes internacionais de escolas de governo e administração pública:

International Institute of Administrative Sciences (IIAS): por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Brasil voltou a fazer parte do IIAS em 2008, realizando contribuições anuais e tendo a Enap como instituição que representa o país no Instituto. A Enap também é co-fundadora da instância regional do IIAS na América Latina, o *Grupo Latinoamericano por la Administración Pública (GLAP)*, instituído no México em 2010. Além disso, foi realizado no Rio de Janeiro, no período de 22 a 26 de junho de 2015, o Congresso Internacional do IIAS. O evento reuniu acadêmicos, profissionais, estudantes de doutorado e jovens pesquisadores de diferentes regiões do mundo para discutir a confiança dos cidadãos nos governos, a responsabilidade e a transparência governamentais, as implicações da corrupção e da politização do serviço público, entre outros temas que impactam a gestão e a qualidade do serviço prestado. O presidente da Enap participou como palestrante na cerimônia de abertura. Por sua vez, a diretora de Comunicação e Pesquisa da Escola participou como moderadora do painel *O Papel das Escolas de Governos na Construção de Confiança na Administração Pública*.

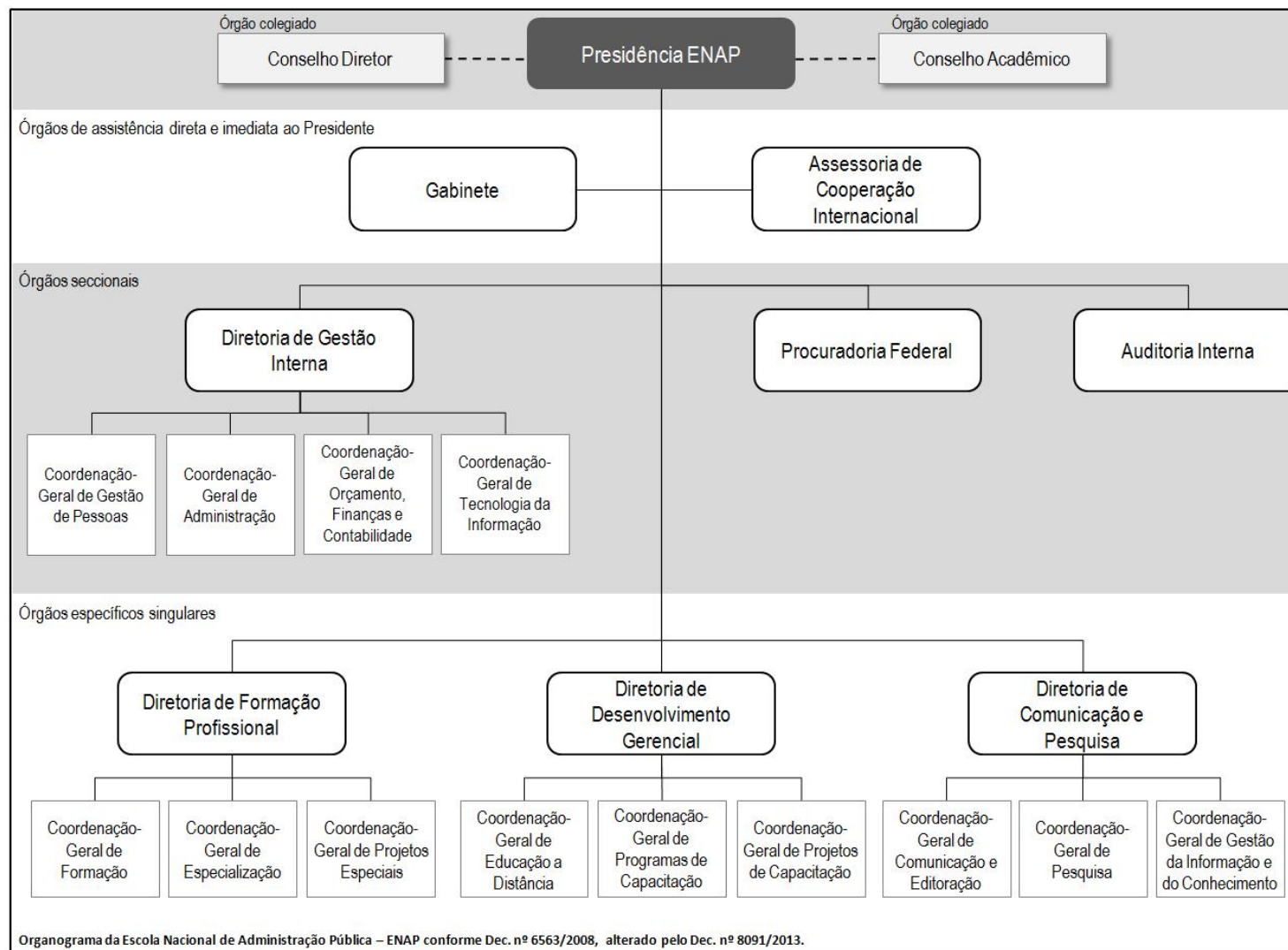
EIAPP/CLAD: a Escola Ibero-Americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP) é vinculada ao Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). A participação brasileira no CLAD é coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, tendo o país ocupado a presidência do Centro no período de 2012 e 2013. A Enap, por sua vez, representa o Brasil nas reuniões do Conselho Acadêmico Assessor da EIAPP e ali firma compromissos de ofertar cursos internacionais anuais, presenciais e a distância, referendados pelo MP. Em novembro de 2015 a Enap realizou, no marco da Programação Acadêmica 2015-2016 da EIAPP/CLAD, o curso presencial “Avaliação de Programas Sociais”, que capacitou 28 servidores públicos ibero-americanos. O curso teve como objetivo promover o debate sobre a importância da avaliação de programas sociais nos países ibero-americanos, bem como contribuir para que os participantes aperfeiçoem sua capacidade de demandar e

utilizar os resultados das avaliações para a melhoria da ação governamental. A Enap ofertou também o curso a distância “Ética e Administração Pública na América Latina” em junho de 2015, que capacitou 35 servidores ibero-americanos e que objetivou promover a consciência ética nas práticas administrativas. Por último, a Escola divulgou e selecionou, em âmbito nacional, diversos candidatos a cursos oferecidos por outras escolas ibero-americanas.

Programa Eurosocial II – Programa para a Coesão Social na América Latina: trata-se de programa da Comissão Europeia para a cooperação entre a Europa e a América Latina. Seu objetivo é contribuir para a mudança nas políticas públicas a fim de melhorar a coesão social por meio da aprendizagem entre pares e do intercâmbio de experiências entre instituições homólogas de ambas as regiões. No contexto do Programa, a Enap apoiou a realização de diversas atividades no Brasil e no exterior em 2015, tais como:

- Visita de representantes do INAIL da Itália ao Ministério da Previdência Social, em julho de 2015, para discussão dos desafios para melhorar a seguridade social no Brasil.
- Curso Internacional Desenvolvimento e Proteção Social na América Latina e Europa, realizado em outubro de 2015 na Enap. Seu objetivo foi analisar as experiências recentes de políticas de proteção social na Europa e América Latina e reavaliar a trajetória brasileira, com o intuito de qualificar a discussão sobre os desafios futuros para a consolidação de nossas políticas sociais.
- Encontro Anual do Programa e reunião do Conselho de Orientação do Programa, realizado em outubro de 2015 em Madri e que contou com a participação de uma servidora na Enap. Na ocasião discutiram-se os avanços obtidos pelo Programa em 2015, apresentaram-se os resultados alcançados e analisou-se o papel do EUROsociAL como programa regional da União Europeia para a coesão social na América Latina.

1.4 Organograma Funcional



Quadro 1 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

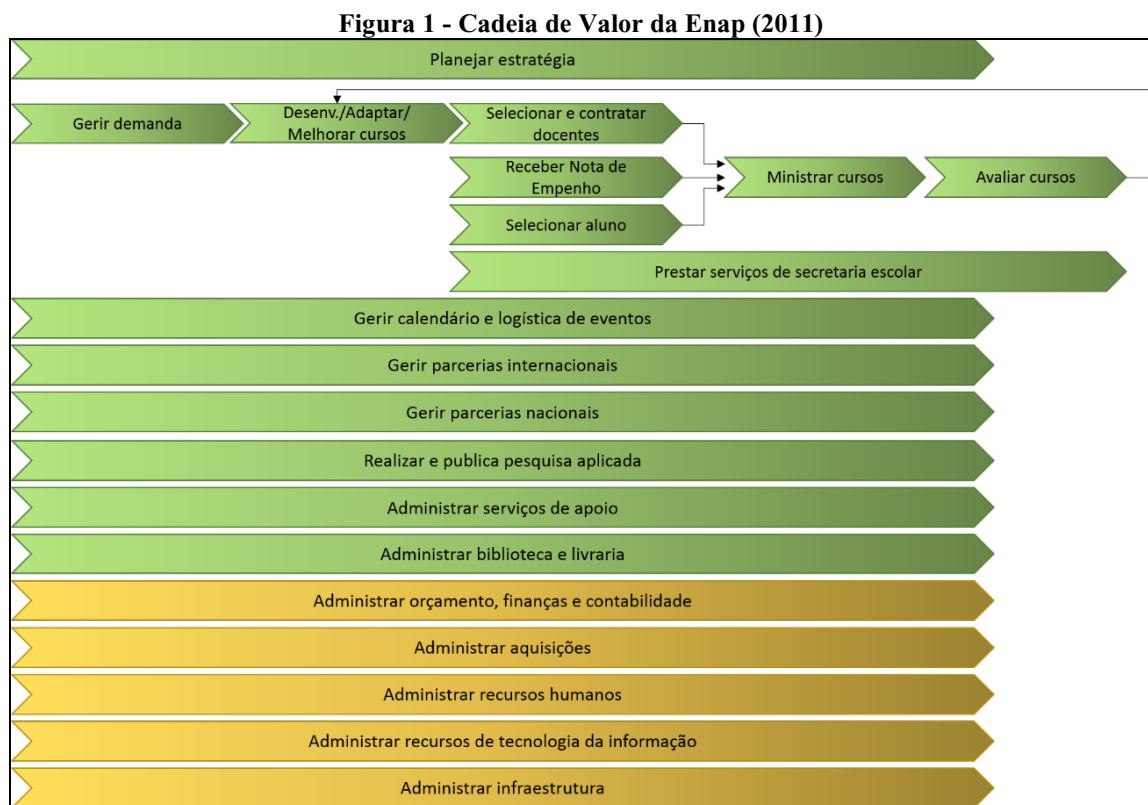
Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Exercer a direção superior da Enap, bem como definir as orientações estratégicas e gerais para as suas atividades e aprovar os atos pertinentes ao funcionamento da Enap.	Paulo Sergio de Carvalho	Presidente	01/01 a 09/02/2015
		Gleisson Cardoso Rubin		19/03 a 31/12/2015
Gabinete	Assistir ao Presidente no preparo e despacho do expediente, nas relações interinstitucionais e articulações internas necessárias à execução das atividades da Enap, bem como na elaboração e monitoramento do seu planejamento estratégico.	Handemba Mutana Poli dos Santos	Chefe de Gabinete	01/01 a 09/03/2015
		Aline Ribeiro Dantas de Teixeira Soares		19/03 a 31/12/2015
Assessoria de Cooperação Internacional	Exercer as atividades relativas ao intercâmbio e cooperação técnica com entidades no exterior.	Luis Henrique D'Andrea	Chefe da Assessoria	01/01 a 01/07/2015
		Cecília Ishikawa Lariú		01/07 a 31/12/2015
Procuradoria Federal	Representar judicial e extrajudicialmente a Enap, exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à Escola e promover a apuração da liquidez e certeza dos créditos de qualquer natureza, inerentes às atividades da Enap, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.	Rafael Sérgio Lima de Oliveira	Procurador-Chefe	01/01 a 31/12/2015
Auditoria Interna	Verificar a conformidade às normas vigentes dos atos de gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos e operacionais, planejar e executar auditorias preventivas e corretivas, acompanhar a execução física e financeira e os resultados obtidos na aplicação dos recursos, bem como prestar informações e acompanhar as solicitações oriundas dos órgãos de controle interno e externo.	Genário Viana Filho	Auditor Interno	01/01 a 31/12/2015
Diretoria de Gestão Interna	Planejar, coordenar, controlar e avaliar a execução das atividades de gestão de pessoas, de serviços gerais, de organização e modernização administrativa, de logística de eventos, de secretaria escolar, de acervo documental, de tecnologia de informação e de planejamento, orçamento e contabilidade da Enap.	Aíla Vanessa David de Oliveira Sousa	Diretor	01/01 a 27/03/2015
		Cassiano de Souza Alves		27/03 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	Efetuar atividades relacionadas à administração, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, à assistência da saúde, e à qualidade de vida dos servidores, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil (SIPEC).	Maria Inês de Mello Espínola Dias	Coordenador-Geral	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Administração	Efetuar atividades de logística, licitações, compras e contratos, secretaria escolar, patrimônio e emissão de passagens aéreas e diárias.	Ivan de Almeida Guimarães	Coordenador-Geral	01/01 a 01/10/2015
		Fernando Rodrigues da Rocha		16/06 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Planejar, coordenar, analisar e controlar os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e contábil da Enap.	Elisa Akemi Nagatani	Coordenador-Geral	01/01 a 31/12/2015

Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	Coordenar o planejamento e a execução das ações de gestão dos recursos de Tecnologia da Informação (TI), incluídas aquelas relativas às instalações de infraestrutura e serviços de TI, sistemas de informação, governança de TI e gestão da segurança da informação e das comunicações.	Fernando Escobar	Coordenador-Geral	01/01 a 22/04/2015
		Wesley Rodrigo Couto Lira		22/04 a 31/12/2015
Diretoria de Formação Profissional	Realizar atividades de formação, especialização e aperfeiçoamento profissional e outras voltadas à obtenção de requisitos para promoção em carreiras estruturadas da Administração Pública Federal.	Maria Stela Reis	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Formação	Efetuar atividades inerentes à formação inicial e ao aperfeiçoamento profissional para integrantes de carreiras na Administração Pública Federal.	Cláudia Antico	Coordenador-Geral	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Especialização	Efetuar atividades inerentes à oferta de cursos de especialização profissional em nível de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	Carmen Isabel Gatto	Coordenador-Geral	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral Geral de Projetos Especiais	Efetuar atividades inerentes a projetos especiais de capacitação para atender a objetivos específicos de órgãos e entidades públicos, com vistas ao seu desenvolvimento institucional e ao aperfeiçoamento de políticas públicas.	Denis Sant'Anna Barros	Coordenador-Geral	01/01 a 28/07/2015
Diretoria de Desenvolvimento Gerencial	Efetuar atividades relacionadas a programas de desenvolvimento técnico-gerencial e de capacitação permanente de agentes públicos e de assessoria técnica na elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional, e para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.	Paulo Marques	Diretor	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Educação a Distância	Efetuar atividades inerentes ao ensino a distância, no âmbito dos cursos e programas de desenvolvimento técnico-gerencial e de capacitação permanente de servidores e agentes públicos, e assessorar instituições públicas na estruturação de ações de educação a distância.	Natalia Teles da Mota Teixeira	Coordenador-Geral	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Programas de Capacitação	Efetuar atividades inerentes aos programas de capacitação, inclusive referente à atuação da Enap em território nacional, por meio de capacitação de agentes públicos.	Márcia Serôa da Motta Brandão	Coordenador-Geral	01/01 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Projetos de Capacitação	Efetuar atividades inerentes a projetos de capacitação e de desenvolvimento técnico-gerencial de servidores e agentes públicos e ao assessoramento técnico na elaboração de estratégias e projetos de desenvolvimento institucional de instituições públicas e de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.	José Mendes de Oliveira	Coordenador-Geral	13/10 a 31/12/2015
Diretoria de Comunicação e Pesquisa	Realizar atividades de estudos aplicados, editoração e difusão técnica, acervo bibliográfico, com vistas à consolidação e divulgação de informação e de conhecimentos relativos à gestão pública.	Pedro Luiz Costa Cavalcante	Diretor	01/01 a 27/05/2015
		Marizaura Reis Camões		27/05 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Comunicação e Editoração	Efetuar atividades inerentes ao processo de comunicação e divulgação e à editoração.	Luis Fernando de Lara Resende	Coordenador-Geral	01/01 a 04/05/2015
		Janaína Cordeiro de Morais Santos		04/05 a 31/12/2015
Coordenação-Geral de Pesquisa	Efetuar atividades inerentes às pesquisas e estudos aplicados à administração pública.	Marizaura Reis de Souza Camões	Coordenador-Geral	01/01 a 27/05/2015
		Pedro Lucas de		22/07 a

		Moura Palotti		31/12/2015
Coordenação-Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento	Promover um ambiente favorável à sistematização, produção e disseminação do conhecimento e planejar, coordenar, orientar e avaliar as atividades inerentes à captura, armazenamento, recuperação, uso, reuso, compartilhamento e difusão da informação, inclusive por meio de tecnologias e de redes colaborativas.	Claudia Cristina Muller	Coordenador-Geral	01/01 a 14/09/2015
		Andrea de Faria Barros Andrade		14/09 a 31/12/2015

1.5 Macroprocessos Finalísticos

Desde 2011, os macroprocessos da Enap, tanto os finalísticos quanto os de apoio, vêm sendo objeto de identificação e, alguns deles, de mapeamento. Em 2011, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), no âmbito de um estudo organizacional envolvendo também o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi construída a Cadeia de Valor da Enap. Identificaram-se, à época, oito macroprocessos finalísticos e cinco macroprocessos de apoio, totalizando 13 macroprocessos, conforme demonstrado na Figura 01 e no Quadro 02, a seguir.



Quadro 2 - Processos constituintes da Cadeia de Valor da Enap (2011)

Cadeia de Valor da Enap (2011)	
MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	1. Planejar Estratégia
	2. 2.1 Gerir Demanda; 2.2 Desenv./Adaptar/Melhorar cursos; 2.3 Selecionar e contratar docentes; 2.4 Receber nota de empenho; 2.5 Selecionar aluno; 2.6 Ministrar cursos; 2.7 Avaliar cursos; 2.8 Prestar serviços de secretaria escolar.
	3. Gerir Calendário e Logística de Eventos
	4. Gerir Parcerias Internacionais
	5. Gerir Parcerias Nacionais
	6. Realizar e Publicar Pesquisa Aplicada
	7. Administrar Serviços de Apoio
	8. Administrar Biblioteca e Livreria
MACROPROCESSOS DE APOIO	1. Administrar Orçamento, Finanças e Contabilidade
	2. Administrar Aquisições
	3. Administrar Recursos Humanos
	4. Administrar Recursos de Tecnologia da Informação
	5. Administrar Infraestrutura

Em 2013, a Enap contratou serviços de mapeamento de processos tomando por base a Cadeia de Valor elaborada em 2011. A partir de então, iniciou-se o trabalho de mapeamento que foi realizado até meados do ano de 2015, conforme histórico resumido relacionado no Quadro 03 a seguir.

Quadro 3 - Histórico do projeto de mapeamento de processos na Enap

Período	Principais ações realizadas
29/mai/2013	Aprovação do Projeto pelo Conselho Diretor da Enap.
24/jun/2013	Apresentação do Projeto ao Colegiado Gerencial da Enap.
09/jul/2013	Assinatura do contrato com a empresa Elo Group.
18 a 23/jul/2013	Capacitação de servidores da Enap pela empresa (Conteúdo sobre gestão por processos, divididos em partes teórico-conceituais e de dinâmica em grupos, com o objetivo de alinhamento de conceitos e metodologias).
Set/2013 a abr/2014	Mapeamento do processo “ Selecionar e Contratar Colaboradores ”
Dez/2013 a abr/2014	Mapeamento do processo “ Administrar Orçamento, Finanças e Contabilidade ”
Mai/2014 a ago/2015	Mapeamento do processo “ Gestão Acadêmica ”

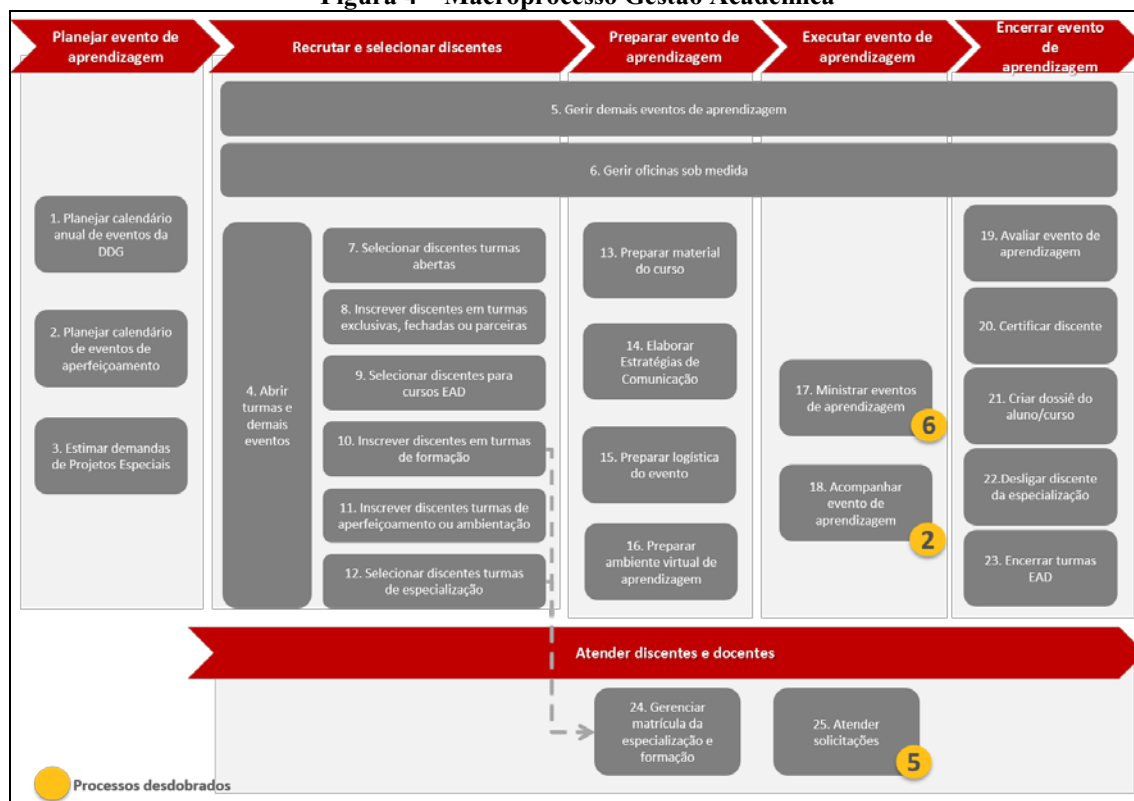
Durante o primeiro ano da atual gestão, verificou-se a necessidade de ajuste tanto em relação à natureza dos macroprocessos identificados, quanto na sua estrutura, o que redundou na reavaliação dos macroprocessos relacionados como finalísticos. Como resultado, três processos foram considerados efetivamente como tal: os processos referentes a ensino (gestão acadêmica), a pesquisa (realizar e publicar pesquisa aplicada) e a eventos (realização de eventos). Considera-se, assim, que os demais são macroprocessos de apoio, em que pese serem extremamente necessários e sensíveis para o desempenho das atribuições estatutárias da Fundação. Dessa forma, serão detalhados neste tópico esses três macroprocessos, sendo que já foi concluído o mapeamento correspondente à Gestão Acadêmica.

Reunidos, esses três macroprocessos finalísticos representam o grande conjunto de atividades pelas quais a Enap cumpre sua missão, gerando valor, em última instância, para a sociedade. De toda sorte, as metas estipuladas e os respectivos resultados alcançados no desenvolvimento de todas as ações referentes ao conjunto total de macroprocessos identificados podem ser consultados na seção “Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional”, subtópico “Planejamento Organizacional” deste Relatório de Gestão.

MACROPROCESSO “GESTÃO ACADÊMICA”

Descrição: Este macroprocesso, já mapeado, é crucial para o cumprimento da missão da Enap, pois consiste basicamente em todo o aparato necessário para a realização dos eventos de capacitação que estão voltados para o *desenvolvimento de competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas*. Este processo envolve praticamente todas as áreas da Escola e consiste em cinco grandes processos sequenciais e um transversal conforme demonstrado na Figura 04: (1) planejar evento de aprendizagem; (2) Recrutar e selecionar discentes; (3) Preparar evento de aprendizagem; (4) Executar evento de aprendizagem; (5) Encerrar evento de aprendizagem; (-) Atender discentes e docentes.

Figura 4 – Macroprocesso Gestão Acadêmica



Produtos e serviços: Os serviços resultantes desse macroprocesso são as capacitações provenientes dos seguintes eventos de aprendizagem:

- Cursos de desenvolvimento técnico-gerencial integrantes do catálogo da Escola ofertados nas modalidades presencial e a distância (com tutoria e sem tutoria), em turmas abertas ou fechadas exclusivas para determinada instituição;
- Seminários técnico-gerenciais;
- Oficinas;
- Cursos do programa de aperfeiçoamento de carreiras;
- Cursos de formação inicial de carreiras;
- Novos cursos;
- Cursos de especialização *lato sensu*;
- Mestrado *stricto sensu*.

Principais clientes: Os clientes diretos do processo gestão acadêmica são os servidores públicos (principalmente os do executivo federal, mas também estaduais e municipais, do judiciário, do legislativo e do Ministério Público) que passam pelos eventos de capacitação realizados pela Escola. A depender do evento de capacitação, a seleção é restrita aos servidores da Administração Pública Federal. Especificamente sobre os cursos a distância sem tutoria, seus clientes podem ser tanto servidores públicos como qualquer cidadão interessado.

Contudo, é importante frisar que um servidor capacitado contribui para a melhoria do desempenho de sua instituição na execução das políticas públicas. Assim, favorece a melhoria do serviço prestado, de maneira que, em última instância, a capacitação ofertada pela Enap atende a necessidade do cidadão brasileiro no seu direito de um serviço público de qualidade.

Subunidades responsáveis: Esse processo envolve várias áreas da Escola dentre as quais:

- As unidades da Diretoria de Desenvolvimento Gerencial (DDG);
- As unidades da Diretoria de Formação Profissional (DFP);
- Serviço de Secretaria Escolar da Diretoria de Gestão Interna (DGI);

- Serviço de Apoio Logístico da Diretoria de Gestão Interna (DGI);
- Coordenação-Geral de Comunicação e Editoração da Diretoria de Comunicação e Pesquisa (DCP).

Importante destacar que o macroprocesso “Gestão Acadêmica” possui relação direta com o macroprocesso “Selecionar e Contratar Docentes” que envolve algumas dessas áreas relacionadas.

Principais insumos: Os fatores (produtos, serviços e informações) que entram na preparação e no desenvolvimento das capacitações são:

- Docentes/facilitadores/tutores contratados;
- Portal da Enap;
- Aluno inscrito;
- Sistema de Gestão Acadêmica (WebCEF);
- Ambiente Virtual para cursos a distância ou com módulos a distância;
- Material didático do aluno;
- Material pedagógico para realização do evento de aprendizagem;
- Sala de aula reservada (no caso dos cursos presenciais);
- Sistema de reserva e logística de salas de aula (WebSAE);
- Serviço de carregadores;
- Repositório Institucional;
- Casoteca de Gestão Pública;
- Formulário de avaliação de reação;
- Material de comunicação (divulgação, sinalização, crachá);
- Termo de Execução Descentralizada (TED) para turmas fechadas exclusivas para uma instituição específica.

Principais fornecedores: Os fornecedores dos insumos do processo “Gestão Acadêmica” podem ser:

- Colaboradores/tutores/facilitadores contratados para ministrar aulas e/ou moderar oficinas;
- Universidade de Brasília – UnB com a qual a Enap possui um Termo de Cooperação cujo objeto refere-se ao provimento de soluções tecnológicas, metodológicas e de gestão que permitam à Enap se posicionar de forma estratégica e inovadora no uso de tecnologias aplicadas à educação;
- Empresa prestadora de serviço de carregadores (para logística das salas de aula).

Principais parceiros: Os principais parceiros que contribuem para a realização das capacitações do “Gestão Acadêmica” são as Escolas de Governo e Institutos Federais integrantes do *Programa Enap em Rede* por meio do qual os cursos de desenvolvimento técnico-gerencial da Enap são ofertados em todos os estados da federação, como descrito mais adiante no processo “Gerir Parcerias Nacionais”.

Como foi conduzido em 2015: No ano de 2015, quando a nova Direção assumiu a gestão da Enap, foram traçados objetivos para o ano que direcionaram o modo de condução do macroprocesso “Gestão Acadêmica”, dentre os quais:

- Atuação da Enap em todos os estados da Federação;
- Recuperação da capacidade de oferta de cursos presenciais;
- Redefinição e ampliação dos programas de aperfeiçoamento para servidores de carreiras estruturadas;
- Ampliação da oferta de Educação a Distância por meio da plataforma Enap Virtual.

MACROPROCESSO “REALIZAR E PUBLICAR PESQUISA APLICADA”

Descrição: O desenvolvimento e o fomento de estudos e pesquisas pela Enap têm o objetivo de subsidiar a administração pública federal com elementos que colaborem com o aperfeiçoamento da gestão governamental, o aprofundamento de reflexões e a busca de soluções para problemas de gestão de políticas públicas. São eixos temáticos da pesquisa: (1) Gestão de pessoas no setor público; (2) Formação e capacitação; (3) Estado e administração pública no Brasil; (4) Gestão pública e inovação; (5) Gestão do conhecimento no setor público; (6) Temas prioritários do Governo Federal.

Produtos e serviços: São resultados do macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada” os seguintes itens:

- *Revista do Serviço Público (RSP):* periódico relevante da área de administração pública brasileira;
- *Enap Didáticos:* a série é preparada por docentes colaboradores e servidores da Escola, voltada ao uso específico nos cursos de oferta regular, editada de acordo com as normas de padronização da Enap e divulgadas em modo eletrônico;
- *Cadernos Enap:* publicação periódica não-regular que visa a divulgar resultados de pesquisa produzidos pela Escola e ensaios sobre temas voltados à gestão pública, geralmente elaborados por servidores da Escola e seus colaboradores;
- *Coletâneas Cadernos EIAPP:* são desdobramentos das atividades de cursos oferecidos pela Enap, no contexto da EIAPP, vinculada ao CLAD;
- *Série Estudos Enap:* tem o objetivo de divulgar dados sistematizados sobre o serviço público federal contribuindo para a consolidação do direito constitucional de acesso à informação e para a produção de conhecimento sobre gestão pública;
- *Casoteca de Gestão Pública:* acervo virtual gratuito de estudos de caso sobre temas de interesse da administração pública que podem ser usados para o ensino e a aprendizagem organizacional;
- *Publicações especiais:* a Enap ainda publica livros para cada edição do Concurso Inovação, traduções de livros reconhecidos na área de políticas públicas, livros relacionados às pesquisas que desenvolve entre outros.

Principais clientes: Os clientes do macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada” são as próprias áreas de ensino da Enap ao terem subsidiados os seus diferentes cursos (capacitação, aperfeiçoamento, especialização), a administração pública federal e a sociedade em geral.

Subunidades responsáveis: O principal responsável por esse macroprocesso é a Diretoria de Comunicação e Pesquisa. Contudo, a depender do projeto/processo, outras áreas da Escola são envolvidas, como a DDG, DFP, ACI e Gabinete.

Principais insumos: Os fatores (produtos, serviços ou informações) que entram no desenvolvimento de “realizar e publicar pesquisa aplicada” variam conforme a natureza do subprocesso, podendo ser:

- Artigos submetidos para publicação na RSP;
- Bolsas de Pesquisa;
- *Software* para aplicação de *survey*;
- Base de dados do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal;
- Serviço de tradução;
- Recursos financeiros para participação em eventos externos;
- Portal da Enap;
- Servidor de banco de dados para a Casoteca;
- Os resultados das oficinas sobre metodologia de estudos de caso realizadas com o intuito de formar multiplicadores da metodologia (dentre colaboradores eventuais da Enap, alunos e servidores da casa e de outros órgãos) e prospectar novos casos.

Principais fornecedores: Os fornecedores dos insumos do macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada” variam conforme o processo:

- *Revista do Serviço Público:* quaisquer pessoas que desejem submeter artigos para publicação segundo as normas e instruções para submissão exigidas pela revista. Também podem ser fornecedores os alunos dos cursos de pós-graduação cujos trabalhos de conclusão possam ser convertidos em formato de artigo científico e submetidos à Revista para publicação.
- *Enap Didáticos, Cadernos Enap e Série Estudos Enap:* bolsistas, docentes colaboradores e servidores da Escola.
- *Coletâneas Cadernos EIAPP:* EIAPP/CLAD.
- *Casoteca de Gestão Pública:* colaboradores eventuais, alunos das oficinas da Casoteca e servidores da Enap e de outros órgãos.
- *Publicações especiais:* o Concurso Inovação é um processo fornecedor das publicações especiais.
- Empresa de serviço de tradução.

Principais parceiros: No contexto do macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada”, a natureza dos parceiros corresponde basicamente a colaboradores pesquisadores, a instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais e a outros órgãos públicos, também nacionais e estrangeiros, interessados na temática em questão. A lista a seguir exemplifica parceiros antigos e atuais de projetos de pesquisas que foram ou estão sendo realizadas:

- Colaboradores pesquisadores que tiveram seus projetos aprovados no processo de seleção via Edital para bolsas de pesquisa;
- *Escuela Iberoamericana de Administración y Políticas Públicas (EIAPP)* vinculada ao *Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (CLAD)*;
- *Canada School of Public Service (CSPS)*;
- *University of Queen* do Canadá;
- *Institute of Public Administration of Canada (IPAC)*;
- Fundação João Pinheiro (FJP);
- Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP);
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea);
- Universidade Federal do ABC (UFABC);
- Universidade de Brasília (UnB);
- Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília (Ceag/ Face/UnB);
- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Inovação e Estratégia da Universidade de Brasília;
- Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPAC/MP).

Como foi conduzido em 2015: A Revista do Serviço Público tem passado por um processo de modernização, com o intuito de alinhá-la aos novos padrões exigidos por associações das áreas de interesse do periódico e por agências de avaliação. Um avanço foi a indexação em bases de busca, já aceita por: *AcademicKeys*, *Diadorim*, e-revistas, *EZB-Eletronic Journals Library*, *Latindex*, *OAJI*, *Google Acadêmico*, *IBBA*, *Periódicos Capes*, *sumários.org*, *Qualis/Capes*, *Citefactor* e *SPELL*. Em 2015 também foi feita chamada pública para número especial da Revista (gestão pública no século XXI – 2015).

Considerações sobre atividades finalísticas da Enap que possuem vínculo com o macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada”:

Como se tomou por base a cadeia de valor da Enap datada de 2011 e a maioria dos processos constituintes ainda não foram mapeados, é importante destacar a dificuldade em estabelecer, neste contexto, o vínculo de algumas atividades finalísticas importantes da Enap com os macroprocessos

elencados. Há atividades importantes da Enap que ainda carecem de análise e que, a partir de um estudo mais aprofundado ou mesmo a partir de seu mapeamento, talvez seja possível identifica-las como subprocessos de alguns dos macroprocessos listados ou então incluí-las na cadeia de valor como grandes processos finalísticos da Escola. São exemplos dessas atividades o Concurso Inovação e o Repositório Institucional:

- **Concurso Inovação:** possui relação muito próxima com o macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada”, contudo, parece apresentar elementos que extrapolam a realização e publicação de pesquisa.
- **Repositório Institucional:** também possui relação muito próxima com o macroprocesso “realizar e publicar pesquisa aplicada”. O Repositório Institucional é um sistema para organizar, armazenar, gerenciar, preservar, recuperar e disseminar documentos em formato digital produzidos no âmbito das atividades da Enap. Ele contém toda a produção técnica e científica provenientes das atividades da Enap.

MACROPROCESSO “REALIZAÇÃO DE EVENTOS”

Descrição: Este macroprocesso, ainda não mapeado, apresenta importantes afinidades com o macroprocesso “gestão acadêmica”, contudo, seus elementos de desenvolvimento possuem peculiaridades que tornam seu fluxo e sua dinâmica diferentes daquele. Os eventos objeto deste processo extrapolam a capacitação de servidores públicos proporcionando circunstâncias e espaços de discussão e de reflexão sobre práticas e políticas públicas e congregando servidores públicos, sociedade, especialistas nacionais e estrangeiros em formatos distintos de um modelo padrão de evento de capacitação.

Produtos e serviços: Os eventos resultantes desse processo são todos aqueles com desenvolvimento e dinâmicas distintos dos eventos padrões de capacitação ofertados pela Escola. Os formatos tradicionalmente realizados pela Enap são:

- Café com Debate;
- Seminários internacionais;
- Eventos relacionados à cooperação internacional (Diálogos Internacionais);
- Recebimento de delegações estrangeiras;
- Premiação do Concurso Inovação;
- Encontros Nacionais de Escolas de Governo;
- Reuniões interinstitucionais.

Principais clientes: Podem ser entendidos como clientes desse processo os participantes dos respectivos eventos podendo ser agentes públicos, instituições públicas nacionais e estrangeiras e cidadãos.

Subunidades responsáveis: As unidades responsáveis variam conforme a natureza do evento podendo ser a Coordenação-Geral de Pesquisa e a Coordenação-Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento da DCP, a Assessoria de Cooperação Internacional, o Gabinete da Presidência ou ainda as Coordenações-Gerais da DFP e da DDG.

Principais insumos: Os fatores (produtos, serviços e informações) que entram no desenvolvimento desses eventos são:

- Palestrantes convidados e/ou contratados;
- Portal da Enap;
- Espaço, equipamentos, materiais e serviços necessários à logística do evento;
- Material de comunicação;

- *Mailing List* dos respectivos públicos para divulgação do evento;
- Correio eletrônico;
- Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para elaboração e envio de ofícios;
- Serviço de tradução simultânea;
- Recursos financeiros.

Principais fornecedores: Os fornecedores dos insumos podem ser os palestrantes convidados e/ou contratados, empresa prestadora de serviços para eventos, empresa prestadora de serviço de tradução simultânea e patrocinadores.

Principais parceiros: Os parceiros que contribuem para a realização dos eventos variam conforme a natureza destes podendo ser especialistas convidados, instituições públicas, Escolas de Governo, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Embaixadas, Agências e Organismos nacionais e internacionais e redes internacionais.

Como foi conduzido em 2015: Houve aumento na realização dos eventos objeto deste macroprocesso, com destaque para a realização do *Seminário Internacional Papel do Estado no Século XXI: desafios para a gestão pública*.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

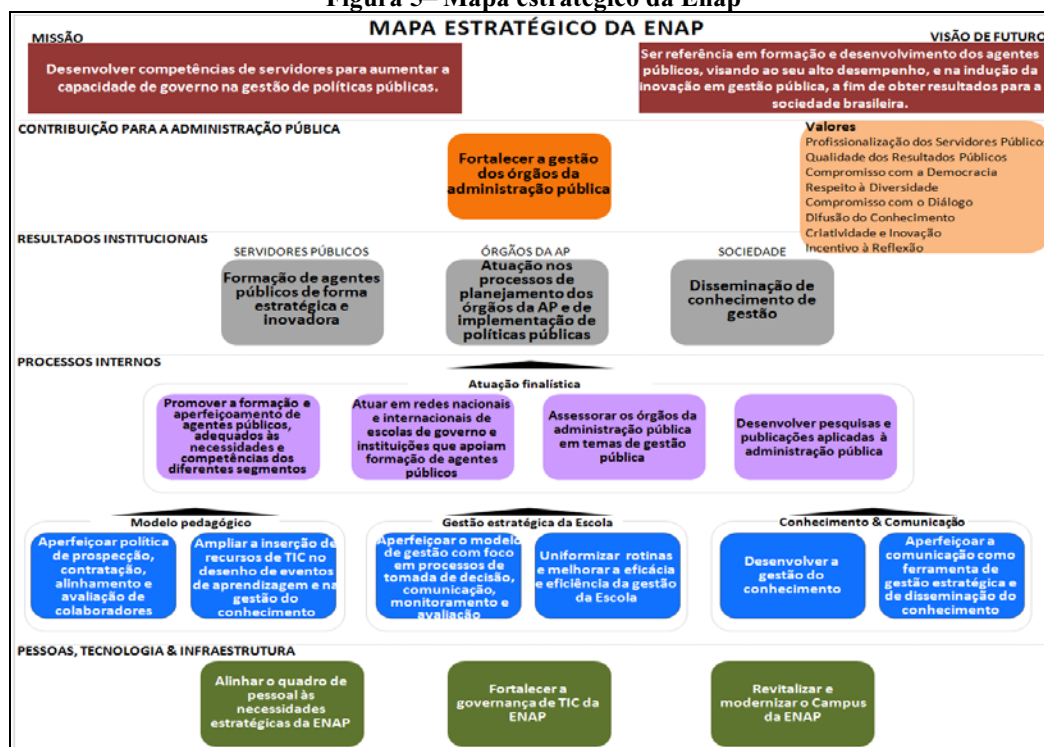
2.1 Planejamento Organizacional e Desempenho Operacional

2.1.1 Descrição dos objetivos do exercício e implementação do planejamento estratégico

Na Enap, os objetivos estratégicos balizam os grandes campos ou eixos de atuação, a partir dos quais o trabalho é organizado e a oferta de serviços à Administração Pública é estruturada, por meio de projetos e/ou iniciativas estratégicas. Tais objetivos estratégicos foram formulados de modo alinhado às declarações estabelecidas para a Missão Institucional, a Visão de Futuro e os Valores Organizacionais.

Visando comunicar melhor a estratégia traçada por meio do planejamento estratégico e orientar o processo de monitoramento, em 2012 foi consolidado o Mapa Estratégico da Enap, reproduzido a seguir na Figura 5. Um Mapa Estratégico apresenta a ligação entre duas sequências lógicas. A primeira estabelece relações entre o empenho dos recursos de uma organização (“pessoas, tecnologia e infraestrutura”), a condução de seus processos (“processos internos”) e os resultados esperados (“resultados institucionais”), todos orientados para o cumprimento da missão institucional. A segunda é a relação entre o conjunto de objetivos intermediários e finalísticos que, em seu conjunto, representam a aposta de mudança de organização.

Figura 5– Mapa estratégico da Enap



O Mapa é composto por 17 objetivos estratégicos, que contribuem, em última instância, para o alcance do objetivo de “fortalecer a gestão dos órgãos da administração pública”. Além disso, apresenta esses objetivos de forma articulada, visando a comunicar melhor a estratégia, via planejamento, e orientar seu processo de monitoramento. Tais objetivos correspondem a quatro

perspectivas¹ da organização, apresentando-se de forma balanceada, uma vez que sua estratégia se organiza de forma integral.

Em 2015, com a nova gestão da Escola, optou-se pela revisão de objetivos referentes à estratégia da Instituição, definindo-se ações que se desdobraram em projetos e iniciativas, cujas metas deveriam ser cumpridas até o fim de 2015. Assim, seis ações prioritárias nortearam as atividades da Enap durante aquele ano e encontram-se descritas a seguir:

- ✓ Atuação da Enap em todos os estados da Federação;
- ✓ Internacionalização da Enap;
- ✓ Recuperação da capacidade de oferta de cursos presenciais;
- ✓ Redefinição e ampliação dos programas de aperfeiçoamento para servidores de carreiras estruturadas;
- ✓ Ampliação da oferta de EaD por meio da plataforma Enap Virtual;
- ✓ Modernização administrativa e tecnológica do campus.

Para cada uma dessas ações estratégicas foram identificadas as atividades que estavam em andamento naquele momento, o que ainda estava previsto para acontecer, as metas para 2015 e os pontos de atenção. Esse detalhamento pode ser verificado na figura abaixo:

Figura 6 - Estratégias de atuação da Enap - 2015

Enap Estratégia de Atuação 2015 – Visão Global					
Seq.	Objetivo Estratégico	Ações em andamento	O que ainda está previsto?	Metas para 2015	Pontos de atenção
1	Atuação da ENAP em todos os estados da Federação	1) Realização do Programa de Passagens; 2) Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com os Estados Federais; 3) Reorganização interna de programas com vistas a ampliar a oferta de cursos fora do DF.	4) Ampliação da estratégia de formação de multiplicadores; 5) Oferta descentralizada do Programa de Gestão de Logística Pública (PGLP); 6) Realinhamento da formação de gestores dos Governos Estaduais (Projeto Piloto Estado do Piauí).	Oferta de 1.000 vagas no âmbito do Programa de Passagens; Primeiro funcionamento do Programa de Passagens em 20 estados; Apoiar e gerir de 3 governos estaduais.	T1 A proposta de oferta descentralizada do PGLP conta com o apoio do SUTMSP, mas depende de alocação de recursos.
2	Internacionalização da ENAP	1) Negociação com a Universidade de Columbia (NY) para intercâmbio de docentes e inserção de estudantes do Sistema Federal no Programa Doutorado em Gestão Pública e disciplinas compatíveis com o EAD; 2) Desvota e organização do Semestre Internacional sobre o Papel do Estado na Sét. 300; 3) Celebração de Acordo de Cooperação com a FIANCO/Brasil para instalação do escritório de Brasília em República da Índia.	4) Reunião com a Universidade de Harvard (EUA) para identificação de potenciais parceiros; 5) Implantação de um Centro de Estudos em Políticas Públicas em parceria com a FPE/UNICAMP; 6) Ampliação da rede de parcerias estratégicas com instituições e organismos internacionais.	Estabelecimento de pelo menos 3 acordos de cooperação técnica com instituições acadêmicas estrangeiras de renome; Realização de um seminário internacional sobre o papel do Estado no Set. 300 parcerias, 10 parcerias estratégicas; Realização de 4 cursos em parceria com ações internacionais.	T1) Necessidade de análise e contratação de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Seminário (LACIS); T2) Alocação de recursos para assegurar a oferta anual de pelo menos 2 cursos no âmbito da Escola Virtual do CLAD.
3	Recuperação da capacidade de oferta de cursos presenciais	1) Redirecionamento do orçamento disponível para funcionamento de cursos com maior demanda; 2) Ampliação da articulação com Ministério com vistas à captação de recursos para funcionamento de turmas exclusivas (demandas específicas); 3) Otimização do fluxo de transmissão de Termos de Execução Descentralizados (TED).	4) Implantação de novo sistema de gestão acadêmica; 5) Ampliação do banco de professores de instituições de formação de multiplicadores para oferta de cursos presenciais em outras UF's.	12.000 vagas ofertadas em cursos presenciais (20% de aumento em relação a 2014); Ampliação de 30% sobre o banco de professores que atuam na formação técnico-geralista.	T1) Paralisação com instituições e rede de acesso visando abertura de vagas e comprometimento de novos professores para ampliação do banco de docentes.
4	Redefinição e ampliação dos programas de aperfeiçoamento para servidores de carreiras estruturadas	1) Interação com ANSEP e SIGEP para readequação do programa de aperfeiçoamento de 19756; 2) Interação com MDT para oferta de programa de aperfeiçoamento para 4375; 3) Interação com ASSISCEL, SCS/MP e SPS/MP para ampliação do programa de aperfeiçoamento de 4000.	4) Lançamento de programa de capacitação de Analistas em Influenciadora com defesa em gestão de projetos; 5) Negociação com CDSU para retomada de programa de aperfeiçoamento de 4100; 6) Continuação de programa integrado de aperfeiçoamento de carreiras (Instituto UNACEL).	Programas de aperfeiçoamento readequados para 8 carreiras; Oferta de 2.750 vagas em cursos de aperfeiçoamento de Carreiras (10% de ampliação sobre 2014); 3000 vagas em cursos de EaD com taxa (implantação de 4000 vagas oferta 2014).	T1) As ações de aperfeiçoamento requerem definição de estratégia para ampliar divulgação e adesão às turmas, bem como identificação da oferta.
5	Ampliação da oferta de Educação à Distância por meio da plataforma Enap Virtual	1) Melhoria e ampliação da oferta de capacitação por meio de EaD priorizando os cursos com maior demanda; 2) Revisão dos Termos de Cooperação com a Universidade de Brasília para consolidação da plataforma tecnológica; 3) Internacionalização dos estudos virtuais do Ministério de Planejamento e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;	4) Implantação do Ambiente de Ensino de Alta Performance; 5) Preparação de infraestrutura de materiais e criação de conteúdos para produção de vídeos aulas;	Oferta de 1.880 vagas em cursos de EaD com taxa (implantação de 4000 vagas oferta 2014); Inauguração do primeiro Ambiente de Ensino de Alta Performance da ENAP.	T1) As ações de suporte à EaD dependem da renovação do Termo de Cooperação com a UNB, cujo recurso foi descontinuado pelo MP (R\$ 3,1 milhões em 2015, sendo R\$ 500 mil em 2016/17).
6	Modernização administrativa e tecnológica do campus	1) Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI); 2) Implantação de Sistema Integrado de Gestão (SIG) (INAP); 3) Elaboração de plano de intervenções nos ambientes de ensino e administrativos; 4) Revisão de contratos de serviços contínuos;	5) Revisão de PDI, criação de CDT e seleção de plataforma tecnológica unificada; 6) Realização de concurso público para provimento de 22 cargos técnicos; 7) Reavaliação da distribuição de FG / FCI entre a área ensino e as áreas fns; 8) Estruturação do Assessorio de Comunicação Social e implantação do Sistema de Projetos;	SEI implantado e em operação; SIG implantado e consolidado como principal instrumento de gestão da Enap; 25% dos ambientes modernizados; Redução média de 30% nos valores dos contratos atuais, que corresponde a, aproximadamente, R\$ 1,2 milhões.	T1) Verificar espaço necessário para ampliação/consolidação do parque tecnológico; T2) Verificar espaço organizacional para execução de reformas; T3) Criação do Núcleo de Engenharia e Arquitetura da Enap, para dar suporte à contratação e execução dos serviços; T4) Administração de crises de sistemas legados (interdependência de plataformas tecnológicas).

As seis ações estratégicas foram monitoradas e abaixo seguem os seus resultados:

¹ Perspectivas: “Contribuição para a administração”, “Resultados institucionais”, “Processos internos e Pessoas, tecnologia e Infraestrutura”.

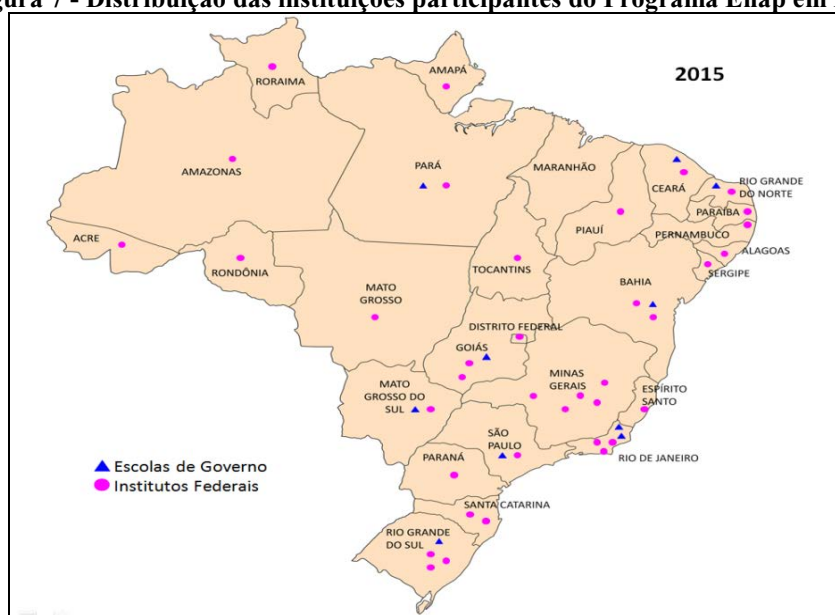
I. Atuação da Enap em todos os estados da Federação

O Programa Enap em Rede foi idealizado em 1996, com vistas a ampliar a atuação da Escola em território nacional e proporcionar oportunidades para servidores públicos do Executivo Federal lotados em outras unidades da federação a realizarem cursos de capacitação da Enap e, complementarmente, a servidores públicos dos executivos estaduais e municipais, adquirindo assim maior capilaridade em suas atividades. Desde sua criação até o ano de 2015, o programa era denominado de Programa de Parcerias.

A partir do ano de 2015, o Programa teve seu desenho ampliado com a inclusão dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF), mediante assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia (CONIF). Destaca-se que a participação dos institutos federais no programa permitiu, em 2015, que a ação formativa da Enap fosse realizada não apenas nas regiões metropolitanas ou nas capitais de cada estado, mas também, nas regiões mais interioranas do país, conferindo assim maior capilaridade ao Programa.

O Programa Enap em Rede conta atualmente com a participação de 47 instituições distribuídas por todo o território nacional. Dessas, 37 são Institutos Federais de Educação e 10 são Escolas de Governo, conforme mapa abaixo:

Figura 7 - Distribuição das instituições participantes do Programa Enap em Rede



Dos 37 Institutos Federais que firmaram o termo de adesão ao acordo de cooperação entre Enap e CONIF, 22 enviaram servidores para os seguintes cursos de formação:

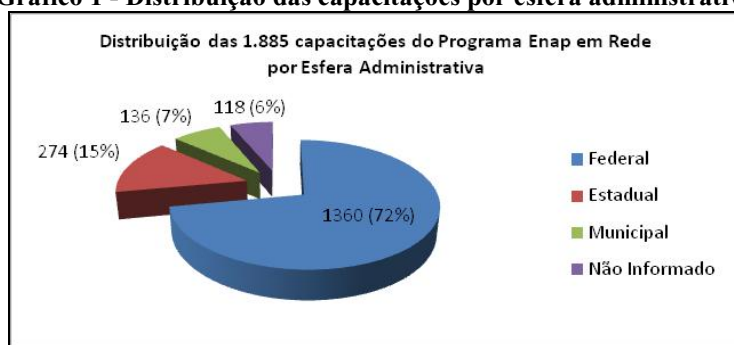
- ✓ Elaboração de indicadores para desempenho institucional,
- ✓ Elaboração de termos de referência,
- ✓ Gestão e fiscalização de contratos administrativos,
- ✓ Gestão por competências, e
- ✓ Gestão orçamentária e financeira

Além disso, 18 Institutos realizaram as multiplicações dos cursos para os quais fizeram formação. Assim, no ano de 2015, por meio do Programa Enap em Rede, a Escola capacitou 1.885 servidores em parceria com 28 instituições distribuídas por todo o Brasil. Destaca-se que 1.079 servidores

foram capacitados por meio dos institutos federais e 806 servidores foram capacitados pelas escolas de governo.

Dos 1.885 servidores capacitados pelo Programa em 2015, 72% são oriundos do poder executivo federal, 15% são da esfera estadual e 7% da esfera municipal. Os outros 6% não informaram a origem no cadastramento. Esses números demonstram a observância ao principal objetivo do Programa que é capacitar servidores federais lotados fora do Distrito Federal. No gráfico abaixo segue a distribuição das capacitações do Programa por esfera administrativa.

Gráfico 1 - Distribuição das capacitações por esfera administrativa



O Programa Enap em Rede esteve efetivamente presente em 16 estados do Brasil. O gráfico abaixo demonstra a quantidade e percentual de capacitações por estado.

Gráfico 2 - Quantidade e percentual de capacitações por estado



Vale destacar a expressividade da participação do Rio de Janeiro no Programa Enap em Rede, por se tratar da Unidade da Federação com o maior número de servidores federais. A Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo também tiveram uma participação significativa no Programa.

Na comparação do gráfico anterior com os dados que demonstram a distribuição dos servidores civis do poder executivo federal pelo país, percebe-se que o Programa Enap em Rede conseguiu capacitar mais servidores nos estados com maior número de servidores federais lotados ou em exercício.

Para o ano de 2016, um dos grandes desafios do Programa é a formação de uma rede local, ou seja, catalisar a interação entre as instituições pertencentes à mesma esfera da federação de forma que elas colaborarem entre si e construam agendas que melhor atendam os servidores federais da região.

II. Internacionalização da Enap

a. Seminário Internacional: O Papel do Estado no Século XXI

A Enap e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) realizaram em setembro de 2015 o *Seminário Internacional Papel do Estado no Século XXI: desafios para a gestão pública*. O evento reuniu líderes governamentais e pensadores nacionais e internacionais para debater o futuro do Estado e os desafios postos aos seus líderes para fortalecer a gestão pública como instrumento catalisador do processo de desenvolvimento das nações. Teve como público-alvo gestores e altos executivos que atuam na administração pública, acadêmicos e pesquisadores, com o intuito de fomentar debates sobre temas prioritários para a gestão pública brasileira. O objetivo do evento foi estimular a discussão de novos pressupostos e estratégias que favoreçam a ampliação da eficiência e da qualidade nos serviços públicos.

O Seminário reuniu mais de 800 participantes, de 250 órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de estados e municípios, e trouxe nomes de grande expressão da Inglaterra, Estados Unidos, Itália, França, Austrália e Chile, para compartilhar seus conhecimentos acerca de temas como sustentabilidade, regulação, modelos de desenvolvimento, inovação e governança. Contou ainda com um estande apresentando as ações de sustentabilidade adotadas de forma a tornar o Seminário um evento livre de carbono e com gestão sustentável dos resíduos sólidos.

Durante o evento foram apresentados novos arranjos para superação da crise dos modelos econômicos tradicionais, trazendo à tona discussões que se voltaram ao fortalecimento da gestão pública por meio da construção de novas capacidades, do fomento e da inovação nos arranjos de governança, e da concepção de estratégias que possam apontar para um projeto de desenvolvimento compatível com as oportunidades e desafios que se colocam aos Estados nacionais hoje.

As sessões magnas e os painéis realizados ao longo dos dois dias abordaram os seguintes temas: O Estado desenvolvimentista; O Estado empreendedor; Governança e sustentabilidade; Estratégias e governança no século XXI; Financiamento do desenvolvimento; Desenvolvimento e inovação; Desafios para o desenvolvimento brasileiro; Desafios para as políticas públicas; Desafios para o desenvolvimento da América Latina e Desafios para o desenvolvimento de países emergentes.

Ainda durante o Seminário ocorreram algumas atividades que merecem destaque:

- A Enap e o Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI celebraram a assinatura de um protocolo de intenções, com o objetivo de estabelecer o intercâmbio didático, científico e tecnológico, fomentando as condições de cooperação entre as instituições, visando à promoção de atividades de ensino e pesquisa para capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos. No âmbito deste Protocolo de Intenções, está tramitando um Acordo de Cooperação Técnica entre a Enap e o Centro para a implementação do curso de Especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento. Esse curso terá por objetivo ampliar e aprofundar a capacidade de servidores públicos em planejar, avaliar e gerir, com critério estratégico, as políticas públicas, com o propósito de torná-las mais efetivas no atendimento das necessidades e aspirações da população e do desenvolvimento do país. O lançamento da especialização está previsto para maio de 2016.

- Enap e Ipea assinaram protocolo de intenções para promover o intercâmbio didático, científico e tecnológico. A parceria permitirá o desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa para capacitação e aperfeiçoamento de servidores públicos.
- A Enap e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) assinaram instrumento de trabalho que formaliza a execução de programa para capacitação de servidores municipais, estaduais e federais em Gestão de Compras Públicas. A parceria consiste na oferta de dois cursos presenciais – *Instrumentos do Processo Licitatório: Elaboração de Termos de Referência e Editais para Contratação de Bens e Serviços no Setor Público* e *Didática para Facilitadores*; e *Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos com Oficina de Discussão de Casos e Didática para Facilitadores*.
- Lançamento do livro *Burocracia de Médio Escalão: perfil, trajetória e atuação*, traduzido para o inglês (versão eletrônica), e divulgação da versão impressa em português.
- Lançamento de edital para concessão de bolsas de pesquisa mediante seleção pública.

Após o Seminário, houve a publicação de uma Edição Especial da Revista do Serviço Público, que trouxe 05 artigos na versão em inglês com autores convidados que apresentaram trabalhos no Seminário Internacional Papel do Estado no Século XXI: desafios para a gestão pública.

b. Realização de Sessões Informativas com instituições estrangeiras

As sessões informativas realizadas pela Enap reforçam o papel da Escola em formar redes e parcerias com instituições de excelência para disseminar informações qualificadas sobre oportunidades de capacitação relacionadas à área de Administração Pública. Durante o ano de 2015, foram realizadas as seguintes sessões informativas:

- *KDI School of Public Policy and Management*, do *Korea Development Institute (KDI)*, da Coreia do Sul: para apresentar as oportunidades de bolsas de estudos oferecidas pela instituição sul-coreana para os cursos de mestrado em Políticas Públicas, Administração Pública e Políticas de Desenvolvimento e doutorado em Políticas Públicas, com a possibilidade de especialização em Política Pública ou Política de Desenvolvimento
- Universidade de Columbia: com o objetivo de dialogar sobre processo seletivo e inscrição de servidores do Governo Federal em programas de Mestrado Executivo em Administração Pública. Essa sessão informativa contribuiu para a seleção de 35 servidores públicos brasileiros, de diversos órgãos, para cursar o Mestrado Executivo Global em Administração Pública (*Global Executive Master in Public Administration*) da Universidade de Columbia para o ano de 2016.
- Fundação Lemann: para apresentar o Programa de Talentos (*Lemann Fellowship*) que busca ajudar a formar líderes para o Brasil, de forma que o país possa contar com um número cada vez maior de profissionais formados em universidades de excelência e comprometidos com a superação dos principais problemas sociais.
- *International Institute of Social Studies (ISS)*: para apresentar os cursos de mestrado e doutorado da instituição, localizada na Holanda.
- Universidade de *Harvard* - para diálogo sobre oportunidades de formação e capacitação dos servidores de carreira nos programas de pós-graduação da *John F. Kennedy School of Government*, também conhecida como *Harvard Kennedy School (HKS)*, responsável pelo campo de Políticas Públicas.

c. Celebração de Acordo de Cooperação com a FLACSO/Brasil

Tendo como objetivo geral apoiar o fortalecimento da articulação internacional das Escolas de Governo, e visando ao aprimoramento da elaboração e execução de programas de capacitação de recursos humanos, o acordo de cooperação almeja contar com a expertise da Faculdade Latino-

Americana de Ciências Sociais (FLACSO), que trará aporte relacionado à formação de quadros, docência, pesquisa e assessoria técnica para a formatação de cursos destinados ao público ibero-americano.

O objetivo específico do acordo é implementar a colaboração entre a Enap e a Escola Ibero-americana de Administração e Políticas Públicas (EIAPP), do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), na formação de servidores públicos da América Latina no campo de Políticas Sociais. Isso contribuirá para a oferta da programação acadêmica da EIAPP, compromisso assumido pela Enap com o CLAD.

O Acordo possibilitou a realização do “Curso Internacional sobre Avaliação de Programas Sociais”, em parceria com a EIAPP/CLAD. O curso, ocorrido em novembro de 2015, contou com o apoio pedagógico da FLACSO. Seu objetivo foi promover e estimular o debate sobre a importância da avaliação de programas sociais nos países ibero-americanos, bem como contribuir para que os participantes aperfeiçoem sua capacidade de demandar e utilizar os resultados das avaliações para a melhoria da ação governamental, no sentido do fortalecimento da democracia. Participaram das atividades 28 servidores públicos ibero-americanos provenientes de 16 países diferentes. Quanto aos docentes, estiveram presentes profissionais do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Universidade de Uppsala, Universidade de Maryland, Fundação João Pinheiro (FJP), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O acordo prevê ainda a oferta de outros dois cursos presenciais em 2016 para o público ibero-americano. Para o ano de 2017 está prevista a produção de relatório de avaliação final.

d. Reunião com a Universidade de Harvard (*Kennedy School*) para identificação de potenciais parcerias

A relação da Enap com a *Harvard Kennedy School (HKS)*, escola de governo da Universidade de Harvard, dos Estados Unidos da América, foi uma das iniciativas de maior destaque em 2015 no âmbito da proposta estratégica de internacionalização da Enap. O ano de 2015 marcou o início de desenvolvimento de atividades concretas entre as duas instituições, a negociação de novos projetos para 2016, entre os quais a oferta de cursos em Boston e em Brasília, e a concepção de um programa de intercâmbio para os integrantes do “*Innovations in Government Program*” da “*Kennedy School’s Ash Center for Democratic Governance and Innovation*”.

A partir de uma parceria firmada entre a Enap e Harvard, por meio da assinatura de Memorando de Entendimentos, foi inaugurado, no segundo semestre de 2015, o Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos da Administração Pública Federal, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de competências de altos dirigentes com foco na gestão de organizações complexas, no mapeamento de novos instrumentos para tomada de decisão em contextos de crise e na implementação de políticas públicas. O Programa compreende três etapas:

- ✓ 1ª etapa no Brasil, com a realização de três oficinas nas temáticas “Análise de Conjunturas e Cenários”, “Gestão do Capital Humano” e “Gestão de Recursos e Informações”;
- ✓ 2ª etapa no exterior, que envolveu a participação em curso na *Harvard Kennedy School*, visitas técnicas, relato analítico e carta de compromisso;
- ✓ 3ª etapa no Brasil, que acontecerá em 2016 com a socialização das experiências.

A avaliação do programa foi positiva, pois, apesar das contingências enfrentadas pela mudança de contexto, (i) possibilitou capacitação de altíssimo nível aos executivos públicos brasileiros (com

impactos esperados sobre a atuação destes em seus respectivos órgãos); (ii) tem resultado em um conjunto de iniciativas paralelas de cooperação, derivadas do estreitamento de relações que foi feito entre a Enap e a *Harvard Kennedy School of Government*.

A parceria aproximou as instituições que atualmente estão desenvolvendo de forma inédita curso totalmente customizado para a realidade brasileira, com estudos de caso adaptados às especificidades do país, de modo a desenvolver habilidades de liderança e inovação em contexto de mudanças e cenários instáveis.

e. Implantação de um Centro de Estudos em Políticas Públicas

Durante o ano de 2015 foram realizadas conversas para uma possível parceria entre a Enap e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para o estabelecimento de um Centro de Estudos, seu funcionamento, foco de atuação e tipos de atividades que deverá desenvolver. O objetivo do Centro de Estudos Aplicados em Governo (CEA-Gov) ou Centro de Altos Estudos e Formação em Governo (CAEF-GOV), nome provisório, está relacionado à realização de reflexões estratégicas sobre questões de governo – integrando experiência prática e pensamento analítico – e formação de alto nível para o serviço público federal, podendo se conformar também como uma ponte para o fomento ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre o Brasil e outros países.

Foram realizados (i) levantamento, pela Enap, de missões e estruturas de funcionamento de diferentes Centros de Altos existentes no Brasil e exterior; (ii) reunião entre Enap e Ipea para apresentação de *benchmarking* sobre Centros de Altos Estudos e levantamento de possibilidades de atuação do CEA-Gov/CAEF-Gov); (iii) reuniões internas da Enap, para discussão e amadurecimento do tema; (iv) elaboração de proposta pela Enap sobre o CEA-Gov/CAEF-Gov, resultando em uma proposta-síntese preliminar; (v) nova discussão conjunta entre a Enap e o Ipea

Em 2016 continuam as tratativas para a implantação do Centro, e a sua institucionalização formal tem previsão de lançamento para o segundo semestre de 2016.

f. Ampliação da rede de parcerias estratégicas com instituições e organismos internacionais

O objetivo da participação da Enap nas redes internacionais de escolas de governo é o fomento ao intercâmbio de experiências e a cooperação institucional, em especial no que diz respeito ao apoio direto aos servidores que atuam na formulação e implementação de políticas públicas nos respectivos países integrantes das redes. O resultado é a formação de uma rede de intercâmbio e de cooperação entre alunos e professores, na qual a Escola não é um agente passivo, mas também protagonista na definição dos temas a serem pesquisados e estudados, nos programas a serem apoiados e nos cursos a serem ministrados.

Para isso, a estratégia de execução compreendeu as seguintes etapas:

- Participação nas reuniões e congressos das redes e programa;
- Realização dos cursos da EIAPP/CLAD e do Programa Eurosocial;
- Acompanhamento e participação nas atividades no âmbito das redes e do Programa Eurosocial.

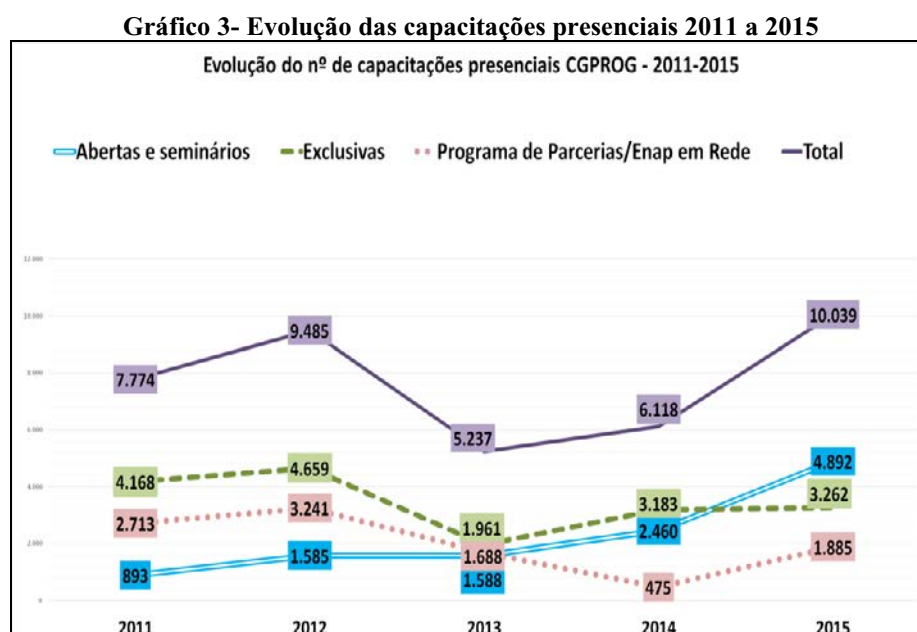
Foram realizadas as seguintes atividades:

- Participação nas reuniões do Conselho Acadêmico Assessor da EIAPP/CLAD;
- Participação de servidores da Enap no Congresso do CLAD;
- Oferta de dois cursos internacionais no âmbito da EIAPP/CLAD;

- Acompanhamento e participação nas atividades das redes (IIAS, EIAPP/CLAD) e do Programa Eurosocial.

III. Recuperação da capacidade de oferta de cursos presenciais

A Enap oferece cursos presenciais de desenvolvimento gerencial em duas modalidades de turmas: abertas e exclusivas. Em 2015 foram capacitados 4.892 servidores em turmas abertas e seminários, o que significa o alcance de 99% da meta física estabelecida para o ano e um incremento de 98% sobre a execução do ano de 2014. O gráfico 3, abaixo, demonstra a série histórica referente a essa evolução desde 2011.

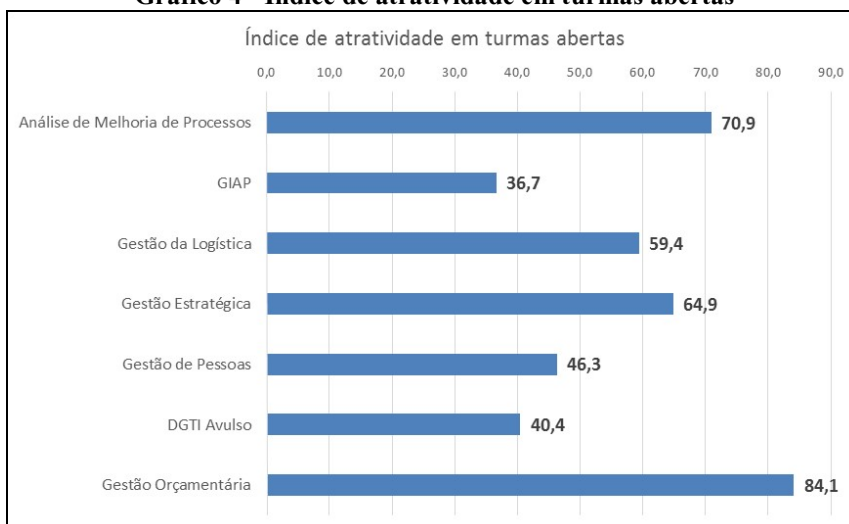


Vale destacar que a Escola, em seu planejamento estratégico de 2015, priorizou a recuperação da oferta de cursos presenciais, desenvolvendo estratégias para ampla divulgação de seus cursos, assim como redimensionando o Programa Enap em Rede, na perspectiva de fortalecer e ampliar a atuação da Escola em nível nacional.

Para verificar o nível de procura pelos cursos ofertados, foi elaborado o índice de atratividade². É importante esclarecer que diversos fatores podem contribuir para a boa qualidade deste indicador, como, por exemplo, a estratégia de divulgação das turmas, o tempo de permanência da publicação no sítio eletrônico da Enap ou a localização geográfica. O gráfico 4, abaixo, apresenta o índice de atratividade alcançado pelos programas e cursos avulsos em turmas de natureza aberta no ano de 2015.

² O índice é composto pelo somatório do número médio (por turma) de servidores concluintes, não concluintes, desistentes com e sem justificativa, inscrições indeferidas e inscrições canceladas.

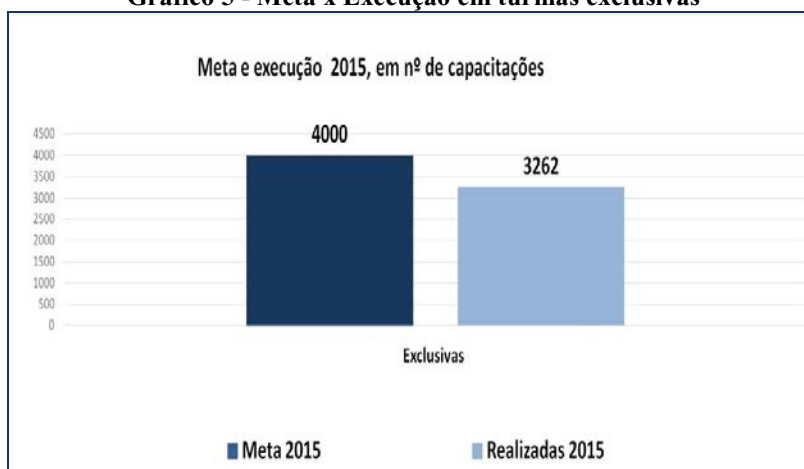
Gráfico 4 - Índice de atratividade em turmas abertas



Observa-se, no conjunto de turmas de natureza aberta, que o Programa Gestão Orçamentária e Financeira foi o mais procurado pelos servidores, alcançando um índice de atratividade médio de 84,1 alunos/turma (1177 servidores para 14 turmas abertas ofertadas). O segundo mais procurado foi o curso avulso Análise e Melhoria de Processos, com a média de 70,9 alunos/turma (780 alunos para 11 turmas abertas ofertadas), seguido do Programa Gestão Estratégica com 64,9 (1881 procuras para 29 turmas abertas ofertadas) e Gestão da Logística Pública, 59,4 (3562 procuras para 60 turmas abertas ofertadas). Esse estudo permite à Escola o desenvolvimento de estratégias para aumentar seu banco de colaboradores por processo seletivo público, para os cursos mais demandados, além de maior oferta de vagas.

A Enap capacitou 3.262 servidores do poder executivo federal em turmas exclusivas. A viabilização das turmas exclusivas se faz por meio de Termo de Execução Descentralizada. Assim, há um reduzido grau de governabilidade da Escola sobre essa oferta, considerando os tempos processuais requeridos na instituição demandante, assim como a existência de disponibilidade orçamentária para tal.

Gráfico 5 - Meta x Execução em turmas exclusivas



Por outro lado, vale ressaltar que houve em 2015 um incremento de capacitações na modalidade de turma exclusiva, se comparado com os anos de 2014 e 2013, conforme série histórica descrita no Gráfico 03 - Evolução das capacitações presenciais.

A Escola investiu fortemente, ao longo do ano de 2015 na melhoria das condições para ofertar cursos presenciais em turmas abertas e exclusivas, entre as quais podemos destacar: reunião realizada no início do ano com os Coordenadores de Gestão de Pessoas do Poder Executivo Federal, aperfeiçoamento do fluxo processual, e conseqüente diminuição do tempo na Enap para assinatura dos Termos de Execução Descentralizada e divulgação de uma série de editais de seleção pública para composição do banco de colaboradores, de modo a favorecer o atendimento das necessidades de capacitação dos servidores.

Assim, é possível afirmar que 2015 representou importante momento para ampliação da capacidade da Escola de atuar na profissionalização da administração pública brasileira. Os desafios de ampliação da capacidade da oferta de cursos presenciais estão mantidos no âmbito do planejamento estratégico da Escola para 2016.

IV. Redefinição e ampliação dos programas de aperfeiçoamento para servidores de carreiras estruturadas

O programa de aperfeiçoamento para carreiras foi redesenhado e validado a partir de interlocução com os órgãos supervisores das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), Analista de Planejamento e Orçamento (APO), Analista de Finanças e Controle (AFC), Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS) e Analista de Infraestrutura (AIE), respectivamente, Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), Secretaria de Orçamento Federal (SOF), Secretaria de Planejamento e Investimento (SPI) e Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC/MP). Também houve interlocução com a Controladoria Geral da União (CGU), com as áreas de Gestão de Pessoas dos onze Ministérios de exercício dos ATPS e com as associações representativas das carreiras: Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP), Associação dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento (ASSECOR), Associação Nacional dos Analistas e Especialistas em Infraestrutura (ANEINFRA), Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (ANDEPS), Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (UnaconSindical) e Associação dos Analistas de Comércio Exterior (AACE).

A oferta foi reorganizada com aproveitamento de cursos para os programas de Especialização da Enap (Curso de Especialização em Gestão Pública, em Gestão de Políticas e Projetos de Infraestrutura e em Gestão de Políticas de Proteção e Desenvolvimento Social) e de forma a possibilitar certificação de aperfeiçoamento de 180 horas em trajetórias temáticas pré-definidas:

- ✓ Formação Básica;
- ✓ Gestão de Políticas de Proteção e Desenvolvimento Social;
- ✓ Gestão de Políticas e Projetos de Infraestrutura; Gestão Governamental;
- ✓ Gestão de Políticas Públicas;
- ✓ Programa de Capacitação em Indicadores, Monitoramento e Avaliação (Pracima).

A meta de 2.450 vagas ofertadas em 2015 foi alcançada, sendo geradas 2.540 vagas em 61 turmas, ou seja, crescimento de 42,44% vagas em relação a 2014; e 2.481 matrículas efetivadas. Concluíram os cursos com aprovação 1.934 servidores. A Tabela abaixo sintetiza os resultados do Programa de Aperfeiçoamento em 2015, em relação a 2014.

Quadro 4 – Total de participantes no Programa de Aperfeiçoamento para Carreiras – 2014/2015

ANO	2014	2015	Crescimento (%)
Turmas Realizadas	43	61	41,86
Vagas Ofertadas	1.720	2.450	42,44
Nº total de Matrículas	2.278	2.481	8,91
Nº de Concluintes	1.726	1.934	12,05

Fonte: Webcef/Enap

V. Ampliação da oferta de Educação à Distância por meio da plataforma Enap Virtual

Dando prosseguimento a ações de ampliação do atendimento de demandas de capacitação por meio do ensino a distância, no ano de 2015 a Enap aumentou em 40% seu catálogo de cursos, ampliando a oferta de 32 para 45 cursos a distância, com e sem tutoria. Esses eventos de aprendizagem são abertos e gratuitos aos agentes públicos dos três poderes, das três esferas de governo e, no caso dos cursos sem tutoria, também à sociedade.

Por outro lado, em termos de capacitações realizadas (servidores atendidos), o incremento foi de 100%, considerando que foram alcançadas 35 mil capacitações em 2014 e cerca de 70 mil em 2015.

Para esse salto de incremento positivo e significativo contribuíram parcerias que a Enap construiu ao longo de 2014 e 2015. Entre essas parcerias, podem ser citadas o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade de Brasília (UnB) para apoio acadêmico na implementação de novas tecnologias e a hospedagem/gestão da Escola Virtual pela própria Enap, antes realizada pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). E também a parceria com o Ministério do Planejamento e outras instituições, na perspectiva de desenvolvimento, revisão e importação de cursos em EaD.

Nesse contexto, além da ampliação na oferta, a Escola tem também investido na melhoria tecnológica dos eventos de aprendizagem na modalidade a distância (infraestrutura de TI, atualização de versão do *moodle*, aprimoramento das ferramentas voltadas para educação, etc). Para 2016, essas ações serão continuadas para conferir eficácia à plena oferta de cursos a distância e, ainda, serão disponibilizadas outras ferramentas de capacitação como as comunidades de prática. Ações essas que buscam construir e disponibilizar ambientes de aprendizagem acessíveis que possibilitem a interação virtual e que atinjam locais em que a capacitação se faça necessária.

VI. Modernização administrativa e tecnológica do campus

Para que a ação estratégica “Modernização administrativa e tecnológica do campus” cumprisse o seu objetivo, diversas outras ações foram desenvolvidas no decorrer do ano de 2015 e encontram-se descritas a seguir:

Ação 1 – Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI): projeto executado com 100% de conformidade. Em 03 de agosto de 2015, conforme previsão do cronograma, a Enap reduziu ao mínimo essencial o uso de papel em suas comunicações administrativas passando a utilizar o SEI. O sistema, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foi

incorporado à carteira de soluções da Enap por meio de Termo de Cooperação firmado entre a Escola e o Tribunal. Regularmente, são expedidos boletins acerca da utilização do sistema contemplando a quantidade de documentos tramitados, a identificação das áreas e seus respectivos números. Nessa ação destacam-se os seguintes resultados:

1) Redução do consumo de papel

A implantação do SEI gerou uma redução média mensal na ordem de 96 resmas de papel, o que corresponde a, aproximadamente, R\$ 13.000,00 por ano (estimado). Não apurada ainda a economia com outros materiais e equipamentos utilizados em processos físicos, tais como capas de processos, colchetes, grampos, clips, perfuradores e grampeadores e ainda das despesas com funcionários e combustíveis para o transporte dos processos.

Em relação ao contrato de reprografia, o valor foi reduzido de R\$ 1.237.188,00 para R\$ 432.796,60, no exercício de 2015, representando uma economia de 65,02% nesse período.

2) Quantidade de documentos cadastrados/processos gerados

Processos gerados: 4.723

Documentos gerados: 18.082

3) Quantidade de eventos crise (problemas/reclamações):

Quantidade de Chamados: 749

4) Percentual de servidores capacitados no uso do SEI: 100%

5) Elaboração de Tutoriais para os seguintes processos e procedimentos

Capacitação, Estágio, PIELLE, Controle de frequência, Férias, Atestados Médicos.

Ação 2 – Implantação do Sistema Integrado de Gestão (SIG): projeto executado com 100% de conformidade. Em 09 de março de 2015, o sistema foi disponibilizado a todas as áreas da Enap para fazer gerenciamento dos seus projetos. Atualmente, o SIG é utilizado pela maioria das unidades como ferramenta de controle e gerenciamento dos projetos estratégicos. Seu status é implantado e em operação (produção). Abaixo seguem os resultados desta ação:

1) Quantidade de pessoas cadastradas

611 usuários cadastrados;

121 usuários do sistema no último ano

2) Módulos em produção

Cadastro de Pessoas

Demandas

Gerência de Projetos

Licitações e Contratos

Frotas e Veículos

Agenda de Autoridades

Concurso Inovação

Sistema Interno de Segurança

3) Módulos em desenvolvimento

Salas de Reunião

Eventos

Quem é Quem

Ação 3 – Elaboração do plano de intervenções nos ambientes de ensino e administrativos: projeto em execução. Em 2015, a ênfase do projeto focou na adaptação dos sanitários da Enap que se encontravam em situação inadequada do ponto de vista de acessibilidade. Naquele ano, os sanitários da Ala Norte do bloco de ensino (1º e 2º andares) foram adaptados e iniciou-se a contratação para reforma dos sanitários da Ala Sul. Foi iniciada também a reforma da sala 214, no âmbito do projeto Salas de Aprendizagem de Alta Performance (SAAP). Além disso, no mesmo exercício, foram iniciadas as obras de reforma do restaurante, fachadas, caixa d'água e totem externo.

Ação 4 – Revisão dos contratos continuados: ação executada. No exercício de 2014, a revisão dos contratos continuados foi realizada para reduzir o dispêndio com manutenção do campus. Isso ocorreu de duas formas: supressão contratual de eventuais itens que poderiam ser racionalizados por revisões de fluxos e rotinas, e limitação de execução. Ambas as ações concorreram para atender aos normativos expedidos no período, considerando as condições impostas pelo contingenciamento orçamentário. Além dessa ação, visando a não comprometer o desempenho da unidade e diante da quantidade insuficiente de veículos para atender a Escola, foram prospectados veículos que se encontravam postos à doação para incorporação à frota. Nesse levante, foram obtidos seis novos veículos doados pela Procuradoria da República no Distrito Federal e pelo Conselho Nacional do Ministério Público. A lista dos contratos com as respectivas reduções encontra-se no Anexo I.

Ação 5 – Revisão de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), criação de Comitê de Tecnologia da Informação (CTI) e adoção de plataforma tecnológica unificada: ação executada com 100% de conformidade. O PDTI foi revisado para atender às novas diretrizes de desempenho e colocação da Enap. O CTI foi criado e encontra-se em regular funcionamento. A área de Tecnologia da Informação da Escola conduz processo de unificação da plataforma tecnológica levando em consideração o desenvolvimento de novas soluções e a sustentação de sistemas legados.

Ação 6 – Realização do concurso público para provimento de 22 vagas: ação executada com 100% de conformidade. Ainda em 2015 os candidatos aprovados no concurso foram nomeados, tendo sido realizados no primeiro bimestre de 2016 os procedimentos de posse e integração dos novos servidores à Enap.

Ação 7 – Racionalização da distribuição da Função Gratificada (FG) e Função Comissionada Técnica (FCT) entre as áreas meio e fim: ação executada com 100% de conformidade. No exercício, além da racionalização da distribuição dessas gratificações foi realizado processo seletivo para ocupação de vaga do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e também o processo de Movimentação Interna de Pessoas (MIP), que era pleito antigo dos servidores em relação à transparência e isonomia nos processos de mudança de lotação. Os números estão destacados a seguir:

- 1) Quantidade de designação e dispensa de FCT e FG no exercício de 2015:
Designações de FG e FCT: 09
Dispensas de FG e FCT: 10
- 2) Quantidade de candidatos no processo seletivo para DAS
08 participantes

3) Quantidade de candidatos no processo de MIP
06 participantes

Ainda no que se refere ao Planejamento Organizacional desta UPC, no tocante ao Plano Plurianual, a Enap se insere no Programa Temático 2038 (Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública) do PPA 2012-2015. Em tal Programa Temático, a Escola está ligada aos seguintes objetivos:

- *Objetivo 0579: Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado;*
- *Objetivo 0606: Aperfeiçoar a gestão de pessoas da Administração Pública Federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade de governo na implementação de políticas públicas;*
- *Objetivo 0608: Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.*

Há uma relação estreita entre os Objetivos, Metas, Iniciativas e Ações contidas no PPA e o Planejamento Estratégico desenvolvido pela Escola. O PPA dispõe em grandes linhas as atribuições da Escola e as suas contribuições para dois grandes objetivos do Governo Federal. Contudo, e por se tratar de um documento de planejamento geral do Governo, o PPA não versa sobre o caminho que cada organização deve seguir para alcançar os resultados que contribuirão para os seus objetivos. O esforço de construção da estratégia e do modelo de gestão que levará aos resultados desejados é delegado a cada uma das instituições públicas integrantes do PPA. Nesse sentido, as opções feitas pela Enap em seu Planejamento Estratégico, cuja lógica pode ser visualizada no Mapa Estratégico anteriormente apresentado, constituem importante esforço para direcionar os seus recursos da forma que melhor atenda os objetivos gerais dos Programas do Governo Federal.

2.1.2 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os projetos estratégicos definidos pela Escola contribuirão diretamente para o alcance dos objetivos traçados, com a finalidade de realização da sua missão “*desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas*”. Essas ações e resultados evidenciam a consolidação institucional da Enap e o fortalecimento de seu papel na preparação e capacitação de quadros competentes para a administração pública.

A visão de futuro da Escola “*ser referência em formação e desenvolvimento dos agentes públicos, visando ao seu alto desempenho, e na indução da inovação em gestão pública, a fim de obter resultados para a sociedade brasileira*” demonstra a ideia de que a consolidação do Estado democrático vem incorporando crescentemente cidadãos com responsabilidades e atribuições de representação política que demandam conhecimentos e competências de gestão nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas, e nos mecanismos de controle social da gestão governamental.

Os valores organizacionais (profissionalização dos servidores públicos, qualidade dos resultados, públicos, compromisso com a democracia, respeito à diversidade, compromisso com o diálogo, difusão do conhecimento, criatividade e inovação, incentivo à reflexão) referem-se ao conjunto de princípios que orientam os processos de trabalho, o sistema de gestão e a relação da Escola com seus colaboradores e usuários.

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Quinzenalmente, o Conselho Diretor (CD) da Escola se reúne para tratar dos mais diversos assuntos, entre eles o acompanhamento da execução e alcance dos resultados propostos para as ações.

A Enap utiliza a metodologia do Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD), que coleta e consolida os dados dos resultados das áreas finalísticas da Enap. A partir dessa consolidação é possível acompanhar mês a mês o desenvolvimento dos indicadores e realizar também o monitoramento das metas dos Planos Orçamentários (PO) no PPA.

Em 2015 o Sistema Integrado de Gestão (SIG) foi incorporado como ferramenta de gestão na Enap. A iniciativa busca melhorar os processos de trabalho e alcançar a qualidade como prática institucional. A ferramenta envolve *software* de arquitetura aberta, o que permite o desenvolvimento de novas funcionalidades por meio de processos colaborativos com equipes de diferentes órgãos. No SIG constam os seis Objetivos Estratégicos (OE) descritos no Mapa “Estratégia de Atuação 2015 – Visão Global”. Estes foram numerados e inseridos no módulo “Gerência de Projetos” do sistema. Os gestores de projeto serão os diretores da área relacionada à linha de atuação que, junto com as respectivas equipes de apoio, serão os responsáveis pelo acompanhamento e atualização das ações e das metas programadas, e também atualização do andamento dos projetos prioritários da Escola.

Também em 2015 a Enap começou a trabalhar com a ferramenta *Qlikview*. É um software que permite realizar análises de dados dinamicamente e auxiliar a tomada de decisão. Permite gerar painéis e gráficos a partir de qualquer fonte de dados e permite uma navegação simples e intuitiva para trabalhar analiticamente. Abaixo seguem alguns resultados da Enap gerados a partir do *Qlikview*:

Gráfico 6: Total de capacitações Enap de 2010 a 2015

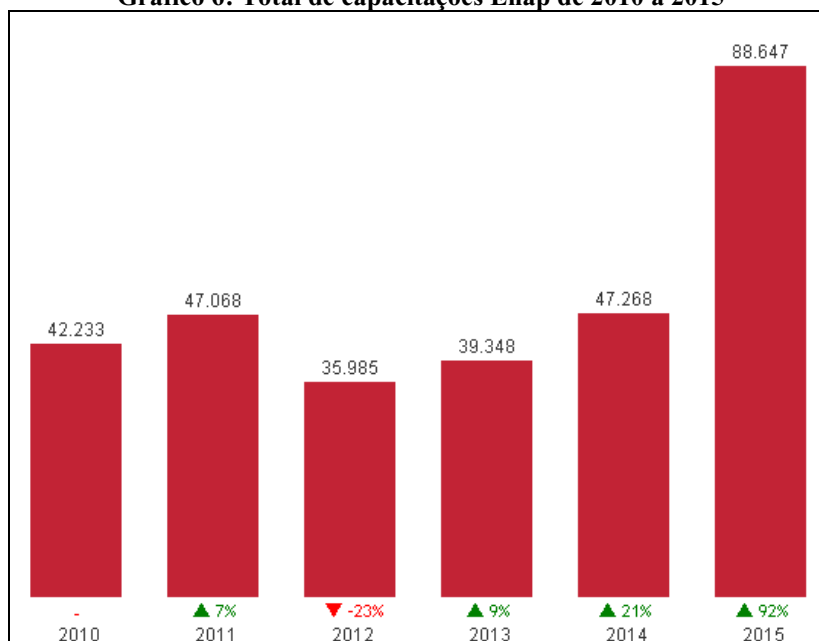


Figura 8: Percentual de capacitações Enap em 2015 por região

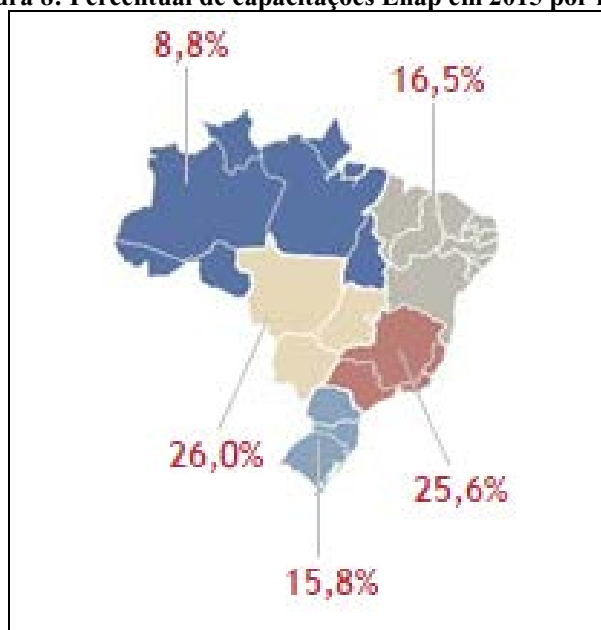
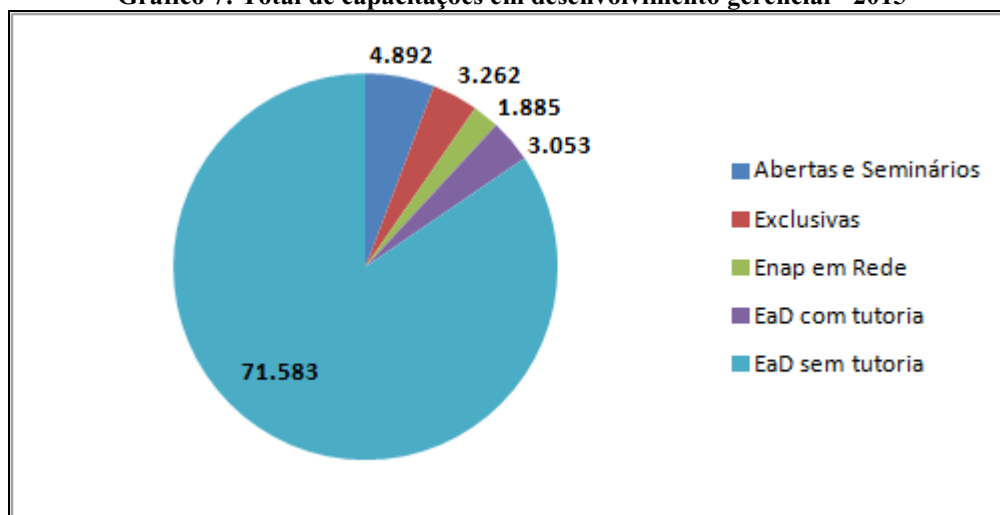


Gráfico 7: Total de capacitações em desenvolvimento gerencial - 2015



2.3 Desempenho orçamentário e financeiro

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 5 - Ações de relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC - OFSS

Identificação da Ação	
Código	20U9 Tipo: Atividade
Título	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE AGENTES PÚBLICOS, PESQUISA E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO EM GESTÃO PÚBLICA
Iniciativa	Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal
Objetivo	Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a

capacidade do governo na implementação de políticas públicas Código: 0606						
Programa		Democracia e aperfeiçoamento da gestão pública Código: 2038 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		47210 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária Anual 2015						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.710.103,00	6.275.838,00	3.223.236,00	2.804.479,48	2.804.479,48		418.756,52
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Iniciativa Apoiada – número de capacitações realizadas (programas, cursos, seminários, oficinas, debates, palestras, conferências, intercâmbio, missões e cooperação técnica internacional), presencialmente e a distância			unidade	29.912		90.586
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
960.395,21	922.144,41	38.250,80				

Abaixo, segue quadro detalhando a execução dos Planos Orçamentários da Ação 20U9:

Quadro 6 – Planos orçamentários (PO)

Execução Física – Planos Orçamentários				
Descrição	Produto	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
PO 0001 – Desenvolvimento Gerencial da Administração da Unidade Promoção de eventos voltados para a capacitação de agentes públicos, intercâmbio e cooperação técnica com instituições, organismos, fóruns e redes nacionais e internacionais, de forma a contribuir para a melhoria da gestão pública e para a implementação de projetos de inovação em políticas públicas.	Capacitação realizada	12.854	-	8.200
PO 0002 - Formação Inicial de Carreiras Planejamento, execução, monitoramento e avaliação de cursos de formação inicial para carreiras do ciclo de gestão e carreiras transversais.	Aluno formado	150	-	0
PO 0003 - Pós-Graduação para Servidores Públicos Planejamento, execução, monitoramento e avaliação de cursos de pós-graduação para agentes públicos.	Aluno formado	80	-	0
PO 0004 - Pesquisa e Disseminação de Conhecimento em Gestão Pública Desenvolvimento de atividades de estudos	Produção intelectual disseminada	275.000	-	312.936

aplicados, editoração e difusão técnica, acervo documental e bibliográfico, com vistas à consolidação e à divulgação de informações e de conhecimentos relativos à gestão pública; realização do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal para incentivo e divulgação de inovações na gestão pública. Produzir e disseminar estudos, pesquisas e publicações de referência em gestão pública, subsidiando a formulação, a implementação e a avaliação de políticas governamentais.				
PO 0005 - Atividades de Cooperação Técnica e Participações em Fóruns Internacionais Desenvolvimento de projetos e atividades de cooperação técnica internacional, promoção de eventos, com enfoque internacional, voltados para a capacitação de agentes públicos, intercâmbio com instituições e organismos internacionais, participação e organização de missões, participação em fóruns e redes internacionais. As ações, também em parceria com instituições no Brasil e em outros países, visaram contribuir para a melhoria da gestão pública e para a concepção, a implementação e a execução de projetos inovadores de políticas públicas.	Capacitação realizada	512	-	1.251
PO 0006 - Aperfeiçoamento de Carreiras Planejamento, execução, monitoramento e avaliação de cursos do programa de aperfeiçoamento para carreiras do ciclo de gestão e carreiras transversais.	Aluno capacitado	1.300	-	1.934
PO 0007 - Projetos Especiais de Desenvolvimento Institucional Atividades de capacitação profissional desenvolvidas para atender demandas específicas de órgãos públicos, para a melhoria da gestão de suas organizações ou para a implementação de políticas públicas. Engloba as seguintes atividades: Elaboração; Execução e Avaliação de Atividades de Capacitação.	Capacitação realizada	100	-	112
PO 0008 – Educação Mediada por Tecnologias	Capacitação realizada	19.700		75.183

Na ação 20U9 a Enap apura o número de servidores capacitados. Em 2015, somente em cursos a distância, a Enap realizou cerca de 75 mil capacitações, o que justifica a superação da meta da ação. A meta inicialmente prevista para esses cursos foi estabelecida com base em dois fatores: tendência histórica de oferta de cursos a distância na Enap e orçamento disponibilizado para o ano. Entretanto, com a redução do orçamento, houve uma dedicação maior na oferta de cursos a distância sem tutoria, abertos para servidores públicos e sociedade em geral, bem como investimento na divulgação dos cursos por meio de redes sociais. O catálogo de cursos em EaD foi também ampliado por meio do desenvolvimento de eventos de capacitação realizados em parcerias com o Ministério do Planejamento, com a Controladoria Geral da União, com o Ministério da Previdência e com outras instituições, sem custos adicionais para a Enap. Para que esse aumento ocorresse

mostrou-se fundamental a automação de processos no âmbito do Termo de Cooperação firmado em 2013 com a Universidade de Brasília.

Em virtude da anulação do concurso para EPPGG (Acórdão Nº 2162/2015-TCU-Plenário), não foi realizado em 2015 o respectivo curso de formação para eventuais novos servidores da Carreira. Por sua vez, o curso de especialização em Gestão Pública iniciado em outubro de 2014 já finalizou sua parte presencial e se encontra na etapa de elaboração dos trabalhos de conclusão de curso (TCC). Contudo, a contabilização dos concluintes somente se dará ao final do curso, em 2016.

A partir da nova gestão, em 2015 a Enap priorizou as suas atividades internacionais. Um dos objetivos estratégicos da Escola em 2015 voltou-se à sua internacionalização. Além da série de Diálogos Internacionais, que trouxe ao Brasil especialistas estrangeiros para tratar de temas centrais na agenda de gestão pública, registrou-se também intensa atividade de interlocução com instituições acadêmicas e escolas de governo de vários países (Estados Unidos, China, Holanda, Coreia do Sul, Canadá, Nova Zelândia e Hungria). Há que se destacar também o Programa Internacional de Desenvolvimento de Executivos, que enviou duas turmas de dirigentes de alto nível a cursos na escola de governo da Universidade de Harvard. Todas essas ações reposicionaram a Enap no campo de debates sobre o futuro da gestão pública, no Brasil e no mundo.

Quadro 7 – Ações não Previstas LOA do exercício 2015 – Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	4066		Tipo: Atividade		
Título	DESENVOLVIMENTO GERENCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
960.395,21	922.144,41	38.250,80	-	-	-

Análise Situacional

Com relação ao valor de Restos a Pagar não processados, dos R\$ 922.144,41 cerca de R\$ 785 mil estão relacionados a pagamentos de pessoas físicas (docentes e pesquisadores). Os valores restantes referem-se a atividades administrativas da Escola, tais como aquisição de equipamentos e serviços de reprografia. Assim sendo, não é possível mensurar metas físicas para essa finalidade.

2.3.2 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 8 – Despesas por modalidade de contratação

Unidade orçamentária: Fundação Escola Nacional de Administração Pública		Código UO: 47210		UGO: 114702	
Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga		
	2015	2014	2015	2014	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.889.054,73	7.747.232,26	9.889.054,73	7.747.232,26	
a) Convite	-	-	-	-	
b) Tomada de Preços	-	-	-	-	
c) Concorrência	97.580,08	97.928,10	97.580,08	97.928,10	
d) Pregão	9.791.474,65	7.649.304,16	9.791.474,65	7.649.304,16	
e) Concurso	-	-	-	-	
f) Consulta	-	-	-	-	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-	
2. Contratações Diretas (h+i)	1.749.785,17	3.564.973,65	1.749.785,17	3.564.973,65	
h) Dispensa	158.772,35	1.666.458,86	158.772,35	1.666.458,86	
i) Inexigibilidade	1.591.012,82	1.898.514,79	1.591.012,82	1.898.514,79	
3. Regime de Execução Especial	944,67	-	944,67	-	
j) Suprimento de Fundos	944,67	-	944,67	-	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	24.783.216,71	24.264.971,28	24.783.216,71	24.264.971,28	
k) Pagamento em Folha	24.737.192,11	24.224.396,97	24.737.192,11	24.224.396,97	
l) Diárias	46.024,60	40.574,31	46.024,60	40.574,31	
5. Outros	3.581.633,71	3.600.868,48	3.581.633,71	3.600.868,48	
6. Total (1+2+3+4+5)	40.004.634,99	39.178.045,67	40.004.634,99	39.178.045,67	

Quadro 9 – Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Fundação Escola Nacional de Administração Pública					Código UO: 47210		UGO: 114702	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
1. Despesas de Pessoal								
319011 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil.	17.914.751,21	17.230.872,27	17.914.751,21	17.230.872,27	-	-	17.914.751,21	17.230.872,27
319001 – Aposentadorias pelo RPPS.	3.995.014,79	3.726.510,85	3.995.014,79	3.726.510,85	-	-	3.995.014,79	3.726.510,85
319113 – Obrigações patronais.	2.037.189,92	2.130.567,04	2.037.189,92	2.130.567,04	-	-	2.037.189,92	2.130.567,04
Demais elementos do grupo	888.544,37	1.259.723,25	790.236,19	1.136.446,81	98.308,18	123.276,44	790.236,19	1.136.446,81
2. Juros e Encargos da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
339039 - Outros serviços de terceiros – PJ.	7.710.409,21	8.248.575,96	5.970.390,39	6.943.584,75	1.740.018,82	1.304.991,21	5.970.039,39	6.943.584,75
339037 – Locação de mão-de-obra.	4.273.019,52	3.469.552,88	3.643.178,95	3.174.722,27	629.840,57	294.830,61	3.643.178,95	3.174.722,27
339036 - Outros serviços de terceiros – PF.	2.335.565,60	1.984.808,40	2.092.740,60	1.946.363,40	242.825,00	38.445,00	2.092.740,60	1.946.363,40
Demais elementos do grupo	2.790.519,85	3.157.164,07	2.018.193,42	2.403.869,07	772.326,43	2.391.561,82	2.018.193,42	2.403.869,07
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4. Investimentos								
449052 – Equipamento e material permanente.	3.894.913,56	1.080.534,22	405.054,18	123.263,14	3.489.859,38	957.271,08	405.054,18	123.263,14
449039 – Outros serviços de terceiros – PJ.	1.301.191,44	187.700,00	1.137.885,34	139.848,07	163.306,10	47.851,93	1.137.885,34	139.848,07
449051 – Obras e instalações	-	221.998,00	-	221.998,00	-	-	-	221.998,00

Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Inversões Financeiras								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
Nome do elemento de despesa								
...								
...								
Demais elementos do grupo								

Análise crítica

A dotação final consignada à Enap na Lei Orçamentária Anual de 2015 foi de R\$ 51.541.925,00, assim distribuída entre os grupos de despesa: R\$ 26.010.273,00, para despesas com pessoal e encargos sociais; R\$ 20.335.547,00, para outras despesas correntes; e R\$ 5.196.105,00, para investimentos. Ao final do exercício, sua execução foi de R\$ 47.141.119,47, assim distribuídos entre os grupos de despesa: R\$ 24.835.500,29, para despesas com pessoal e encargos sociais; R\$ 17.109.514,18, para outras despesas correntes; e R\$ 5.196.105,00, para investimentos.

Importante destacar que, em outubro de 2015, houve alteração na dotação orçamentária da Enap a fim de atender à demanda da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) sobre a necessidade de indicação de créditos passíveis de cancelamento, o que resultou em redução do orçamento da Escola destinado a outras despesas correntes da ordem de R\$ 3.052.602,00. Dessa forma, da dotação efetivamente liberada de R\$ 48.489.323,00, a Escola executou o valor de R\$ 47.141.119,47, ou seja, 97,22% desse orçamento. Os créditos discricionários relativos a outras despesas correntes e de investimento foram 100% executados. O valor não utilizado, que contabiliza R\$ 1.348.203,53, refere-se à parte do orçamento destinado a despesas com pessoal e benefícios.

Ao longo do exercício houve remanejamento de créditos no valor de R\$ 2.500.000,00, do grupo de despesa Outras Despesas Correntes para o grupo Investimentos, em razão da implementação do projeto Sala de Aprendizagem de Alta Performance (SAAP). Esta sala permitirá aos alunos a utilização de computadores individuais com a possibilidade de mútua projeção em telas coletivas, de acesso à internet, de gravação e transmissão de imagens, sons e dados disponibilizado em ambiente com climatização, energização, iluminação e com mobiliário confortável e acessível.

A Programação Financeira da Escola (recebimento de recursos financeiros) não sofreu, ao longo de 2015, intervenções que causassem descontinuidade na realização de pagamentos devidos pela contratação de bens e serviços ou pagamento de pessoal, de forma que toda a despesa liquidada foi efetivamente paga.

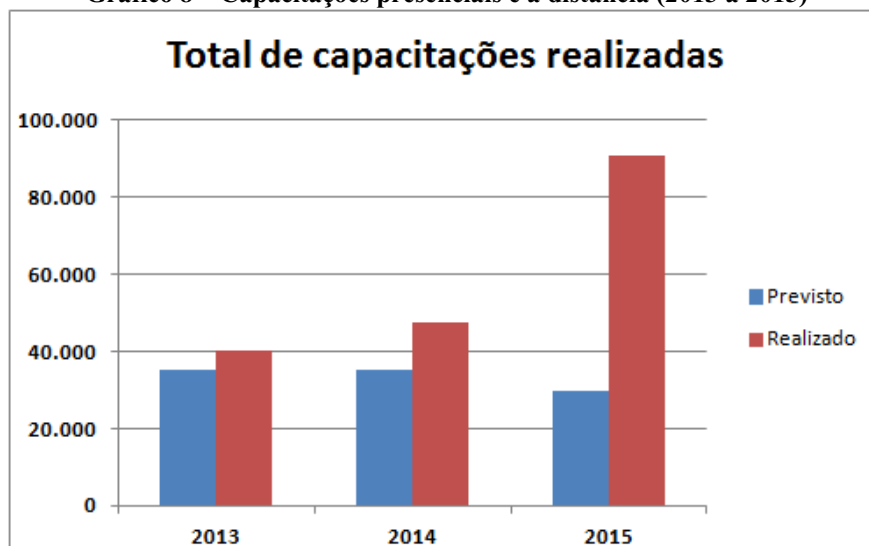
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Quadro 10 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Produto	Índice Previsto	Índice Alcançado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Número de servidores capacitados	Capacitação realizada	29.912	90.586	Anual	Soma total de participantes nos eventos de aprendizagem

* Principal indicador utilizado pela Enap

Gráfico 8 – Capacitações presenciais e a distância (2013 a 2015)



Do total de capacitações realizadas em 2015, cerca de 74 mil correspondem a cursos a distância. Em 2015 a Enap ampliou sua oferta de cursos a distância por meio de parcerias com a UnB e o Ministério do Planejamento (MP).

Durante a execução do Termo de Cooperação com a UnB, a Enap avançou em direção a um modelo de educação a distância apoiado em soluções tecnológicas educacionais acessíveis, eficientes, interoperáveis e flexíveis. O sucesso dessa parceria e das soluções propostas e desenvolvidas permitiram à Escola ampliar seu catálogo nos últimos dois anos de 18 para 45 cursos, aumentando o número de capacitações em 2015. Além disso, foi possível desenvolver soluções inovadoras de automação de envio de mensagens, emissão de relatórios gerenciais e elaboração de documentos colaborativos, mapeamento e modelagem de processos de trabalho que inovaram os processos de desenvolvimento, revisão e importação de cursos, diagnóstico de potencialidades e fragilidades, bem como elaboração de propostas de intervenção no modelo de educação a distância da Escola.

O Ministério do Planejamento, ciente dos desafios da Enap, e igualmente motivado pela necessidade de avançar em direção a um cenário de capacitação mais dinâmico e inovador dos servidores que compõem o público-alvo de suas secretarias, reconhece a Enap como parceira estratégica na definição e construção de um modelo educacional e tecnológico sustentável para a oferta de educação continuada a distância. Essa parceria foi inicialmente formalizada por meio de um termo de execução descentralizada numa relação de cooperação mútua para a capacitação de servidores públicos e cidadãos, em que, por um lado, a Enap realiza sua missão de desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade de governo na gestão de políticas públicas, garantindo apoio no âmbito pedagógico e metodológico para a concepção e desenvolvimento de ações de capacitação adequadas ao público alvo e às necessidades de capacitação, e, por outro, o MP apoia a sustentabilidade financeira e tecnológica do projeto. Os

cursos ofertados pela Enap em parceria com as secretarias do MP foram responsáveis por aproximadamente 17 mil capacitações no ano de 2015.

Além dos resultados de capacitação já mencionados no decorrer deste capítulo do Relatório, a Enap também capacitou servidores em cursos presenciais na área de desenvolvimento técnico-gerencial e realizou 11 Seminários Técnico-Gerenciais, que capacitaram 1.682 servidores em diversos temas, tais como: Registro de Preços, Boas Práticas em Pregão Eletrônico, 4 anos de Regime Diferenciado de Contratações, entre outros.

Também foram ofertados cursos no Programa de Aperfeiçoamento aos servidores das carreiras de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG – como requisito para promoção na carreira), Analistas de Planejamento e Orçamento (APO), Analistas de Finanças e Controle (AFC), Analistas de Comércio Exterior (ACE), Analistas e Especialistas em Infraestrutura (AIE e EIE), Analistas Técnicos de Políticas Sociais (ATPS) e Analistas em Tecnologia da Informação (ATI). Em 2015 foram realizadas 1.934 capacitações em temas relacionados às áreas de gestão governamental; gestão de organizações públicas; gestão de políticas públicas; indicadores, monitoramento e avaliação; ética, cidadania e direitos humanos; competências de relacionamento e gestão de equipes. As vagas foram ofertadas em 56 cursos, 2 seminários, 2 oficinas técnicas e 1 mesa redonda.

3. GOVERNANÇA

3.1 Descrição das estruturas de governança

Usando alguns conceitos do Referencial Básico de Governança do TCU (2014) aplicáveis à realidade da Enap e considerando que “*governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de **liderança, estratégia e controle** postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade*” (**grifo nosso**), este item demonstra a situação atual de governança da Enap, no que tange à direção, ao controle e ao monitoramento, com vistas à prestação dos serviços que lhe competem.

Com relação aos mecanismos de **liderança**, há dois componentes que merecem destaque:

- Sobre o componente “liderança organizacional”, a Enap realiza a prática de “avaliar, direcionar e monitorar a gestão da organização, especialmente quanto ao alcance de metas organizacionais” e “avaliar os resultados das atividades de controle e dos trabalhos de auditoria e, se necessário, determinar que sejam adotadas providências”;
- Sobre o componente “sistema de governança”, a Enap “estabelece as instâncias internas de governança da organização”, como pode ser observado mais adiante.

Com relação aos mecanismos de **estratégia**, ressaltam-se os componentes “relacionamento com partes interessadas” e “estratégia organizacional”, quais sejam:

- Relacionamento com partes interessadas: “estabelecer e divulgar canais de comunicação com as diferentes partes interessadas e assegurar sua efetividade, consideradas as características e possibilidades de acesso de cada público-alvo”,
- Estratégia Organizacional:
 - “Estabelecer a estratégia da organização” e
 - “Monitorar e avaliar a execução da estratégia, os principais indicadores e o desempenho da organização”.

Os mecanismos de **controle** adotados pela Enap envolvem os componentes de auditoria interna e de *accountability* e transparência. Com relação ao primeiro, as práticas adotadas pela Escola consistem em “estabelecer a função de auditoria interna”, “prover condições para que a auditoria interna seja independente e proficiente” e “assegurar que a auditoria interna adicione valor à organização”. Com relação ao componente *accountability* e transparência, as práticas adotadas referem-se a “dar transparência da organização às partes interessadas, admitindo-se o sigilo, como exceção, nos termos da lei” e “avaliar a imagem da organização e a satisfação das partes interessadas com seus serviços e produtos”.

A respeito dos mecanismos de **liderança** e do seu componente sistema de governança, especificamente sobre a prática de estabelecer as instâncias internas de governança, estão relacionadas, a seguir, as *instâncias de governança* e as *instâncias de apoio à governança*, a respectiva base normativa e a forma como executam as funções básicas de governança de avaliar, direcionar e monitorar.

As **instâncias internas de governança** responsáveis por definir e avaliar a estratégia e os objetivos institucionais, bem como monitorar a conformidade e o desempenho, agindo nos casos das inconformidades identificadas, garantindo o atendimento do interesse público, correspondem, na Enap, ao **Conselho Diretor** e ao **Conselho Acadêmico**.

As **instâncias internas de apoio à governança** que realizam a comunicação entre as partes interessadas, auditorias internas, comunicando desvios à alta administração correspondem na Enap ao seguinte:

- Comitê de Tecnologia da Informação;
- Conselho Editorial da Revista do Serviço Público (RSP);
- Comissão Editorial Permanente;
- Comissão de Acervo Bibliográfico;
- Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Enap;
- Comissão de Assessoramento a Classificação de Informações Sigilosas da Enap;
- Comissão de Avaliação dos Servidores (CAS);
- Comissão de Apoio ao Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras (Piele);
- Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- Comissão de Ética.

Sobre as instâncias internas de governança:

O **Conselho Diretor – CD** é órgão colegiado da Enap conforme o Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.563, de 11 de setembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 8.091, de 03 de setembro de 2013. É de sua competência a apreciação dos assuntos que lhe são submetidos, a aprovação das normas gerais da administração da Escola, a análise e manifestação sobre programa geral de trabalho, planos anuais, a proposta orçamentária e a programação dos recursos, a análise do relatório de atividades e da prestação anual de contas, o exame e o acompanhamento da execução orçamentária e financeira da Escola, a análise de convênios, contratos, acordos (quando solicitado pelo Presidente), a determinação dos critérios para a composição e funcionamento do Conselho Acadêmico e do Comitê de Tecnologia da Informação, bem como a aprovação da composição e do funcionamento das instâncias colegiadas da Escola. O Conselho Diretor é presidido pelo Presidente da Enap e integrado por seus Diretores.

O **Conselho Acadêmico** também é órgão colegiado da Enap conforme consta do seu Estatuto. Tem caráter consultivo e é presidido pelo Presidente da Enap com a finalidade de qualificar o desenvolvimento institucional e as atividades de ensino e pesquisa da Escola, bem como aprimorar sua capacidade para responder a problemas estratégicos de gestão pública. A Resolução nº 03, de 25 de março de 2013, disciplina os critérios para composição e funcionamento do Conselho Acadêmico. São atribuições do Conselho: (1) apreciar projetos de criação e aperfeiçoamento de cursos, pesquisas e outras atividades desenvolvidas pela Escola; (2) propor temas e metodologias de ensino e pesquisa a serem desenvolvidos pela Enap; (3) apreciar assuntos de importância estratégica para os rumos da Enap, que sejam submetidos à análise pelo Presidente ou pelo Conselho Diretor da Escola. O Conselho Acadêmico é coordenado pelo Presidente da Enap e composto por mais seis membros, cuja iniciativa da indicação é de competência do Presidente da Escola, devendo ser composto por pelo menos um docente e um discente.

Sobre as instâncias internas de apoio à governança:

O **Comitê de Tecnologia da Informação** é uma instância de caráter estratégico e deliberativo, com o objetivo de promover o alinhamento da área de Tecnologia da Informação com as áreas de negócio, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal (EGTI), e com o que determinam os Acórdãos nº 1.603/2008 e 2.308/2010 do TCU. O Comitê de TI foi instituído inicialmente pela Portaria Enap nº 135, de 24 de setembro de 2009, revogada, nas disposições em contrário, pela Portaria Enap nº 42, de 02 de abril de 2015, que entre outras melhorias definiu nova composição e atualizou as atribuições e funcionamento do comitê.

O Conselho Editorial da Revista do Serviço Público (RSP) – foi instituído pela Portaria Enap nº 86, de 13 de junho de 2014, que aprova o regulamento da Revista do Serviço Público (RSP), sua estrutura editorial e as normas de submissão editorial. O Conselho Editorial é parte integrante da estrutura editorial da RSP, juntamente com o Editor-Chefe; a Editoria Adjunta; o Editor Executivo; a Comissão Editorial; e consultores *Ad Hoc*. É composto pelo Editor-Chefe da RSP e por 15 a 20 pesquisadores e/ou profissionais renomados nas áreas de conhecimento da RSP, de origem nacional e internacional, distribuídos de forma a assegurar ampla diversidade e representatividade nacional e internacional, entre linhas de pesquisa, filiação institucional e origem geográfica. Suas competências são: (1) Opinar sobre decisões relativas à política editorial da RSP; (2) zelar pelo cumprimento das atribuições dos editores; (3) auxiliar nos processos de *desk review* e *blind review*, caso seja solicitado pelo Editor-Chefe ou por um dos Editores Adjuntos; (4) auxiliar na divulgação da Revista e na prospecção de artigos; e (5) contribuir com o envio de artigo ou resenha inéditos para publicação.

A Comissão Editorial Permanente, cuja instituição foi atualizada nos termos da Portaria Enap nº 182, de 17 de julho de 2013, tem como primeira atribuição acompanhar a implementação da política editorial da Enap, seguindo as linhas de atuação e produtos definidos pelo Conselho Diretor. A política editorial da Enap, aprovada pela Portaria Enap nº 181, de 17 de julho de 2013, estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades que orientam a produção editorial da Escola de modo a ofertar produtos editoriais que complementem a formação de servidores públicos e que contribuam para o debate sobre a consolidação do Estado democrático e a prestação de serviços públicos eficientes e de qualidade à sociedade brasileira. Também cabe a esta Comissão, definir o conjunto de indicadores quantitativos da produção editorial da Escola e sua estratégia de disseminação; elaborar relatório avaliativo anual, com indicadores quantitativos e qualitativos, para apreciação do Conselho Diretor; avaliar e aprovar as publicações da Enap, excetuado o material didático e publicações específicas para os cursos da Escola; aprovar projetos gráficos das publicações da Enap; e propor, avaliar e aprovar temas e pautas de matérias para a Revista do Serviço Público e demais publicações da Enap. É composta por representantes das seguintes áreas: Diretoria de Comunicação e Pesquisa (DCP) e suas Coordenações-Gerais, Diretoria de Formação Profissional, Diretoria de Desenvolvimento Gerencial, Diretoria de Gestão Interna, Assessoria da Presidência e Assessoria de Cooperação Internacional.

A origem da **Comissão de Acervo Bibliográfico**, em 2004, está ligada à necessidade de uma instância para atuar na formação de coleções do acervo da Biblioteca Graciliano Ramos de acordo com a missão e os objetivos da Escola observando a disponibilidade dos recursos financeiros, permitindo um processo de seleção sistematizado e consistente, propiciando o crescimento racional e equilibrado das diferentes áreas do conhecimento do acervo para dar suporte aos cursos e pesquisas da Enap. Suas atribuições são o planejamento anual para as aquisições de publicações; o levantamento das reais necessidades de material bibliográfico, junto aos professores, colaboradores e coordenadores de cursos, visando à otimização no aprendizado de alunos e suporte informacional necessário ao corpo docente; a avaliação do material bibliográfico que pode ser descartado e, posteriormente, ser destinado à baixa patrimonial e alienação; e a proposição, ao Conselho Diretor, de aquisições de publicações para compor o acervo da Biblioteca, de títulos de livros estrangeiros para possíveis traduções, de celebração de instrumentos de cooperação técnica com instituições congêneres, e de normas de acesso e utilização do acervo da Biblioteca. A Comissão é constituída por, pelo menos, um membro titular de cada Diretoria e Assessoria da Escola, além do Coordenador da Biblioteca. A nomeação da Comissão é realizada por meio de portaria da Presidência da Escola e os membros são indicados para mandato de dois anos podendo ser prorrogado uma única vez pelo mesmo período. A Portaria de designação dos membros vigente é a de nº 39, de 31 de março de 2015.

A **Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável** tem a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), o qual consiste em uma ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos. A composição da Comissão considera um representante de cada Diretoria da Escola, Gabinete e Assessoria de Cooperação Internacional. Inicialmente instituída pela Portaria Enap nº 259, de 20 de dezembro de 2012, sua composição foi alterada pela Portaria Enap nº 88 de 13 de junho de 2014.

A **Comissão de Assessoramento à Classificação de Informações Sigilosas** da Escola foi instituída pela Portaria Enap nº 83, de 27 de abril de 2012, em decorrência da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI), com a atribuição de assessorar as autoridades classificadoras quanto à correta classificação das informações sensíveis, segundo os dispositivos da Lei, bem como propor à autoridade classificadora ou autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre a desclassificação ou reclassificação das informações sigilosas produzidas e acumuladas no âmbito da Escola de acordo com a LAI. A Comissão é composta pelo Chefe de Gabinete da Presidência, responsável por sua coordenação, pelo Procurador-Chefe, pelo Auditor Interno, e pelo Diretor de Gestão Interna, que substitui o coordenador da comissão na sua ausência.

A **Comissão de Avaliação dos Servidores (CAS)**, instituída pela Resolução nº 08, de 07 de junho de 2011, tem como atribuição, no decorrer dos processos de avaliação de desempenho dos servidores da Enap, (1) acompanhá-los com o objetivo de aprimorar sua aplicação e verificar se todos os procedimentos estão sendo cumpridos; (2) manifestar-se a qualquer momento sobre eventuais questionamentos de servidores sobre os procedimentos de avaliação e encaminhar relatório para providências do Conselho Diretor; (3) acompanhar os procedimentos de avaliação em Estágio Probatório e ratificar os resultados para homologação pelo Conselho Diretor; e (4) julgar, em última instância, os eventuais recursos interpostos aos resultados das avaliações individuais nos casos da avaliação da GDPGPE³, Estágio Probatório, Progressão Funcional e Função Comissionada Técnica e, no caso da GAEG⁴, manifestar-se por meio de análise técnica a respeito de recursos interpostos para subsidiar a decisão do Conselho Diretor, responsável, nesse caso, pelo julgamento do recurso. Além do acompanhamento do processo, cabe à CAS, também, planejar e propor ao Conselho Diretor os procedimentos gerais referentes à operacionalização de toda e qualquer avaliação a que se submetem os servidores da Escola, observando-se os requisitos legais específicos; revisar e propor alterações, sempre que necessário, dos instrumentais de cada avaliação, respeitada a legislação específica vigente; e realizar, continuamente, estudos e projetos visando o aperfeiçoamento da sistemática de avaliação. A Comissão é composta por dez servidores (titulares e suplentes), nomeados por meio de portaria da Presidência da Escola a cada início do período avaliativo (que na Escola ocorre de 1º de agosto a 31 de julho do ano seguinte). Os componentes são indicados pela Presidência, pelo Conselho Diretor, pela Diretoria de Gestão Interna e pelos Servidores da Enap. No ano de 2014, a Comissão teve duas composições: a primeira, cujo mandato se iniciou em 1º de agosto de 2014 e finalizou em 31 de julho de 2015, e a segunda, cujo mandato se iniciou em 1º de agosto de 2015 e se encerrará em 31 de julho de 2016. As Portarias de designação foram, respectivamente, a de nº 105, de 31 de julho de 2014 e a de nº 50.044, de 11 de setembro de 2015.

³ GDPGPE: Gratificação de desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.

⁴ GAEG: Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo.

A **Comissão de Apoio ao Programa de Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras (Piele)** foi estabelecida pela Portaria Enap nº 194, de 18 de dezembro de 2014, em atendimento à Resolução do Conselho Diretor nº 13, de 19 de dezembro de 2014, que instituiu o Programa Incentivo ao Estudo de Línguas Estrangeiras (Piele), sob a forma de concessão de bolsas de estudos, aos servidores da Enap, para o custeio parcial de cursos de línguas estrangeiras. A Comissão é composta por representantes das áreas da Escola, sob a coordenação da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP). São atribuições: (1) conduzir, sob a coordenação da CGGP, processos seletivos dos servidores para participação no Programa; (2) analisar e classificar as solicitações de participação, de acordo com os critérios estabelecidos em Edital; (3) averiguar o registro de pessoa jurídica das instituições indicadas nas solicitações de participação no Programa; (4) elaborar relação de classificados no processo seletivo para ampla divulgação na Enap; (5) proceder à análise de recursos, quando for o caso, com posterior divulgação do resultado final; (6) realizar visitas técnicas às instituições de ensino de línguas estrangeiras, constantes do cadastro de servidores habilitados ao Programa, para efetuar confirmação de documentos emitidos ou quando julgar necessário; (7) analisar pedidos de mudança de instituição de ensino que não sejam por motivo de mudança de domicílio; e (8) deliberar sobre situações omissas, mediante apresentação de pauta pela CGGP.

A **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** coordena processos internos de avaliação da instituição da Enap, nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e da Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004 (que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES), com o objetivo de analisar as condições gerais de funcionamento da Escola visando à implementação de melhorias nas suas políticas de atuação. Interage basicamente com toda a Escola uma vez que seu processo de avaliação contempla dimensões relacionadas ao planejamento e desenvolvimento institucional, à gestão institucional, ao corpo social (docentes, discentes, corpo técnico-administrativo), ao projeto pedagógico institucional, à infraestrutura, bem como ao cumprimento de requisitos legais e normativos específicos. Sua atuação contempla etapas (1) de planejamento, (2) a própria avaliação e (3) elaboração de relatórios e balanços críticos. Estão representados na composição desta Comissão, alunos, professores, profissionais técnico-administrativos e representantes da sociedade civil.

A **Comissão de Ética da Enap** é instituída nos termos do art. 7º §§ 1º e 2º do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, sendo constituída por três membros titulares, três suplentes e um Secretário Executivo. A atuação da Comissão é regida, principalmente, pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e pela Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública da Presidência da República e consiste em orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura. A Comissão pode ser acionada presencialmente ou por endereço de e-mail próprio (etica@enap.gov.br). Uma das principais contribuições da Comissão de Ética para a Enap está relacionada ao trabalho de promoção da ética pública, especialmente por meio de ações de comunicação, educação e aconselhamento, que objetiva evitar desvios de comportamento ético dos servidores, bem como prevenir o afastamento das finalidades da Escola.

3.2 Informações sobre os dirigentes e colegiados

De acordo com o Artigo 3º, inciso IV, do Estatuto da Enap, Decreto nº 6.563 de 2008, são órgãos colegiados da Enap: o Conselho Diretor e o Conselho Acadêmico. Ambos já foram detalhados no tópico anterior sobre estruturas de governança.

3.3 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A unidade de auditoria interna da Enap exerce suas competências conforme as atribuições que lhe cabem, de acordo com o Regimento da Escola, aprovado por meio da Resolução nº 03, de 18 de março de 2014. Para tanto, utiliza estratégias de trabalho que lhe possibilitam a) identificar o grau de conformidade operacional e legal dos procedimentos administrativos da Entidade; b) acompanhar as execuções orçamentária, financeira e física; e c) verificar os resultados obtidos na aplicação dos recursos, comparando-os com as metas inicialmente previstas.

A primeira dessas estratégias de trabalho é a de pesquisar sobre os processos que serão auditados, de modo a identificar e examinar todo o arcabouço normativo que diz respeito a cada tema. Em segundo lugar, a auditoria interna analisa os processos administrativos previamente selecionados e forma juízos de valor acerca da legalidade, da convergência em relação às normas e da oportunidade dos atos e fatos praticados pelos agentes públicos que tenham atuado durante os processos administrativos em análise. A terceira estratégia de trabalho utilizada diz respeito ao estabelecimento e fortalecimento de vínculos com as demais áreas da Escola, de modo a posicionar a auditoria interna como instância de consultoria da Entidade. Um dos aspectos práticos da terceira estratégia é o fato de que os achados, as recomendações e as conclusões dos trabalhos de auditoria são todos previamente apresentados aos gestores diretamente envolvidos e discutidos antes de sua formalização como relatório. Essa postura tem contribuído tanto para dar legitimidade aos trabalhos de auditoria, quanto para superar resistências algumas vezes verificadas em equipes que têm suas atividades submetidas a ações de auditoria.

Quanto à operacionalização do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna (PAINT) 2015, as ações foram executadas da seguinte maneira:

Ação nº 1: Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) 2015, referente ao exercício de 2014.

- **Produto:** RAINTE elaborado e enviado à Controladoria Geral da União (CGU);
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Não se aplica;
- **Escopo dos exames realizados:** a) descrição das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna durante o exercício de 2014; b) registro da implementação de recomendações ou determinações apresentadas pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal; c) exposição de fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional, com reflexos sobre as ações de auditoria;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 12 a 30 de janeiro de 2015;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 2: Exame dos procedimentos administrativos utilizados para a contratação da empresa Brasul Administração e Serviços Ltda para prestação do serviço de agente de portaria (processo administrativo n.º 04600.002357/2011-85).

- **Produto:** Relatório de auditoria interna n.º 2/2015;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Coordenação-Geral de Administração e suas subunidades;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Análise dos documentos que deram origem à contratação da empresa Brasul Administração e Serviços LTDA para prestação do serviço em questão; ii) Identificação dos procedimentos utilizados e cotejamento com as orientações contidas nos normativos correspondentes; e iii) Verificação do cumprimento dos termos acordados;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 02 a 20 de março de 2015;

- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 3: Acompanhamento das diligências e dos relatórios de auditoria encaminhados à Presidência da Enap pelo TCU e pela CGU.

- **Produto:** Implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo, ou apresentação de justificativas para seu não acatamento;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Toda a Unidade Jurisdicionada;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Verificação dos atos e fatos produzidos no exercício corrente e nos exercícios anteriores que tenham gerado questionamentos, recomendações ou reprovações por parte dos órgãos de controle interno e externo; ii) Encaminhamento de providências junto às subunidades da Enap, com vistas a dar respostas aos questionamentos, recomendações ou reprovações dos órgãos de controle interno e externo; iii) Prestação de auxílio às subunidades da Enap para a correção de eventuais falhas apontadas pelos órgãos de controle interno e externo; e iv) Encaminhamento de relatórios, esclarecimentos e justificativas aos órgãos de controle interno e externo;
- **Cronograma:** Durante todo o ano, em caráter permanente e prioritário;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 4: Exame dos procedimentos administrativos utilizados para a contratação da empresa Lottus Tecnologia em Informática LTDA para a prestação do serviço de operação de ambientes tecnológicos e de administração de bancos de dados (processo administrativo n.º 04600.004011/2010-31).

- **Produto:** Relatório de auditoria interna n.º 4/2015;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Coordenação-Geral de Administração e suas subunidades;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Análise dos documentos que deram origem à contratação da empresa Lottus Tecnologia em Informática LTDA para prestação do serviço em questão; ii) Identificação dos procedimentos utilizados e cotejamento com as orientações contidas nos normativos correspondentes; e iii) Verificação do cumprimento dos termos acordados;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 6 a 28 de abril de 2015;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 5: Auditoria compartilhada, coordenada pela CGU.

- **Produto:** Por razões de conveniência da CGU, não foi realizada ação de auditoria compartilhada durante o exercício de 2015. Registre-se, entretanto, que, ao longo do ano, os técnicos da CGU e da Enap desenvolveram trabalho colaborativo, consubstanciado principalmente por meio do desenvolvimento de matriz de risco que veio a ser utilizada, ainda a título experimental, na preparação do PAINT 2016;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Não se aplica;
- **Escopo dos exames realizados:** Não se aplica;
- **Cronograma:** Não se aplica;
- **Recursos humanos empregados:** Não se aplica.

Ação nº 6: Análise dos procedimentos administrativos utilizados para a contratação da empresa Liga Engenharia, Indústria e Comércio LTDA para a prestação do serviço de manutenção do sistema de ar condicionado da Enap (processo administrativo n.º 04600.003861/2009-88).

- **Produto:** Relatório de auditoria interna nº 6/2014;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Coordenação-Geral de Administração e suas subunidades;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Análise dos documentos que deram origem à contratação da empresa Liga Engenharia, Indústria e Comércio LTDA para prestação do serviço em questão; ii) Identificação dos procedimentos utilizados e cotejamento com as orientações contidas nos normativos correspondentes; e iii) Verificação do cumprimento dos termos acordados;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 03 a 21 de agosto de 2015;
- **Recursos humanos empregados (pela Enap):** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 7: Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) referente ao exercício de 2016.

- **Produto:** PAINT 2016;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Diversos, conforme consta da descrição de cada ação incluída no PAINT 2016;
- **Escopo dos exames realizados:** a) planejamento das atividades de auditoria a serem desenvolvidas no exercício de 2016, organizando-as a partir das prioridades percebidas pela unidade de auditoria interna da Escola e das recomendações dos órgãos de controle; b) encaminhamento da proposta do PAINT 2016 à CGU;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 14 a 18 de setembro de 2015;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 8: Análise dos procedimentos administrativos utilizados para a contratação da empresa Link Data Informática e Serviços S/A para a prestação do serviço de suporte técnico e manutenção em software (ASI) de gestão de almoxarifado e patrimônio (processo administrativo n.º 04600.002655/2011-75).

- **Produto:** Relatório de auditoria interna nº 8/2015;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Coordenação-Geral de Administração e suas subunidades;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Análise dos documentos que deram origem à contratação da empresa Link Data Informática e Serviços S/A para a execução do serviço em questão; ii) Identificação dos procedimentos utilizados e cotejamento com as orientações contidas nos normativos correspondentes; e iii) Verificação do cumprimento dos termos acordados;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 21 de setembro a 09 de outubro de 2015;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 9: Acompanhamento das diligências e dos relatórios de auditoria encaminhados à Presidência da Enap pelos órgãos de controle interno e externo, com vistas a contribuir para a prestação dos esclarecimentos devidos e para o saneamento de eventuais falhas.

- **Produto:** Implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo, ou apresentação de justificativas para seu não acatamento;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Toda a Unidade Jurisdicionada;
- **Escopo dos exames realizados:** a) verificação dos atos e fatos produzidos no exercício corrente e nos exercícios anteriores que tenham gerado

questionamentos, recomendações ou reprovações por parte dos órgãos de controle interno e externo; b) encaminhamento de providências junto às subunidades da Enap, com vistas a dar respostas aos questionamentos, recomendações ou reprovações dos órgãos de controle interno e externo; c) prestação de auxílio às subunidades da Enap para a correção de eventuais falhas apontadas pelos órgãos de controle interno e externo; e d) encaminhamento de relatórios, esclarecimentos e justificativas aos órgãos de controle interno e externo;

- **Cronograma:** Durante todo o ano, em caráter permanente e prioritário;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 10: Análise dos procedimentos administrativos utilizados para a contratação da empresa Elogroup Desenvolvimento e Consultoria LTDA para prestação de serviços especializados de apoio à gestão e à melhoria de processos (processo administrativo n.º 2300.0014204/2012-75);

- **Produto:** Relatório de auditoria interna n.º 1/2016;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Coordenações Gerais de Administração e de Tecnologia da Informação, e suas subunidades;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Análise dos documentos que deram origem à contratação da empresa Elogroup Desenvolvimento e Consultoria LTDA para prestação do serviço em questão; ii) Identificação dos procedimentos utilizados e cotejamento com as orientações contidas nos normativos correspondentes; e iii) Verificação do cumprimento dos termos acordados;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 16 de novembro de 2015 a 04 de janeiro de 2016;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Ação nº 11: Análise dos procedimentos administrativos utilizados para a contratação da empresa Central IT Tecnologia da Informação LTDA para a prestação de serviços de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação na Enap (processo administrativo n.º 0134.0000421/2013-75);

- **Produto:** Relatório de auditoria interna n.º 2/2016;
- **Áreas, unidades e setores auditados:** Coordenações Gerais de Administração e de Tecnologia da Informação, e suas subunidades;
- **Escopo dos exames realizados:** i) Análise dos documentos que deram origem à contratação da empresa Central IT Tecnologia da Informação LTDA para prestação do serviço em questão; ii) Identificação dos procedimentos utilizados e cotejamento com as orientações contidas nos normativos correspondentes; e iii) Verificação do cumprimento dos termos acordados;
- **Cronograma:** Trabalho desenvolvido no período de 07 de janeiro a 17 de fevereiro de 2016;
- **Recursos humanos empregados:** 01 (um) servidor efetivo (auditor interno).

Quanto às principais constatações apresentadas pela auditoria interna em seus relatórios, foram observados os seguintes desdobramentos:

- Relatório nº 2/2015: Refere-se à ação de auditoria n.º 2/2015, cujos trabalhos destinaram-se a identificar os procedimentos formais utilizados durante a realização do Pregão Eletrônico n.º 12/2011 e cotejá-los com as orientações contidas nos normativos aplicáveis ao caso; analisar os documentos que deram sustentação à contratação da empresa Brasul Administração e Serviços LTDA.,

vencedora do Pregão Eletrônico nº 12/2011; e verificar o cumprimento dos termos do contrato n.º 33/2011. Os exames realizados levaram à convicção de que os procedimentos adotados para a realização do Pregão Eletrônico n.º 12/2011 observaram todas as normas aplicáveis, tanto na fase interna do procedimento licitatório quanto em sua fase externa, culminando com a contratação da licitante que apresentou a proposta mais vantajosa para a Enap. Além disso, especificamente no tocante ao acompanhamento da execução contratual, verificou-se a atuação efetiva da Administração durante toda a vigência do instrumento de acordo, notadamente no momento em que a contratada deu sinais de que deixara de reunir as condições necessárias à adequada entrega dos serviços que deveria prestar. Sem que houvesse solução de continuidade, a Escola conduziu a rescisão do contrato que estava em curso, desencadeou novo processo licitatório e, por fim, contratou outra empresa para prestação dos serviços de agente de portaria.

- Relatório nº 4/2015: Refere-se à ação de auditoria nº 4/2015, cujos trabalhos destinaram-se a identificar os procedimentos formais utilizados durante a realização do Pregão Eletrônico nº 53/2010 e cotejá-los com as orientações contidas nos normativos aplicáveis ao caso; analisar os documentos que deram sustentação à contratação da empresa Lottus Tecnologia em Informática LTDA, vencedora do Pregão Eletrônico nº 53/2010; e verificar o cumprimento dos termos do contrato nº 18/2011. A partir das constatações feitas, recomendou-se que os responsáveis por futuras pesquisas de mercado critiquem os valores informados pelos fornecedores para, em obediência ao teor do Acórdão n.º 2170/2007/TCU/Plenário, desconsiderarem valores discrepantes, para baixo ou para cima, em relação aos demais. Desse modo, a Administração mitigará os riscos de firmar contratos com preços acima do que seria justo ou abaixo do patamar de exequibilidade. Ressaltou-se que, no caso em tela, a majoração a que o valor estimado inicial foi submetido não trouxe reflexos sobre o preço efetivo da contratação. Extraiu-se dos autos que a própria dinâmica da disputa que caracteriza o Pregão Eletrônico, baseada em ofertas sucessivas de menor preço, foi suficiente para garantir o ajuste do valor final pelo qual a contratação foi realizada. Assim, não há que se falar em prejuízo para o erário. No tocante ao acompanhamento da execução do contrato nº 18/2011, verificou-se que durante toda a sua vigência houve atuação efetiva da Administração, percebida especialmente nas ações que orientaram a rescisão do mencionado instrumento de acordo, ocasião em que as operações do ambiente tecnológico da Escola foram transferidas para outro prestador de serviço sem que as atividades da Enap sofressem solução de continuidade.
- Relatório n.º 6/2015: Refere-se à ação de auditoria n.º 6/2014, cujos trabalhos destinaram-se a identificar os procedimentos formais utilizados pela Enap para adesão à Ata de Registro de Preços nº 02/ANA/2009, decorrente do Pregão Eletrônico nº 18/ANA/2009, conduzido pela Agência Nacional de Águas (ANA) e cotejá-los com as orientações contidas nos normativos aplicáveis ao caso; analisar os documentos que deram sustentação à contratação da empresa Liga Engenharia, Indústria e Comércio LTDA para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos condicionadores de ar; e verificar o cumprimento dos termos do contrato n 37/2009. A partir da constatação feita, recomendou-se que, em observância ao que prevê a Lei nº 4.320/64, sejam do tipo global as notas de empenho que venham a ser emitidas

para dar cobertura orçamentária a despesas cujos desembolsos financeiros aconteçam em parcelas com valores previamente fixados. Cabe registrar que a Senhora Coordenadora-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Enap defendeu com propriedade a possibilidade de utilizar Notas de Empenho estimativas, tendo em vista que, no caso em tela, o valor mensal fixado pode variar, ainda que dentro de um espectro previamente definido.

- Relatório nº 8/2015: Refere-se à ação de auditoria nº 8/2014, cujos trabalhos se destinaram a verificar se os procedimentos utilizados para contratação de empresa Link Data Informática e Serviços S/A obedeceram à legislação aplicável, especialmente quanto ao emprego do instituto da inexigibilidade de licitação; e constatar se os termos do contrato firmado têm sido integralmente observados durante sua execução. A partir das constatações feitas, recomendou-se que seja incluído no processo de referência documento que explicita quais procedimentos serão adotados pela Escola para cumprimento da obrigação legal de realizar periodicamente os cálculos de depreciação, amortização, exaustão e recuperabilidade de seu patrimônio.

Quanto ao posicionamento da unidade de Auditoria Interna na estrutura organizacional, tanto o Estatuto, quanto o regimento interno da Entidade informam sua situação de órgão seccional vinculado diretamente à Presidência da Escola.

É relevante observar que recente processo de movimentação interna de pessoal conduzido pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas da Enap (CGGP/Enap) destinou para a unidade de Auditoria Interna mais uma servidora, o que permite antecipar um aumento nas possibilidades de atuação do setor a partir de 2016.

3.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não houve na Enap, no exercício de 2015, instauração de processos para apuração de irregularidades cometidas por servidores públicos e nem a consequente aplicação de penalidades. Além disso, não existe nesta UPC área especializada na matéria correcional.

Contudo, caso seja necessária a apuração de ilícitos administrativos pela Escola, com base no Artigo 61, inciso XIII, do seu Regimento Interno, compete ao Presidente da Enap “instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares, designar os membros das comissões de sindicância e de inquérito administrativo e proceder aos julgamentos”.

3.5 Gestão de riscos e controles internos

O planejamento estratégico torna transparente o papel das unidades que compõem a estrutura da Enap e facilita o acompanhamento do desempenho das mesmas. A definição anual de projetos prioritários e de ações estratégicas permite o monitoramento constante dos resultados pela direção da Escola e, caso necessário, a adoção de medidas que visem a garantir o alcance dos objetivos propostos.

A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) contribuiu para otimizar os fluxos de trabalho, tornando-os mais econômicos, seguros, ágeis e transparentes. Além disso, permitiu também a adoção de práticas inovadoras de trabalho, redesenho no fluxo de processos e melhor

controle de prazos. Maiores detalhes sobre o SEI podem ser verificados no item *6.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade* deste Relatório.

O Sistema Integrado de Gestão (SIG) foi incorporado como ferramenta de gestão na Enap. A iniciativa busca melhorar os processos de trabalho e alcançar a qualidade como prática institucional. Esse sistema permite o acompanhamento dos projetos prioritários da Escola, com a atualização constante de informações a respeito de seu desenvolvimento. O Sistema Integrado de Gestão (SIG-Enap) organiza informações gerenciais de forma estruturada e customizada para subsidiar a tomada de decisão, possibilitando acesso virtual ao planejamento e monitoramento de projetos; cadastro de informações para gestão de pessoas; dados sobre licitações e gestão de contratos; acompanhamento de demandas, fluxos e demais atividades estratégicas. O Sistema foi construído em plataforma baseada em *software* livre e adota o padrão Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças (SIMEC), sistema disponibilizado no Portal do Software Público Brasileiro pelo MEC.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. Canais de acesso do cidadão

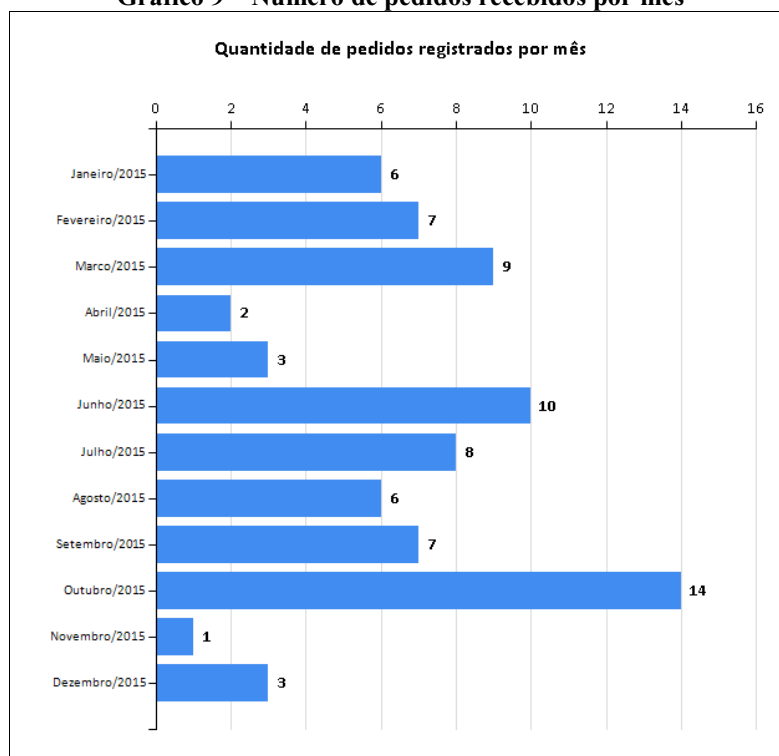
O principal canal de comunicação da Enap com o público externo é o Portal da Enap que, em 2015, passou por uma transição de plataforma tecnológica. As diretrizes que orientaram a construção do novo portal foram: foco no usuário, integração com as redes sociais, uso de recursos de acessibilidade e alto contraste. A plataforma – mais moderna e interativa – visa a proporcionar o acesso a todos, independentemente da forma ou dispositivo de conexão. Além disso, segue o modelo de identidade digital padrão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) e atende às principais recomendações de acessibilidade. Por meio do portal, o cidadão tem acesso às informações institucionais e organizacionais da Escola.

Com o advento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI) - a Enap instituiu o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), responsável por receber e responder os pedidos de informação pública feitos com base na Lei. O serviço está disponível desde maio de 2012. Os pedidos podem ser feitos das seguintes formas:

- ✓ Por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponível no Portal da Enap;
- ✓ Através do email sic@enap.gov.br;
- ✓ Através do sítio da Controladoria Geral da União (CGU), que redireciona os pedidos destinados à Enap: <http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema>
- ✓ Por meio de correspondência física, para o endereço: Setor de Áreas Isoladas Sul Área 2A - SIC Enap - Brasília (DF) - CEP: 706010-900
- ✓ Presencialmente, na própria sede da Enap.

De janeiro a dezembro de 2015, a Enap recebeu 130 pedidos de informação, via e-SIC e email. Isso representa uma média de um pedido para cada dois dias úteis. Do total de pedidos recebidos, 30% não eram da competência da Escola e os 70% restantes foram respondidos pela Enap. O tempo médio de resposta pela Enap é de 9,94 dias para cada pedido.

Gráfico 9 – Número de pedidos recebidos por mês



Existe também um canal de comunicação entre o cidadão e a Enap, disponível no Portal da Escola, denominado Fale com a Enap. Neste canal, o cidadão encaminha a sua solicitação, reclamação, dúvida ou sugestão, podendo direcionar a questão a uma área específica da Escola, a qual ficará responsável por respondê-la. A mensagem pode ser enviada para as seguintes áreas:

- ✓ Alojamento
- ✓ Biblioteca
- ✓ Café com Debate
- ✓ Casoteca
- ✓ Cooperação Internacional
- ✓ Cursos a distância
- ✓ Programa de Capacitação - Cursos presenciais
- ✓ Especialização
- ✓ Formação de Carreiras
- ✓ Informática
- ✓ Projetos Especiais
- ✓ Publicações e Downloads
- ✓ Secretaria Escolar
- ✓ Sítio da Enap
- ✓ Serviço de Logística de Eventos
- ✓ Fale Conosco site
- ✓ Mestrado

Ademais, a Biblioteca da Enap oferece o serviço de atendimento a distância, que funciona da seguinte forma:

1. O usuário faz a pesquisa na base de dados (<http://biblioteca.enap.gov.br>) e escolhe o material de interesse (capítulos de livros e/ou artigos de periódicos) e envia a seleção por e-mail (biblioteca@enap.gov.br).
2. A equipe da biblioteca recebe a seleção, separa o material e faz o orçamento de envio para o usuário. O custo deste serviço é de R\$ 0,10 centavos por folha, em caso de xerox, mais despesas de envio pelo correio, e no caso de digitalização e envio por e-mail é cobrada uma taxa de R\$ 1 real a cada cinco páginas.
3. Se o usuário aceitar o orçamento, a equipe envia uma Guia de recolhimento da União (GRU) para que o usuário faça o depósito e em seguida envie o comprovante de pagamento. Ao receber o comprovante, o material será fotocopiado ou digitalizado.

O serviço de atendimento a distância da Biblioteca realizou 130 atendimentos em 2015.

Também em 2015, a Enap iniciou a gestão de seus perfis nas mídias e redes sociais, que passaram a funcionar também como forma de contato com o público externo. Todos os conteúdos publicados no portal da Escola estão disponíveis no *Facebook* e no *Twitter*. Também são postados vídeos no *Youtube* e fotos no *Flickr*. Por ser muito recente, ainda não há estatísticas sistematizadas referentes ao número de acessos, publicações mais relevantes ou tempo de resposta a eventuais solicitações e comentários.

4.2. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Para medir a satisfação dos clientes/alunos das atividades resultantes de sua atuação, a Enap utiliza-se basicamente da avaliação de reação, ao término de cada evento de aprendizagem, quando os alunos recebem um formulário para avaliação.

Essa alternativa de avaliação tem o propósito de mensurar o grau de satisfação dos participantes em relação aos eventos de aprendizagem recém-concluídos e de contribuir para uma reflexão com vistas ao aprimoramento dos cursos e das práticas envolvidas para a sua realização.

A alternativa adotada inspira-se no modelo dos quatro níveis de avaliação formulados por Donald Kirkpatrick⁵. Esse modelo é aplicado para a avaliação da eficácia de programas de capacitação ou treinamento e compreende quatro níveis vinculados em ordem de intercausalidade: 1) reação; 2) aprendizagem, 3) comportamento e 4) resultados.

O primeiro nível mede como os participantes de um programa reagiram a ele. O segundo nível abrange a extensão do aprendizado no que se refere aos conhecimentos, habilidades e atitudes desenvolvidas durante o programa de capacitação. Esse processo depende dos objetivos específicos e da natureza do conteúdo do programa. O terceiro nível diz respeito à extensão em que os participantes mudaram seu comportamento em razão da participação em um processo de capacitação. Por fim, o último nível envolve a avaliação de resultados finais ou o impacto da ação do sujeito no ambiente de trabalho, ou seja, em que sentido a capacitação permitiu ao sujeito transferir o conhecimento adquirido para as práticas do trabalho gerando valor aos processos preexistentes.

A Enap optou pelo primeiro nível na maior parte de suas soluções de capacitação, particularmente na área do desenvolvimento técnico e gerencial. No caso específico dos programas de formação para carreiras, cursos de aperfeiçoamento ou de pós-graduação, atinge-se o nível dois. A Escola tem utilizado questionários estruturados como instrumentos de avaliação e eles variam conforme a especificidade dos eventos de capacitação.

Cursos Presenciais de Desenvolvimento Técnico-Gerencial

Nos cursos presenciais de desenvolvimento técnico-gerencial realizados pela Coordenação-Geral de Programas de Capacitação (CGPROG) e pela Coordenação-Geral de Projetos de Capacitação (CGPROJ), a avaliação de reação é aplicada no último dia do curso, em sala de aula, de forma coletiva, com tratamento confidencial das respostas.

O formulário *Avaliação de Satisfação com o Curso Presencial* é o instrumento utilizado para mensurar o nível de satisfação dos participantes em relação aos eventos de aprendizagem. São três as dimensões avaliadas pelos participantes: Planejamento, coordenação e apoio logístico; Desempenho do docente; e Autoavaliação.

Para seminários e eventos dessa natureza realizados pela CGPROG e pela CGPROJ, o formulário de avaliação é mais sintético, contemplando também três dimensões: organização do evento, palestrante e resultados e aplicabilidade, além de um campo para registro das observações.

Na CGPROG, após a tabulação dos formulários e consolidação dos dados, os resultados da turma são apresentados no *Relatório de Avaliação de Satisfação*. Para a retroalimentação do processo, o

⁵ **Donald L. Kirkpatrick & James D. Kirkpatrick.** Como Avaliar Programas de Treinamento de Equipes: Os Quatro Níveis. Rio de Janeiro. Editora Senac, 2010.

relatório é encaminhado pelo núcleo de avaliação ao coordenador do curso e ao docente, visando contribuir para a reflexão, replanejamento e aperfeiçoamento de suas práticas. No caso das turmas exclusivas e das realizadas no âmbito do Programa Enap em Rede, o relatório da turma é enviado, também, à instituição demandante ou parceira. Com o propósito de aprimorar continuamente os eventos de aprendizagem oferecidos, as informações, produzidas a partir da sistematização das avaliações, compõem um diagnóstico para acompanhamento da atuação dos docentes e revisão ou atualização de atividades, conteúdos, metodologias e materiais didáticos dos eventos de aprendizagem. Na construção desse diagnóstico, além das avaliações dos alunos, são utilizadas, também, as observações e sugestões registradas pelos docentes no Formulário de Conclusão de Cursos (FCC).

As informações produzidas a partir das avaliações contribuem, ainda, para identificação de oportunidades de melhorias relativas à infraestrutura e apoio logístico oferecidos pela Enap. Quando são realizadas turmas piloto de cursos novos, pela CGPROG, aplica-se formulário de avaliação diferenciado, mais detalhado, com o propósito de obter informações para aperfeiçoar o curso, tornando-o adequado às necessidades do público-alvo. Após a consolidação dos dados de todas as turmas, os resultados são apresentados em Relatórios de Sistematização das Avaliações de Satisfação da CGPROG.

Na CGPROJ ocorrem algumas situações particulares ou peculiares. A primeira envolve as oficinas de planejamento, eventos baseados em processos conversacionais com características de assessoria técnica, ou seja, que não configuram cursos tradicionais ou regulares. Para esses casos, geralmente, utiliza-se o recurso de dinâmicas avaliativas, em que o grupo externa ou verbaliza ao final das atividades as suas impressões sobre as atividades desenvolvidas. O segundo caso envolve programas de capacitação customizados, ou mesmo a validação de soluções de capacitação novas, que exigem um processo de avaliação menos padronizado e uma presença significativa do coordenador do evento como observador crítico-analítico do processo de ensino-aprendizagem. Nesse tipo de avaliação, particularmente quando se trata da validação de uma nova solução, aspectos referentes ao desenho instrucional são observados e registrados para análise da coordenação de ensino. Da mesma forma, cursos customizados envolvem não raras vezes relatórios de execução físico-financeira, que são exigidos pelo demandante em função do registro de aspectos específicos do processo de ensino-aprendizagem que merecem tratamento especial e, muitas vezes, a construção de um instrumento específico para a avaliação.

Cursos a Distância

Nos cursos a distância, os questionários de Avaliação de Reação podem ser preenchidos pelo aluno ao final de cada evento.

Os fatores avaliados envolvem Planejamento e coordenação; Conteúdo e estrutura do curso; Aplicabilidade do curso; Desempenho do tutor; Interface gráfica do curso; Apoio institucional e logístico; Autoavaliação; o curso como um todo.

Após a consolidação dos dados, os resultados por curso são apresentados no *Relatório dos Resultados das Avaliações de Reação dos Cursos a Distância* e são utilizados como subsídio para ações de melhoria contínua dos cursos, incluindo revisão de conteúdo e atividades, de metodologia, orientação a tutores, entre outros.

Cursos de Aperfeiçoamento para Carreiras

Nos cursos de aperfeiçoamento para carreiras a avaliação de reação também é aplicada pelo coordenador do curso, no último dia, em sala de aula, de forma coletiva.

Ao todo são 16 fatores de avaliação distribuídos em três dimensões: Desempenho do professor, com oito itens de avaliação; Avaliação do curso; e Resultados e aplicabilidade.

Além disso, ao final do formulário, há um campo para observações e contribuições. Após a tabulação dos formulários, as avaliações são consolidadas e produz-se um relatório com a indicação da avaliação média por turma (curso e docente), tendo também a indicação do valor médio da avaliação de cada dimensão, além da moda e desvio padrão.

Além da avaliação de reação, outro importante instrumento de avaliação dos cursos é a observação em sala de aula pelo coordenador. Essa avaliação é feita no final de cada curso e resulta em registros de pontos positivos, dificuldades e observações dos participantes, servindo também para subsidiar o desenvolvimento de turmas posteriores.

Projetos Especiais de Capacitação

Com relação aos cursos realizados pela Coordenação-Geral de Projetos de Especiais (CGPE), responsável por projetos especiais de capacitação para atender a objetivos específicos de instituições públicas, a avaliação de reação também é aplicada pelos coordenadores, no último dia do curso, em sala de aula, de forma coletiva.

O instrumento avalia três dimensões: Desempenho do professor; Avaliação do Curso (conteúdo programático e carga horária); e Resultados e Aplicabilidade na atividade profissional.

Há, ainda, uma diferença no procedimento de avaliação em alguns eventos de aprendizagem realizados pela CGPE. Por tratar-se de uma área em que o desenvolvimento de cursos é uma de suas principais características (e por isso o formulário de Avaliação de Reação possui aspectos diferentes das demais áreas da Enap), quando da realização de turmas piloto, aplica-se também uma avaliação qualitativa verbal em dinâmica coletiva ao final do evento de aprendizagem com vistas ao levantamento de subsídios para incorporação de melhorias ao desenho do curso.

Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Por fim, a avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* ocorre por meio do preenchimento de questionários de avaliação de reação por disciplina (tanto pelos alunos quanto pelos docentes) e da avaliação de final de curso.

A avaliação de reação por disciplina aborda três dimensões: Desempenho do professor; Avaliação da estruturação da disciplina; Resultados e aplicabilidade.

O formulário de avaliação de reação preenchido pelo docente após o término da disciplina contempla duas dimensões: Perfil e comportamento dos alunos; Desenvolvimento do curso.

Para a avaliação de final de curso é contratado um consultor externo que realiza o processo por meio de uma oficina de avaliação que ocorre no dia subsequente à última aula presencial e conta com a participação de todos os alunos. Nessa oficina, são realizadas atividades individuais e grupais para socialização de avaliações de diferentes aspectos do curso que permitem coletar, pela observação e pelos registros escritos, as percepções qualitativas dos participantes a respeito do curso. A oficina é estruturada da seguinte forma:

- ✓ Acolhimento, abertura e explicação sobre a metodologia;
- ✓ Projeção futura do impacto do curso nas atividades profissionais;
- ✓ Avaliação da percepção sobre aspectos constantes nos objetivos de aprendizagem;
- ✓ Avaliação de aspectos do desenvolvimento do curso (conteúdo, coordenação, material didático, prática de gestão pública, preparação para elaboração do trabalho final, corpo docente e visitas técnicas);
- ✓ Autoavaliação quanto ao envolvimento com o curso, avaliação sobre a turma e sugestões.

Após o término do curso é elaborado um relatório final contendo a consolidação dos dados das avaliações de reação dos alunos e docentes e avaliação final do curso. São realizadas reuniões internas para discussão dos resultados e análise das sugestões.

4.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade jurisdicionada

No portal da Enap, há um item denominado Acesso à Informação, o qual permite consulta a diversos subitens que contribuem para a transparência da gestão, conforme a seguir.

- ✓ Auditorias - informações referentes ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomada de contas realizadas na Enap. Aqui estão agregados os processos de contas anuais que atestam a idoneidade da Escola na gestão administrativa.
- ✓ Receitas e Despesas - informações sobre a previsão e arrecadação de receita pública e a execução orçamentária e financeira.
- ✓ Licitações e Contratos - consulta aos editais de pregão eletrônico, às atas de registro de preços, às contratações de atividades de docência e demais contratações de aquisição e prestação de serviços realizadas pela Enap.
- ✓ Servidores – consulta a informações sobre os concursos públicos realizados, a relação dos agentes públicos lotados na Enap e a relação de funcionários terceirizados.
- ✓ Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) - recebe e responde os pedidos de informação pública feitos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).
- ✓ Boletim de Pessoal e Atos Administrativos – consulta, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a portarias, resoluções e outros atos administrativos.

4.4. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Portal Enap

O portal da Enap segue a identidade digital padrão do governo federal e atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para a internet.

O conceito de acessibilidade é descrito, na legislação brasileira, como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços urbanos, mobiliários, equipamentos, edificações, transportes, dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na internet, acessibilidade refere-se principalmente às recomendações do *World Content Accessibility Guide (WCAG)*, do *World Wide Web Consortium (W3C)* e, no caso do governo brasileiro, ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG).

Na parte superior do portal da Enap, existe uma barra de acessibilidade na qual se encontram atalhos de navegação padronizados e a opção para alterar o contraste. Essas ferramentas estão disponíveis em todas as páginas do portal.

Atividades finalísticas

A preocupação com a garantia da acessibilidade se reflete com maior intensidade na oferta de Educação a Distância, por envolver processos mediados por mecanismos uso de TIC. Para garantir o acesso e participação nos cursos pelos servidores e agentes públicos dos três poderes e das três esferas de governo e cidadãos interessados, a Coordenação de Educação a Distância procura desenvolver a melhoria no acesso aos cursos a distância, estudando suportes que permitam ao usuário acessar e navegar nos cursos a distância. Para isso, executa um Termo de Cooperação entre Enap e UnB, iniciado em dezembro de 2013. Em virtude dessa parceria foram realizadas atividades de levantamento de dados preliminar do cenário de acessibilidade da Escola Virtual Enap, de forma a permitir o diagnóstico de cenários complexos que necessitam de intervenção para melhor aproveitamento dos recursos destinados ao uso de tecnologias aplicadas à educação na Enap.

Como resultado das atividades realizadas no âmbito do Termo de Cooperação buscou-se implementar boas práticas de usabilidade e acessibilidade. Entre as atividades realizadas têm-se:

- Elaboração de uma nova proposta de interface para a Escola Virtual Enap (Moodle): A proposta de interface foi elaborada com base nos pilares de comunicação para os padrões digitais do governo eletrônico, propostos pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM, 2014), constituída em: (i) foco no Público; (ii) experiência digital comum; (iii) acessibilidade; e (iv) economicidade, assim, foi apresentada uma estrutura de interface que permitisse: Foco no Público; Experiência Digital Comum; Acessibilidade; Economicidade; e Arquitetura da Informação.
- Orientação quanto às boas práticas no uso de links no meio de conteúdo; tipo de linguagem utilizada nos cursos; tamanho das fontes, imagens, ícones e infográficos; disposição de informações de forma hierárquica; uso de tags de descrição em todos os recursos multimídia.
- Conversão dos vídeos que utilizavam a tecnologia Flash para uma versão livre que possa ser executado em Player HTML.
- Implementação de textos alinhados à margem esquerda.

Com o intuito de aprimorar os recursos de acessibilidade, está previsto para o novo Termo de Cooperação entre a Enap e UnB atividades de implementação dos recursos de acessibilidade para cursos EaD, testes das funcionalidades, interface e usabilidade, bem como o monitoramento dos recursos de acessibilidade que foram implementados.

Ademais, a Casoteca de Gestão Pública disponibilizou o estudo de caso “*Gênero, raça e espaços de poder: o caso de Maria Antônia e Geraldo*” com uma versão em audiodescrição, compreensível para o público com deficiência visual.

Encontra-se em andamento a implementação do projeto Sala de Aprendizagem de Alta Performance (SAAP), que corresponde à modernização dos ambientes educacionais da Enap, permitindo aos alunos a utilização de computadores individuais com a possibilidade de mútua projeção em telas coletivas, de acesso à internet, de gravação e transmissão de imagens, sons e dados disponibilizado em ambiente com climatização, energização, iluminação e com mobiliário confortável e acessível. Um importante fator neste projeto é a acessibilidade no que tange aos recursos audiovisuais, para

repcionar e capacitar pessoas com deficiência. Além disso, o projeto foi concebido sob a ótica da metodologia de competências institucionais, em que são exploradas as capacidades de socialização e compartilhamento de conhecimento entre os aprendizes. Dessa forma, a sala possibilitará diversas configurações de uso (auditório, formato U, espinha de peixe, escola, entre outros) abarcando as diversas formas de metodologias pedagógicas aplicáveis no âmbito da Administração Pública.

A Enap também manteve, em 2015, contrato para serviços de intérprete de LIBRAS (Contrato nº 02/2015).

Infraestrutura física

Em 2015 a Enap avançou em mais um processo de modernização das suas instalações físicas, melhorando as condições de acessibilidade, de forma a oferecer conforto e segurança às pessoas com deficiência. Mediante adaptações nos ambientes no decorrer dos anos, as instalações físicas da Escola apresentam hoje um espaço que garante, em grande parte, os requisitos de acessibilidade. Entre as iniciativas realizadas, destacam-se:

- ✓ Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- ✓ Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço, com destaque para a revitalização, ampliação da quantidade e construção de guarda corpo;
- ✓ Construção de rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
- ✓ Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- ✓ Adaptação dos banheiros, que está sendo feita em etapas, com colocação de barras de apoio nas paredes e reparação do sistema hidráulico;
- ✓ Adaptação das recepções para acessibilidade de cadeiras de rodas;
- ✓ Instalação de elevador externo no edifício administrativo principal e modernização do elevador de serviço.

As condições de acessibilidade das instalações físicas da Escola, após as reformas e aquisições realizadas com esse propósito, correspondem ao seguinte:

- ✓ Área especial no campus da Enap para embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- ✓ Acesso adequado às dependências da Biblioteca da Enap, ao acervo e às mesas de estudo para pessoas em cadeira de rodas;
- ✓ Telefone de atendimento adaptado para comunicação com e por pessoas com deficiência auditiva; no entanto, o canal frequentemente utilizado nesses casos é o email;
- ✓ Assentos para obesos e canhotos nas salas de aula;
- ✓ Disponibilidade de cadeiras para obesos nas áreas administrativas;
- ✓ Acesso permitido a cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência ou de treinador.
- ✓ Sinalização visual nos estacionamentos e sinalização tátil e visual em elaboração nos demais espaços da escola.

Ainda visando à melhoria e ao atendimento integral às condições de acessibilidade, a Enap tem planejadas ações de curto e médio prazo, de maneira a atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT e as regras contidas na legislação específica. Vale destacar que se entende por desenho universal a concepção de

espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A UPC adotou, ao longo do exercício de 2015, todas as medidas cabíveis para dar integral cumprimento às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, às NBCs T 16.9 e T 16.10.

A UPC realizou os devidos lançamentos patrimoniais de DEPRECIACÃO dos bens MÓVEIS e IMÓVEIS no SIAFI, bem como todos os registros de AMORTIZACÃO de seu patrimônio INTANGÍVEL, dando total cumprimento às disposições contidas nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao Setor Público, Resoluções nº 1.136/2008 e 1.137/2008.

Importante ressaltar que, no Relatório de Gestão de 2014, a UPC se comprometeu a realizar, no exercício seguinte, os procedimentos contábeis para amortizar seu patrimônio INTANGÍVEL, o que foi 100% cumprido, conforme consta do balanço patrimonial da Enap de 2015.

A metodologia de cálculo adotada para os registros dos lançamentos de DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO foi o Método das Quotas Constantes, ou Método Linear, segundo a NBC T 16.9, Item 13, alínea “a”.

As taxas utilizadas para os cálculos foram àquelas estabelecidas no Item 24 da Macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em face da determinação contida no Item 23 da mesma Macrofunção, que tem como base legal a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/00, Lei nº 10.180/2011, NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Não houve necessidade, no exercício de 2015, de avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido da UPC.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado, no exercício 2015, estão devidamente demonstrados nos Balanços Patrimoniais e na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), anexados ao Relatório de Gestão no Capítulo “*DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS*”.

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A Enap ainda não utiliza o Sistema de Informação de Custos (SIC) do Governo Federal, contudo, utiliza-se da contabilização das despesas por meio de Planos Internos (PI), que permite o acompanhamento e detalhamento pormenorizado da execução das dotações orçamentárias e suas programações. A utilização do PI possibilita o agrupamento dos gastos, permitindo assim o acompanhamento em níveis de detalhamento que auxiliam na identificação e correção de eventuais inconsistências.

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As informações referentes a este item se encontram no Anexo II.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de Pessoas

6.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 11 – Força de trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	269	191	26	24
1.1. Membros de poder e agentes políticos	00	00	00	00
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	269	191	26	24
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	209	131	00	06
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	24	24	10	05
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	01	01	00	00
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	35	35	16	13
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	22	22	07	08
4. Total de Servidores (1+2+3)	291	213	33	32

Fonte: SIAPE e Arquivos CGGP

Quadro 12 – Distribuição da lotação efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1) 191	99	82
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	99	82
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão*	76	45
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	08	16
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	00
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	14	21
2. Servidores com Contratos Temporários	00	00
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	05	17
4. Total de Servidores (1+2+3)	104	99

*Não computamos 10 servidores cedidos. / Fonte: SIAPE e Arquivos CGGP

Quadro 13 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	80	78	16	18
1.1. Cargos Natureza Especial	00	00	00	00
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	80	78	16	18
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	26	26	00	01
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	14	14	04	02

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	16	16	07	07
1.2.4. Sem Vínculo	22	22	05	08
1.2.5. Aposentados	00	00	00	00
2. Funções Gratificadas	32	29	06	07
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	28	28	06	07
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	00	00	00	00
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	01	01	00	00
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	112	107	22	25

Fonte: SIAPE e Arquivos CGGP

Análise Crítica

Na data de 31 de dezembro de 2015, a Enap contava com 213 servidores, de diversos vínculos com a Administração Pública Federal. Desses, 10 servidores estão cedidos para outros órgãos. Para cumprir com sua missão institucional, a Escola conta também com a colaboração de servidores requisitados e sem vínculo. Ressalta-se que, de acordo com os dados da CGGP/DGI, cerca de 44% da força de trabalho da Enap tem mais de 51 anos de idade, estando próxima de completar os requisitos para solicitação de aposentadoria. Com base nos dados apresentados, constata-se a necessidade de planejamento estratégico de gestão de pessoas prevendo não apenas as futuras contratações por este órgão a fim de suprir suas demandas institucionais, como também a gestão da sucessão, conforme a transição geracional ocorrer.

6.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 14 – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	3.607.421,55	1.672.894,55	1.354.537,96	356.183,97	663.687,48	342.612,17	7.958.037,50	14.405,24	0,00	15.969.780,42
	2014	4.117.068,12	813.298,49	1.010.096,92	344.482,90	675.125,06	380.684,19	7.285.765,04	3.882,45	0,00	14.630.403,17
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0,00	586.841,39	62.028,81	54.199,48	106.477,45	0,00	41.218,50	829,40	0,00	851.595,03
	2014	11.905,13	1.355.925,41	161.677,96	65.845,67	35.370,17	3.413,67	568.751,72	0,00	0,00	2.202.890,03
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	1.069.137,28	0,00	83.566,32	23.640,64	207.236,80	27.386,34	12.921,95	2.876,09	0,00	1.426.765,42
	2014	1.290.857,11	12.616,87	114.126,54	35.295,31	175.263,18	35.821,60	172,02	0,00	0,00	1.664.152,63
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	346.999,34	0,00	393.197,44	29.175,90	41.546,64	39.529,23	258,38	0,00	0,00	850.706,93
	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	289,18	0,00	289,18

	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: DW e Relatório de Gestão 2014.

Análise

- Os servidores descentralizados, bem como os requisitados de outros órgãos, foram incluídos aos “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com os órgãos da unidade”.
- No relatório de 2014, os valores referentes a “servidores cedidos com ônus” foram incluídos aos “Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade”. Porém, no relatório de 2015, foram incluídos conforme indicado no quadro, em “Servidores cedidos com ônus”.

6.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Em 31 de dezembro de 2015, a Enap contava com uma força de trabalho nominal de 219 servidores de diversos vínculos. Desse total, 10 servidores estavam cedidos e cinco servidores estavam afastados.

A importante missão institucional da Escola e os desafios propostos pela atual gestão demandam um quantitativo mais expressivo de servidores. Ainda, cumpre-nos ressaltar que, para suprir a lacuna no quadro próprio, a Escola conta com a colaboração de servidores requisitados e sem vínculo que, em vista do vínculo precário que estabelecem, acabam por intensificar a já alta rotatividade de servidores e a evasão do conhecimento adquirido.

Muito embora em dezembro de 2015 a Enap tenha nomeado 22 novos servidores efetivos, o quadro abaixo demonstra que cerca de 44% da sua força de trabalho possui faixa etária acima dos 51 anos de idade, o que representa uma enorme parcela de servidores em vias de cumprimento de requisitos para solicitar a aposentadoria, sem perspectiva imediata de reposição.

Quadro 15 - Servidores por faixa etária

Quantidade de servidores por faixa etária						
Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos	Total de servidores	Total de servidores acima de 50 anos / Percentual do total de servidores na Enap
13	72	35	67	25	212	92 / 43,4%

Obs.: Para a elaboração do quadro foram computados Servidores do Quadro Próprio, Sem Vínculo, Cedidos, bem como os Servidores Requisitados e em Exercício Descentralizado.

No que concerne aos afastamentos prejudiciais ao desenvolvimento das atividades institucionais, abaixo apresentamos dois quadros construídos com base nos dados da Rede SIASS, que demonstram a redução da força de trabalho, gerando, de alguma forma, sobrecarga a partir da distribuição das atividades diárias, considerando o quantitativo precário de servidores da Escola.

Gráfico 10 - registros de atestados médicos por mês em 2015

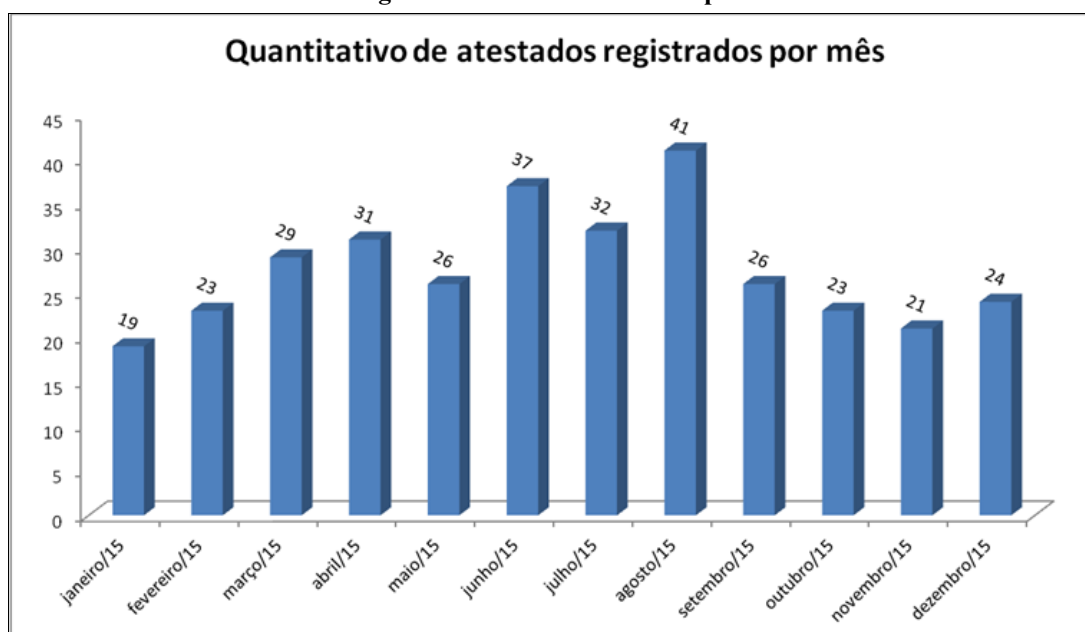
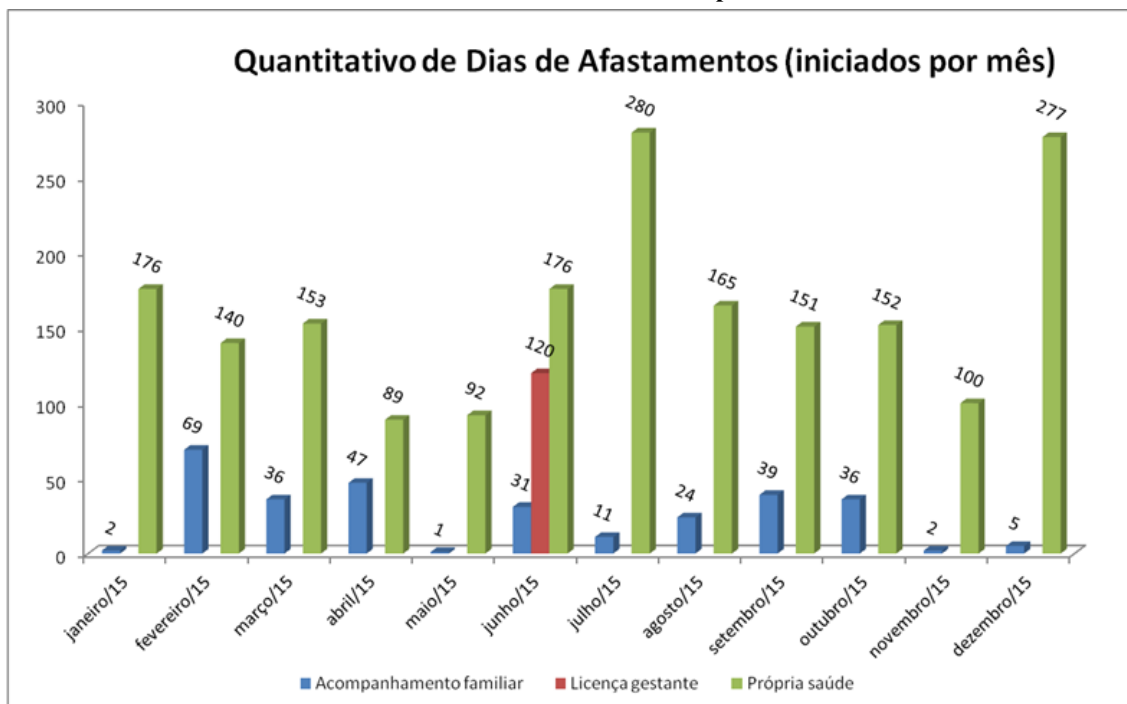


Gráfico 11 - dias de afastamento por mês



6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 16 - contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Escola Nacional de Administração Pública						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
2015	Contratação de Agente de Integração para administrar o programa de estágio não obrigatório para estudantes de nível intermediário e superior na Enap	AGIEL	08/09/2015	07/09/2016	Ensino Médio e Superior	Vigente

Fonte: Processo Sei nº 04600.000689/2014-78

A Enap possui ainda contratos de terceirização regular de mão de obra com empresas para a prestação de serviços de limpeza, vigilância armada, condução de veículos automotivos, recepcionistas e agente de portaria. Todos esses contratos estão listados no quadro abaixo e também podem ser encontrados no portal da Enap em **ACESSO À INFORMAÇÃO > LICITAÇÕES E CONTRATOS > CONTRATOS**.

Quadro 17 – contratos de terceirização de mão de obra

EMPRESAS	OBJETO	QTD DE FUNCIONARIOS	VALOR	VALOR ANUAL
APECÊ	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Limpeza, Asseio, Conservação e Jardinagem; de Camareiro(a) e de Carregador de Móveis, nas áreas da Enap, com fornecimento de toda a mão de obra, materiais e equipamentos, em regime de empreitada por preço global, nas dependências da Enap	34	R\$ 112.216,55	R\$ 1.346.598,60
AC SEGURANÇA	Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada tendo em vista garantir a segurança nas instalações da Escola Nacional de Administração Pública, executados de forma continuada, mediante o regime de execução indireta por empreitada por preço global.	6	R\$ 41.415,13	R\$ 331.321,01 01/01 a 21/08/2016
LIMA E SILVA	Constitui objeto do presente CONTRATO a prestação de serviços de apoio administrativo, por meio de recepcionistas, executados de forma continuada, mediante o regime de execução indireta por empreitada por preço global.	6	R\$ 21.416,65	R\$ 256.999,85
WR	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de condução de veículos automotores para dispor de 05 (cinco) postos de trabalho de motorista executivo, visando suprir as necessidades da Escola Nacional de Administração Pública, no que tange ao transporte de autoridades, servidores em geral e transporte de documentos, em veículos oficiais de propriedade da Enap.	5	R\$ 17.917,03	R\$ 215.004,36
MASTERC	Tem como objeto a prestação de serviço por meio de profissionais qualificados, de agente de portaria, celebrado com a empresa Masterc Manutenção Predial, Obras e Terceirização Ltda.	8	R\$ 17.917,03	R\$ 215.004,36

6.2 Gestão do Patrimônio e Infraestrutura

6.2.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

A frota de veículos da Enap é fundamental para suas atividades externas, no transporte de servidores e de material. A constituição e a forma de utilização da frota de veículos são pautadas

pelo Decreto nº 8.541, de 13 de outubro de 2015 e pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 3, de 15 de maio de 2008.

Cabe ressaltar que a Escola não contrata frota de veículos automotores de terceiros. Devido ao fato de possuir quantidade otimizada de veículos para atendimento das demandas, a locação se torna economicamente inviável, razão pela qual se escolheu a aquisição em detrimento da locação.

No ano de 2015, foram recebidos, por meio de doação da Procuradoria da República do Distrito Federal, dois veículos. A Enap efetuou a doação de outros dois veículos classificados como antieconômicos, na forma prevista na alínea c do parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 99.658/1990.

A quantidade atual de veículos em uso pela Enap é a seguinte:

- grupo III: um veículo de transporte institucional – transporte de autoridade em serviço;
- grupo IV: nove veículos de serviços comuns sendo:
 - seis veículos de transporte de pessoal;
 - um veículo de transporte carga leve;
 - dois veículos de transporte coletivo.

A idade média da frota é de 1(um) ano para o veículo do Grupo III e de 5,5 anos para os veículos do Grupo IV. A quantidade quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação acima é a seguinte:

- grupo III – 21.257 km anual;
- grupo IV – média de 7.979,43 km anual.

Os custos associados à manutenção da frota consistem em:

- combustíveis: R\$ 27.751,63;
- manutenção preventiva e corretiva: R\$ 24.674,22;
- seguro obrigatório: R\$ 1.778,44;
- seguro total: R\$ 7.430,00;

Sobre a estrutura de controles, para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte, a Enap dispõe de planilhas mensais para consolidar as informações. Contudo, a Escola está desenvolvendo sistema informatizado para gestão do serviço de transporte.

6.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

A destinação de veículos inservíveis, de propriedade da Enap, segue as orientações e determinações do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990. Nesse sentido, a Enap alienou, no exercício de 2015, por meio de doação, dois veículos classificados como antieconômicos, na forma prevista na alínea “c” do parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

6.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

A Enap não é gestora de bens imóveis classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros. Os imóveis relacionados nos tópicos “Imóveis sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional” e Imóveis funcionais sob responsabilidade da UPC” são de propriedade da Enap e estão sendo geridos de acordo com o que disciplina os artigos 4º e 17 do Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993.

Quadro 18 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2015	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal	03	03
	Brasília	03	03
Subtotal Brasil		03	03
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		03	03

Fonte SIAFI, posição em 31/12/2015

Quadro 19 - Imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional

UG	RIP	VALOR DO IMÓVEL (R\$)			DESPESA NO EXERCÍCIO
		VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
114702	970121512500-4	12.878.962,19	29/09/2015	36.552.044,75	***

Fonte SPIUnet (Informação sobre “Despesa do Exercício” não disponível no SPIUnet)

Quadro 20 - Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UPC

SITUAÇÃO	RIP	VALOR DO IMÓVEL (R\$)			DESPESA NO EXERCÍCIO
		VALOR HISTÓRICO	DATA DA AVALIAÇÃO	VALOR REAVALIADO	
Ocupado	970117143.500-3	163.575,26	30/03/2015	555.486,69	***
Ocupado	970117142.500-8	313.751,15	30/03/2015	1.220.643,89	***

Fonte SPIUnet (Informação sobre “Despesa do Exercício” não disponível no SPIUnet)

Análise Crítica

A Enap não é gestora de bens imóveis classificados como “Bens de Uso Especial” de propriedade da União ou locados de terceiros.

O imóvel relacionado no tópico “Imóveis sob a responsabilidade da UPC, exceto imóvel funcional” é de propriedade da Enap e encontra-se totalmente regularizado, sendo gerido de acordo com o que disciplina o Decreto nº 980/1993.

Os imóveis funcionais relacionados no tópico “Imóveis funcionais sob responsabilidade da UPC” também são de propriedade da Enap e são geridos conforme orienta o Decreto nº 980/1993. Esses imóveis estão ocupados regularmente, de acordo com o que disciplina a Resolução Enap nº 02, de 24 de fevereiro de 2011.

Não há bens imóveis que estejam fora do patrimônio da União em decorrência da existência de algum impedimento para regularização.

Para os três imóveis relacionados, a estrutura de controle e de gestão do patrimônio é adequada e a manutenção devida é realizada regularmente. Mensalmente as taxas são recolhidas, conforme

orienta a legislação, e a vistoria é feita a cada troca de ocupante ou, se necessário for, por demanda do ocupante ou do condomínio.

Os registros das informações dos imóveis no **Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União** (SPIUnet) obedecem aos critérios de qualidade e completude, bem como os registros contábeis referentes aos três imóveis.

6.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas e privadas

A Enap cede espaço físico para as seguintes entidades privadas:

Banco do Brasil, para ocupação com um posto de atendimento eletrônico (PAE), um terminal de autoatendimento e um posto de atendimento bancário (PAB);

Comercial Munique de Alimentos Ltda., por meio de concessão de área para exploração do serviço de lanchonete e restaurante - tem como objetivo apoiar a Escola no desempenho de suas atividades administrativas e de ensino, por intermédio da oferta de lanches e refeições nas melhores condições possíveis quanto ao preço e à qualidade, em suas instalações;

Associação de Centro de Treinamento de Educação Física Especial (Cetefe): O Acordo de Cooperação objetiva implementar e realizar atividades nas áreas de cultura, educação, saúde, esporte, reabilitação, estimulação funcional corporal, acessibilidade, trabalho e lazer, mediante a realização de eventos, cursos e múltiplas atividades, na instalação da Enap, de forma gratuita e planejada, direcionadas aos servidores, seus dependentes e terceirizados, mediante o Plano de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), bem como às pessoas com deficiência, núcleo familiar, profissionais, convidados, entidades parceiras dos programas sociais do Cetefe e às pessoas ou entidades autorizadas pela Escola.

6.3 Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1 Principais sistemas de informação

Quadro 21 – Sistemas da Enap relacionados aos principais macroprocessos

Nome do Sistema	Objetivos	Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Área de Negócio Responsável	Classificação da Criticidade
PontoWeb	Registro de ponto para servidores da Enap	Registrar ponto dos servidores Emitir relatórios	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	CGGP	Crítico
WebCEF	Administração de Cursos, Especialização e Formação de Carreiras	Configurar cursos Gerir turmas e cursos Emitir certificados	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG DFP	Crítico
WebCEF - Ficha de inscrição	Ficha de inscrição, publicação de calendário de turmas e lista de cursos	Inscrever alunos em cursos	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG DFP	Crítico
WebSAE	Administração de eventos com geração de relatórios e reserva de equipamentos (em homologação)	Reservar salas, laboratórios, anfiteatros e equipamentos necessários aos eventos da Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Secretaria Escolar	Não crítico
WebSAF	Administração financeira e pagamento de docentes	Gerar guia de recolhimento para pagamento de direitos previdenciários dos docentes, caso eles não sejam do regime jurídico único	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	CGOFP	Crítico
WebSCO	Banco de colaboradores interno	Manter Banco de colaboradores capacitados para futuras contratações na área de ensino e administrativa.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG DFP	Não crítico
WebSCO - Ficha de Cadastro	Ficha de cadastro de colaboradores pela internet	Manter Banco de colaboradores capacitados para futuras contratações.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG DFP	Não crítico
CMS Joomla - Portal Intranet (Enapnet)	Gestão de conteúdo WEB - Site Intranet	Manter conteúdos de informações institucionais e solicitação de serviços ligados a Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Enap	Não crítico

CMS Joomla - Site Concurso Inovação	Gestão de conteúdo WEB - Concurso Inovação	Ação anual da Escola de Incentivo a implementação de iniciativas inovadoras de gestão, em organizações do Governo Federal.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DFP	Não crítico
Dspace	Repositório digital que captura, armazena, indexa, preserva e redistribui a informação de uma instituição em formato digital.	Servir de base de conhecimento para publicações da Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DFP	Crítico
Moodle Enap	Plataforma de cursos a distância e comunidades virtuais da Enap	Ampliar ações de capacitação a distância são oferecidos na Escola Virtual Enap.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG	Crítico
Quem é Quem	Organograma dos colaboradores da Enap	Manter informações atualizadas dos colaboradores Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Enap	Não crítico
CMS Joomla - Site da Rede de Escolas	Gestão de conteúdo WEB - Rede Nacional de Escolas de Governo	Informar a oferta de capacitações da Enap, de maneira descentralizada, por meio de cursos de desenvolvimento técnico e gerencial.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Presidência	Não crítico
Sistema de Visualização do Pannel Cursos	Disponibilização de informações de cursos e eventos nas TVs no térreo, 1o e 2o andar	Informar aos alunos sobre cursos e eventos que estão acontecendo na Escola, orientando sobre local e horário.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Enap	Não crítico
Site da LAI - Lei de Acesso a Informação	Gestão de conteúdo WEB - Site Lei de Acesso à Informação	Receber e responder os pedidos de informação pública feitos com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Presidência	Crítico
WebParcerias	Acesso de escolas parceiras pelo site da Enap para informações dos cursos	Manter no Portal Enap a Programação e inscrição	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG	Crítico
Sistema Eletrônico de Informação - SEI	Sistema de processo eletrônico da Enap.	Criar e tramitar documentos e processos.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Enap	Crítico
SIG - Eventos	Sistemas de Gestão de Eventos	Solicitar espaço e equipamentos para eventos na Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DGI	Não crítico

SIG - Frotas	Sistemas de Gestão de Frotas	Solicitar veículos para servidores da Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DGI	Não crítico
SIG - Demandas	Sistemas de Gestão de Demandas Internas	Acompanhar demandas da Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DGI	Não crítico
SIG - Licitações e Contratos	Sistemas de Gestão de Contratos	Acompanhar contratos.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DGI	Não crítico
CMS WordPress - Bolsa de Pesquisa	Sistema de apoio aos Pesquisadores	Informar sobre concessão de bolsas de pesquisa.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DFP	Não crítico
Inscrição em Processo Seletivo	Sistema de Inscrição em Processo Seletivo na Enap	Selecionar colaboradores para processos de ensino, Cursos Presenciais, Cursos a Distância, Cursos de Especialização, Projetos Especiais e Formação de Carreiras.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DDG DFP	Crítico
CMS Joomla - Site Enap sem Papel	Portal Informativo	Informar servidores sobre eventos e ações na Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DFP	Não crítico
SIG - Agenda de Autoridades	Sistemas de Gestão da Agenda das Autoridades	Cadastrar agendas das autoridades Disponibilizar dados para o sítio da Enap	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Presidência	Crítico
SIG - Cadastro de Pessoas	Sistemas de Gestão de Cadastro de Pessoas	Cadastra servidores da Escola. Manter banco com informações pessoais	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DGI	Crítico
SIG - Módulo Concurso Inovação	Sistemas de Gestão ao Concurso de Inovação da Gestão Pública	Divulgar as informações pertinentes ao concurso Inovação.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DFP	Crítico
SIG - Gerenciamento de Projetos	Sistemas de Gestão de Projetos	Informar projetos e decisões pertinentes da Escola.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	Presidência	Não crítico

SIG- Segurança	Sistemas de Gestão de Perfil de Acesso ao SIG	Exibir permissões de usuários da Rede.	Wesley Lira Sergio Silva Waldyr Lima	DGI	Crítico
----------------	---	--	--	-----	---------

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

A Enap empregou o modelo de elaboração de PDTI da SLTI, o qual abrange, além do conteúdo tático, elementos estratégicos, típicos de um PETI. Dessa forma, o PDTI elaborado pela Enap aborda elementos como missão, visão, valores e análise SWOT, tipicamente estratégicos, e também prevê projetos e ações necessárias para o alcance dos objetivos da organização (táticos). O PDTI foi elaborado por solicitação do Comitê de Tecnologia da Informação da Enap, sob a liderança da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) e a participação ativa de membros de todas as diretorias e assessorias da Escola.

Com o aprimoramento da prática de planejamento da Escola, por meio do constante investimento da alta direção em instrumentos de monitoramento, será necessário, em um futuro breve, lançar mão de instrumentos distintos - PETI e PDTI. O elemento chave para o PDTI (e PETI) é seu alinhamento com o planejamento estratégico e com as estratégias de negócio da organização, comumente explicitados pelo Planejamento Estratégico Institucional (PEI). Isso habilitará a Coordenação-Geral de TI a apoiar as estratégias organizacionais, permitindo formulação de estratégias, organização de processos e, conseqüentemente, determinação de investimentos e recursos humanos na área de TI, orientados, sempre, pela estratégia de negócio da Escola.

O biênio 2014-2015, além da conclusão das iniciativas relacionadas ao Mapeamento e Automação de Processos, permitiu a Operacionalização do Novo Modelo de Infraestrutura de TIC, estudos e articulações para a definição de Cenário e Operações de Serviços de Educação, mediados por tecnologias na Enap. Ambas as iniciativas, de caráter estruturante, permitiram à CGTI dar um salto qualitativo na prestação de seus serviços, consolidando o uso de tecnologias em eventos de ensino e aprendizagem.

O novo PDTI da Enap, para o biênio 2016-2017, foi elaborado por solicitação do Comitê de Tecnologia da Informação da Enap (CTI), sob a liderança da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) e a participação ativa da Escola. As demandas levantadas estão alinhadas a quatro perspectivas estratégicas (PE) adotadas pela Escola como norteadora de suas ações de 2015 a 2019. O novo PDTI aguarda aprovação pelo Comitê de TI, o deverá ocorrer na 1ª reunião ordinária de 2016.

6.3.3 Comitê Gestor de TI

O Comitê de Tecnologia da Informação foi instituído pela Portaria nº 135, de 24 de setembro de 2009. Sua nova composição foi definida em 02 de abril de 2015, através da Portaria nº 42, publicada no Diário Oficial da União nº 65, de 7 de abril de 2015, com caráter **deliberativo**, objetivando a promoção do alinhamento da área de Tecnologia da Informação com as áreas de negócio, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal (EGTI), e com o que determinam os Acórdãos nº 1.603/2008 e 2.308/2010 do Tribunal de Contas da União.

Composição:

O Comitê de Tecnologia da Informação será composto pelos seguintes membros:

I - Representante da Presidência da Enap;

II - Representante da Diretoria de Formação Profissional (DFP);

III - Representante da Diretoria de Desenvolvimento Gerencial (DDG);

- IV - Representante da Coordenação-Geral da Educação à Distância (CGEAD);
- V - Representante da Diretoria de Comunicação e Pesquisa (DCP);
- VI - Representante da Coordenação-Geral de Comunicação e Editoração (CGCE);
- VII - Representante da Diretoria de Gestão Interna (DGI);
- VIII Representante da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI).

Competências:

Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação:

I - propor e fazer cumprir a Política de Tecnologia da informação, por meio de um plano integrado de ações, considerando o Planejamento Estratégico Institucional, as políticas e orientações do Governo Federal;

II - formular, implementar, monitorar e avaliar a gestão da Política de Tecnologia da Informação;

III - aprovar as políticas e diretrizes para o Plano Diretor de Tecnologia da informação (PDTI);

IV - definir prioridades na formulação e execução de planos e projetos relacionados à Tecnologia da Informação;

V - estabelecer e propor um Plano de Investimento para a área de Tecnologia da Informação, inclusive quanto a aquisições de hardware e software;

VI - monitorar os valores definidos no orçamento para a Enap, relacionados à Tecnologia da Informação, de tal forma que o seu uso se dê sempre de forma mais racional e eficaz, evitando retrabalho e investimentos desnecessários;

VII - avaliar os sistemas de informação e propor suas atualizações, revisões e desativações;

VIII – recomendar padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso dos recursos de Tecnologia da Informação;

IX - estabelecer mecanismos de coleta, organização e disseminação de informações sobre os serviços de Tecnologia da Informação, bem como dos novos sistemas e tecnologias existentes no mercado;

X - aprovar plano de capacitação e de treinamento na área de Tecnologia da Informação elaborado pela Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI);

XI - elaborar o regimento interno do Comitê e submetê-lo à deliberação e aprovação interna;

XII - criar grupos de trabalho e câmaras técnicas para encontrar soluções diante de exigências suscitadas pela Enap ou pelo Governo Federal;

XIII - Indicar representante e substituto participar de foro de debates com instituições de governo e outras que desenvolvam projetos de pesquisa ou estudos sobre informação e informática, bem como ser órgão difusor dessas participações na Enap;

XIV - avaliar e aprovar os padrões e procedimentos técnicos e operacionais no uso dos recursos tecnológicos da Escola, propostos pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI);

XV - avaliar e aprovar a Política de Segurança da Informação da Enap, suas normas e procedimentos, propostas pelo Comitê de Segurança da Informação e Comunicações (CSIC);

XVI - avaliar e aprovar os processos de planejamento de aquisições e de gestão de contratos de TI, propostos pela Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), aderentes às Instruções Normativas oriundas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI/MP); e

XVII - divulgar um cronograma de atividades e um plano de trabalho do Comitê de Tecnologia da Informação.

Parágrafo único - Caberá ao CTI desenvolver ações estruturantes e de controle para a plena implantação do alinhamento estratégico e para o estabelecimento de metas anuais, em conformidade com o que determinar a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) vigente, ou, ainda, para o cumprimento dos compromissos periódicos acerca das demandas da área de TI.

Reuniões do Comitê em 2015:

✓ Reuniões Ordinárias:

- 1ª Reunião Ordinária: 28/03/2015
- 2ª Reunião Ordinária: 02/07/2015
- 3ª Reunião Ordinária: 20/08/2015
- 4ª Reunião Ordinária: 22/10/2015
- 5ª Reunião Ordinária: 23/12/2015

✓ Reuniões Extraordinárias:

- 1ª Reunião Extraordinária: 13/01/2015
- 2ª Reunião Extraordinária: 07/02/2015
- 3ª Reunião Extraordinária: 19/11/2015
- 4ª Reunião Extraordinária: 23/12/2015

Principais decisões do CTI:

- Implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) na Escola;
- Implantação do Enap Sem Papel;
- Extinção do *Moodle* v1.9 da Enap;
- Implantação da Sala de Aprendizagem de Alta *Performance* (SAAP);
- Uso de e-mail por não servidores em exercício na Enap;
- Aquisição de Ativos de Rede;
- Prestação de contas da CGTI ao CTI.

6.3.4 Descrição do quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI

Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade: 5 Analistas de Tecnologia da Informação (ATI), carreira descentralizada. Os servidores ocupantes do cargo de ATI, além do exercício na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/MP), também podem atuar, de forma descentralizada, nos diversos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP).

Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade: 3

Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades: 4. Todos os Analistas de TI são de carreira descentralizada. Não houve concurso para o cargo específico de TI na Enap.

Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades: não há.

Terceirizados: 18

Estagiários: 5

6.3.5 Treinamentos realizados

Congresso *Futurecom* (edição 2015);

Seminário de Sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei 8666/93 e Pregão na Administração Pública (Enap);
Seminário de Boas Práticas em Licitações de Tecnologia da Informação (Enap);
Curso Sistema de Registro de Preço (Enap);
System Administrator Training-61EE;
HDI Support Center Manager;
Firewalls Check Point
Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos (Enap);
Planejamento de Tecnologia da Informação (Enap);
Gestão de Contratos de Tecnologia da Informação (Enap);
Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedores de Tecnologia da Informação (Enap);
Avaliação Socioeconômica de Projetos - Ciclo de Gestão do Investimento Público (Enap);
e-MAG Conteudista (Enap);
1º Simpósio de tratamento de Informações classificadas e credenciadas (MPOG).

6.3.6 Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados

A Enap demanda serviços de TI de diversas naturezas, tais como desenvolvimento de sistemas, atendimentos a usuários, suporte e operação de ambiente de tecnologia da informação. A seguir estão listados os tipos e suas respectivas formas de gerenciamento:

Desenvolvimento de sistema – gerenciamento por Ordem de Serviço com auxílio das ferramentas *Citsmart* e *JIRA*, fazendo o uso da métrica de ponto de função.

Atendimento a usuários (requisições e incidentes), gestão de mudanças e problemas e Operação de ambientes de TI – São gerenciados através do controle de solicitações com a aplicação de níveis de serviços e controle de qualidade, com auxílio das ferramentas *Citsmart* e com uso de princípios e disciplinas apregoados pelo ITIL.

Adicionalmente, para demandas específicas que requerem alto grau de documentação e acompanhamento, a Enap faz uso da ferramenta *Redmine* para auxiliar no controle de prazos e documentações.

6.3.7 Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

As informações referentes a este item se encontram no Anexo III.

6.4 Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

A Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2015, estabelece que, durante a fase de planejamento das contratações e, conseqüentemente, na elaboração do documento denominado Estudo Técnico Preliminar, seja realizada a “definição dos mecanismos para continuidade do fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação em eventual interrupção contratual”. Assim, antes de qualquer contratação ser realizada, são concretizadas todas as etapas prévias de planejamento de acordo com a referida norma. Ou seja, são elencados os recursos materiais,

humanos e tecnológicos necessários à continuidade do negócio, bem como são estabelecidas as atividades a realizar em caso de eventual transição ou encerramento contratual.

Adicionalmente, todas as atividades desenvolvidas pelos prestadores de serviço são documentadas nos sistemas internos de controle de demandas e incidentes. A título de informação, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação utiliza as ferramentas *Redmine* e *CITSmart* para acompanhar a execução dos serviços demandados e, em todas as entregas, as atividades executadas são registradas e validadas pelos servidores da Escola. Ademais, a utilização das ferramentas citadas garante o compartilhamento de informações e formação de base de conhecimento mitigando riscos de dependência em relação a pessoas e empresas.

6.5 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

Quadro 22 - Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
1.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
1.	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
Endereço na Intranet (Enap Net) onde as informações estão publicadas: http://enapnet.enap.gov.br			

Análise Crítica

A Enap tem aprimorado a gestão de recursos renováveis e de sustentabilidade ambiental. Uma das ações mais importantes e relevantes foi a implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), ocorrida em agosto de 2015. Com o SEI, os processos administrativos passaram a ser autuados e tramitados na forma digital, dispensando-se a utilização de papéis e outros insumos para sua montagem e gestão. Esta ação, ainda que efetivada somente a partir do segundo semestre de 2015 em razão da complexidade de implementação do sistema e treinamento de pessoal, apresentou uma economia significativa no gasto com serviços continuados de reprografia e impressão. O valor inicial

estimado do contrato em 2015 foi reduzido de R\$ 1.237.188,00 para R\$ 432.796,60, representando uma economia de 65,02% no ano de 2015.

Além disso, a implantação do SEI gerou uma redução média mensal na ordem de 96 resmas de papel, o que corresponde a, aproximadamente, R\$ 13.000,00 por ano (projeção). Não apurada ainda a economia com outros materiais e equipamentos utilizados em processos físicos, tais como capas de processos, colchetes, grampos, clips, perfuradores e grampeadores e ainda das despesas com funcionários e combustíveis para a tramitação dos processos.

Outra ação significativa que objetivou a racionalização dos recursos renováveis e de sustentabilidade ambiental foi a utilização de canecas reutilizáveis, adquiridas pela UPC no exercício de 2015, para minimizar o consumo de copos descartáveis pelos servidores da Enap.

A conscientização quanto a racionalização do consumo de água e energia elétrica, com a utilização de torneiras com fechamento automático e ainda, de sensores de presença para o acionamento de lâmpadas elétricas em determinados setores com fluxo sazonal de pessoas, foi outra importante iniciativa adotada pela Enap em 2015 para redução no consumo de água e energia.

Importante ressaltar, também, que nos processos licitatórios realizados pela UPC em 2015, observou-se a Instrução Normativa 01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MP), sendo exigida aos licitantes que participaram dos processos licitatórios a apresentação de critérios de sustentabilidade ambiental em suas propostas, tais como a aplicação das regras de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de recomendações do órgão de Controle Interno

Embora a ENAP não tenha recebido recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) durante o exercício de referência, duas recomendações de exercícios anteriores ainda estão sendo acompanhadas pela CGU.

A primeira delas refere-se ao subitem 1.1.1.1 do Relatório de Auditoria SFC/CGU n.º 20141235. Segundo o apontamento feito, a Escola deveria desenvolver e implantar metodologia de elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), válida para o exercício de 2016 e seguintes, que contemplasse os critérios de materialidade, relevância e risco como variáveis para a escolha de seus objetos de auditoria. Para atender à recomendação, a Escola desenvolveu uma matriz de referência que orientou a organização do PAINT 2016, atualmente em execução. Apenas quando forem concluídas as ações que constam do Plano em curso será possível avaliar se a matriz de referência que o subsidiou levou à melhor seleção de ações no tocante aos quesitos de materialidade, relevância e risco, conforme orientou o OCI.

A segunda recomendação ainda sendo acompanhada pela CGU refere-se ao subitem 1.1.1.2 do Relatório de Auditoria SFC/CGU n.º 201211180, de 2012, por meio do qual a Enap foi instada a elaborar e apresentar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) proposta de novo Estatuto e de Regimento Interno, em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto n.º 6.563, de 11/9/2008, incluindo no texto a previsão expressa de vinculação da Auditoria Interna ao órgão de atribuições equivalentes ao conselho de administração ou ao dirigente máximo da Entidade. A esse respeito, embora a Escola tenha submetido ao MP nova proposta de Estatuto, que redundou na publicação do Decreto nº 8.091, de 03 de setembro de 2013, o texto final manteve a Unidade de Auditoria Interna na condição anterior, qual seja, a de órgão seccional, ao lado da Procuradoria Jurídica e da Diretoria de Gestão Interna. Por consequência, o mesmo tratamento à unidade é mantido no regimento interno vigente, aprovado pela Resolução nº 03, de 03 de setembro de 2013, e publicado no DOU em 20/03/2014.

7.2 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Na Enap não houve, em 2015, ocorrência de casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas, nem instauração de tomadas de contas especiais. Contudo, com vistas a apurar e/ou minimizar a ocorrência de ilícitos administrativos, a Escola dispõe de algumas estruturas de controle, descritas a seguir:

a Comissão de Ética (CE/Enap) tem como missão contribuir para o fortalecimento do compromisso da Escola com a dimensão ética. Assim, realiza ações educativas para os servidores, divulgando periodicamente os incisos do Código de Ética (Decreto nº 1.171/1994), além de divulgar orientação específica sobre Conflito de Interesses, utilizando material publicitário preparado pela CGU;

o papel da Auditoria Interna é desempenhado por meio de constante vigilância sobre o cumprimento das normas gerais a que toda a Administração se submete, e das específicas que alcançam apenas a Enap. Ao detectar fatos relevantes que possam caracterizar ilícito administrativo, a equipe de auditoria apresenta a situação à direção máxima da Escola por meio dos canais institucionais próprios, usualmente valendo-se de relatórios circunstanciados.

7.3 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Enap realiza acompanhamento do cronograma de pagamento, objeto do Art. 5º da Lei 8.666, de 1993, estabelecendo nas contratações de bens, realização de obras e prestação de serviços prazo para realização do pagamento da despesa em até cinco dias úteis, contados da data do atesto da Fatura e/ou Nota Fiscal de fornecimento. Nos contratos com desembolsos mensais constam cláusulas que estabelecem a temporalidade em que devem ocorrer os pagamentos das despesas (por exemplo: “o pagamento deverá ser realizado até o 5º dia útil ao mês subsequente ao da prestação do serviço”).

Aliado a essas premissas, a Escola implantou a ferramenta SEI, que permite o acompanhamento da tramitação de processos e documentos de forma a possibilitar o controle cronológico da entrada de tais documentos na área financeira, que realiza os pagamentos com base nessa cronologia.

Ainda nesse sentido, está em desenvolvimento dentro da ferramenta SIG um módulo específico para gestão de contratos, o que permitirá o acompanhamento mais eficaz das contratações, bem como sua execução orçamentária e financeira, inclusive no aspecto de cronologia.

7.4 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Quadro 23 - Contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Número do contrato	Objeto	Vigência	CNPJ (fornecedores)	Denominação (fornecedores)	Valor do contrato ou aditivo vigente	Valores desembolsados em 2015 (liquidados)
021/2013	Contratação de pessoas jurídicas especializadas na execução de serviços continuados (presenciais e não presenciais), com fornecimento de produtos, na área de TI, compreendendo o Grupo I, II, IV, assim dispostos: Licença perpétua da plataforma de gerenciamento de conteúdo Liferay enterprise Edition (EE) incluindo instalação e configuração, bem como suporte técnico na modalidade Platium englobando atualizações de versão e assistência técnica 24/7; Treinamentos oficiais da plataforma Liferay EE; e Migração e editoração de conteúdos e páginas para a plataforma Liferay EE.	11/07/2016	05.741.114/0001-06	SEA Tecnologia em Informática LTDA- EPP2	R\$ 132.937,42 (2º termo aditivo)	R\$ 37.530,17
022/2013	Contratação de pessoas jurídicas especializadas na execução de serviços continuados (presenciais e não presenciais), com o fornecimento de produtos, na área de tecnologia da informação, compreendendo o Grupo III, assim disposto: especificação, desenvolvimento, implantação e manutenção de portais e sítios na plataforma Liferay EE e manutenção dos portais e sítios legados construídos na ferramenta Publicare.	11/07/2015	38.056.404/0001-70	Informática Organização e Sistemas – S/A (2º termo aditivo)	R\$ 1.527.000,00 (2º termo aditivo)	R\$ 176.289,00

013/2014	<p>Contratação de prestação de serviços de Gerenciamento de Conexões à rede INFOVIA Brasília para acesso a Internet, manutenção da VLAN de acesso a RNP e os Serviços de Voz Corporativa, no regime de execução indireta por empreitada por preço global;</p> <p>Item II: O acesso a Internet com velocidade de 20 Mbit/seg, conforme o modelo de negócio V3 disponibilizado pelo Serpro;</p> <p>Item III: Deve ser disponibilizada uma porta física. 10/100/1000 Mbps no switch de acesso com capacidade de tráfego de até 1 Gbps com porta UTP ou Ótica e fibra Monomodo ou Multimodo com conectorização LC, conforme Modelo de Serviço V3 da INFOVIA disponibilizado pelo SERPRO</p>	16/08/2016	33.683.111/0001-07	Serviço Nacional de Processamento de Dados/SERPRO (1º termo aditivo)	R\$ 93.799,83	R\$ 93.799,83
007/2014	Contratação de serviço de suporte tecnológico ao ambiente de tecnologia da informação e comunicação da Enap.	16/04/2016	07.171.299/0001-96	Central IT Tecnologia da Informação (1º termo aditivo)	R\$ 2.531.689,22	R\$ 2.316.342,00
020/2013	Prestação de serviço continuado de Apoio à Gestão e Melhoria por processo da Contratante, conforme especificações e condições constantes do Termo de Referência e seus encartes.	07/07/2015	08.670.505/0001-75	Elo Group Desenvolvimento e Consultoria Ltda (2º termo aditivo)	R\$ 52.407,40	R\$ 52.407,40
003/2013	Fornecimento de solução de firewall e prestação de assistência técnica durante o período de garantia conforme especificações estabelecidas no TR.	30/01/2017	08.366.661/001-47	Global IP tecnologia da Informação LTDA. (2º termo aditivo)	R\$ 39.555,00	R\$ 39.555,00
003/2013	Fornecimento de solução de Antivirus	24/09/2016	08.366.661/001-47	Global IP tecnologia da Informação LTDA. (2º termo aditivo)	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00

029/2011	Contratação sob demanda de empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), para realizar manutenção e desenvolvimento dos Sistemas de Informação da Enap.	13/08/2015	02.781.404/0001-95	Confidere Informática e Serviços Ltda. (3º termo aditivo)	R\$ 1.295.055,00	R\$ 1.082.777,44
27/2015	A contratação de solução de TI do tipo Data Discovery (<i>Qlikview</i>), contemplando o fornecimento de licenças de software, suporte para o produto, atualização de versão e suporte técnico especializado no uso da ferramenta.	20/12/2016	08.689.089/0001-57	TOCCATO TECNOLOGIA EM SISTEMAS LTDA	R\$ 256.968,00	R\$ 84.484,00
20/2014	Serviços de manutenção preditiva, de manutenção preventiva, de manutenção corretiva, de suporte técnico presencial, de transferência de tecnologia, de supervisão e monitoração remotos dos dispositivos visuais e sensoriais e de fornecimento de componentes, peças, materiais e insumos, para atendimento aos equipamentos do Sistema de Infra-estrutura de Alta Disponibilidade	19/12/2016	00.627.612/0001-09	SCHNEIDER ELECTRIC IT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO (1º termo aditivo)	R\$ 251.807,50	R\$ 18.535,83
13/2014	Uso compartilhado de infraestrutura de redes disponibilizada no Distrito Federal denominada GigaCandanga - REDECOMEP DF	07/12/2016	03.508.097/0001-36	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA (2º termo aditivo)	R\$ 53.972,88	R\$ 53.972,88

Anexo I – Modernização administrativa e tecnológica do campus

CONTRATOS CONTINUADOS - Redução de gastos							
OBJETO	CONTRATADA	VALOR INICIAL (a)	VALOR ATUAL CONTRATO (b)	VALOR DA EXECUÇÃO (c)	REDUÇÃO CONTRATO (d)	REDUÇÃO EXECUÇÃO (d)	VALOR REDUZIDO (a-c)
Prestação, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário para as dependências da CONTRATANTE.	CAESB	540.000,00	540.000,00	480.688,00	0,00%	10,98%	59.312,00
Prestação de serviço de telefonia móvel pessoal (SMTP), a ser executado de forma contínua, em conformidade com o Edital e anexos do pregão Eletrônico por registro de preços nº 12/2011 e proposta da contratada, que se constituem em partes integrantes do contrato, independente de transcrição.	EMBRATEL	8.643,62	8.643,62	7.260,64	0,00%	16,00%	1.382,98
Contratação sob demanda de empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, para realizar manutenção e desenvolvimento dos Sistemas de Informações da Enap	CONFIDERE	1.726.740,00	1.589.625,00	1.214.514,94	8,63%	32,22%	512.225,06
Fornecimento à CONTRATANTE pela CONTRATADA, da energia elétrica necessária ao funcionamento de suas instalações, localizada no(a) Setor de Áreas Isoladas Sudoeste nº 02-A, Brasília/DF	CEB	480.000,00	480.000,00	480.000,00	0,00%	0,00%	-
Prestação de serviços de manutenção corretiva em 8 (oito) veículos e 1 (um) micro trator tobata, pertencentes à frota da Enap, com fornecimento de peças originais genuínas, novas e de primeiro uso.	ZETEC	60.000,00	60.000,00	31.307,69	0,00%	47,82%	28.692,31
Prestação de serviços gráficos necessários para fotolitagem, impressão e acabamento de publicações e impressos	GRÁFICA CERRADO	97.857,50	97.857,50	68.567,50	0,00%	29,93%	29.290,00

Anexo II – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Receitas Orçamentárias	594.265,66		Despesas Orçamentárias	48.723.909,35	-
Ordinárias	40.824,60		Ordinárias	43.268.614,89	-
Vinculadas	583.605,88		Vinculadas	5.455.294,46	-
Educação			Educação	180.871,19	-
Seguridade Social (Exceto RGPS)			Seguridade Social (Exceto RGPS)	3.346.919,83	-
Operação de Crédito			Operação de Crédito	824.524,04	-
Alienação de Bens e Direitos			Alienação de Bens e Direitos		-
Transferências Constitucionais e Legais			Transferências Constitucionais e Legais		-
Previdência Social (RGPS)			Previdência Social (RGPS)		-
Doações			Doações		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	583.605,88		Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.087.279,40	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos			Outros Recursos Vinculados a Fundos	15.700,00	-
Demais Recursos			Demais Recursos		-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-30.164,82				-
Transferências Financeiras Recebidas	44.282.913,40		Transferências Financeiras Concedidas	782.389,56	-
Resultantes da Execução Orçamentária	42.545.124,95		Resultantes da Execução Orçamentária	739.666,96	-
Cota Recebida			Cota Concedida		-
Repasse Recebido	42.545.124,95		Repasse Concedido	739.666,96	-
Sub-repasse Recebido			Sub-repasse Concedido		-
Recursos Arrecadados - Recebidos			Recursos Arrecadados - Concedidos		-
Valores Diferidos - Baixa			Valores Diferidos - Baixa		-
Valores Diferidos - Inscrição			Valores Diferidos - Inscrição		-
Correspondência de Débitos			Correspondências de Créditos		-
Cota Devolvida			Cota Devolvida		-
Repasse Devolvido			Repasse Devolvido		-
Sub-repasse Devolvido			Sub-repasse Devolvido		-
Independentes da Execução Orçamentária	1.737.788,45		Independentes da Execução Orçamentária	42.722,60	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.532.750,00		Transferências Concedidas para Pagamento de RP		-
Demais Transferências Recebidas	30.552,40		Demais Transferências Concedidas		-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	174.486,05		Movimento de Saldos Patrimoniais	42.722,60	-
Movimentações para Incorporação de Saldos			Movimentações para Incorporação de Saldos		-
Aporte ao RPPS	-		Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-		Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.407.973,01		Despesas Extraorçamentárias	2.682.305,37	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-		Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	7.327.294,02		Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.601.626,38	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	80.678,99		Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	80.678,99	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		-
Restituições a Pagar			Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-
Passivos Transferidos			Pagamento de Passivos Recebidos		-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior			Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-



TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Arrecadação de Outra Unidade			- Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		-
Varição Cambial			- Varição Cambial		-
Valores para Compensação			- Valores Compensados		-
Valores em Trânsito			- Valores em Trânsito		-
DARF - SISCOMEX			- Ajuste Acumulado de Conversão		-
Ajuste Acumulado de Conversão			- Demais Pagamentos		-
Demais Recebimentos					
Saldo do Exercício Anterior	7.952.389,64		- Saldo para o Exercício Seguinte	8.048.937,43	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.952.389,64		- Caixa e Equivalentes de Caixa	8.048.937,43	-
TOTAL	60.237.541,71		- TOTAL	60.237.541,71	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 1

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.020.127,00	1.020.127,00	594.265,66	-425.861,34
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-	-
Receita Patrimonial	35.882,00	35.882,00	35.889,04	7,04
Receitas Imobiliárias	35.882,00	35.882,00	35.889,04	7,04
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-
Receita de Concessões e Permissões	-	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-	-
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos	-	-	-	-
Receita da Cessão de Direitos	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-
Receita da Produção Animal e Derivados	-	-	-	-
Outras Receitas Agropecuárias	-	-	-	-
Receitas Industriais	-	-	-	-
Receita da Indústria Extrativa Mineral	-	-	-	-
Receita da Indústria de Transformação	-	-	-	-
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-
Receitas de Serviços	979.677,00	979.677,00	516.808,85	-462.868,15
Transferências Correntes	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	4.568,00	4.568,00	41.567,77	36.999,77
Multas e Juros de Mora	1.785,00	1.785,00	89,54	-1.695,46
Indenizações e Restituições	2.783,00	2.783,00	8.390,84	5.607,84
Receita da Dívida Ativa	-	-	-	-
Receitas Dec. Aportes Periódicos Amortização Déficit do RPPS	-	-	-	-
Rec. Decor. de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS	-	-	-	-
Receitas Correntes Diversas	-	-	33.087,39	33.087,39
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferência de Pessoas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Dívida Ativa Prov. da Amortização Empréstimos e Financiam.	-	-	-	-
Receita Dívida Ativa Alienação Estoques de Café	-	-	-	-
Receita de Títulos Resgatados do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.020.127,00	1.020.127,00	594.265,66	-425.861,34
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.020.127,00	1.020.127,00	594.265,66	-425.861,34
DÉFICIT			48.129.643,69	48.129.643,69
TOTAL	1.020.127,00	1.020.127,00	48.723.909,35	47.703.782,35
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	47.089.874,00	46.345.820,00	43.527.804,35	39.853.675,81	39.853.675,81	2.818.015,65
Pessoal e Encargos Sociais	24.254.610,00	26.010.273,00	24.723.474,29	24.631.587,11	24.631.587,11	1.286.798,71
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	22.835.264,00	20.335.547,00	18.804.330,06	15.222.088,70	15.222.088,70	1.531.216,94
DESPESAS DE CAPITAL	2.696.105,00	5.196.105,00	5.196.105,00	1.542.939,52	1.542.939,52	-
Investimentos	2.696.105,00	5.196.105,00	5.196.105,00	1.542.939,52	1.542.939,52	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	49.785.979,00	51.541.925,00	48.723.909,35	41.396.615,33	41.396.615,33	2.818.015,65
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	49.785.979,00	51.541.925,00	48.723.909,35	41.396.615,33	41.396.615,33	2.818.015,65
TOTAL	49.785.979,00	51.541.925,00	48.723.909,35	41.396.615,33	41.396.615,33	2.818.015,65

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	356.160,00	1.700.227,82	1.592.292,10	1.592.292,10	393.614,72	70.481,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	51.329,00	22.728,18	22.728,18	6.092,62	22.508,20
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	356.160,00	1.648.898,82	1.569.563,92	1.569.563,92	387.522,10	47.972,80
DESPESAS DE CAPITAL	42.118,64	982.601,93	1.009.334,28	1.009.334,28	1.000,00	14.386,29
Investimentos	42.118,64	982.601,93	1.009.334,28	1.009.334,28	1.000,00	14.386,29
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	398.278,64	2.682.829,75	2.601.626,38	2.601.626,38	394.614,72	84.867,29

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 01/03/2016 PAGINA 4

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PAGINA 2

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
Bens Imóveis	51.581.390,09	51.438.598,69			
Bens Imóveis	51.896.660,87	51.716.374,28			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-315.270,78	-277.775,59			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	218.278,67	339.781,60			
Softwares	217.227,50	338.730,43			
Softwares	218.414,00	338.730,43			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.186,50	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.051,17	1.051,17			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	1.051,17	1.051,17			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
Diferido	-	-			
(-) Amortização Acumulada	-	-			
TOTAL DO ATIVO	71.110.437,39	70.561.799,74	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71.110.437,39	70.561.799,74

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ATIVO FINANCEIRO	8.048.937,43	10.478.181,31	PASSIVO FINANCEIRO	7.421.130,87	5.808.822,14
ATIVO PERMANENTE	63.061.499,96	60.083.618,43	PASSIVO PERMANENTE	520.998,10	247.802,30
SALDO PATRIMONIAL		-	SALDO PATRIMONIAL	63.168.308,42	64.505.175,30

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2015	2014	ESPECIFICAÇÃO	2015	2014
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	23.929.777,64	22.764.571,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	20.535.109,02	18.523.377,63
Execução dos Atos Potenciais Ativos	23.929.777,64	22.764.571,26	Execução dos Atos Potenciais Passivos	20.535.109,02	18.523.377,63
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	5.074.447,57	5.074.447,57	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	2.879.926,78	1.798.990,40	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	396.944,97	1.136.611,93
Direitos Contratuais a Executar	15.975.403,29	15.891.133,29	Obrigações Contratuais a Executar	20.138.164,05	17.386.765,70
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	23.929.777,64	22.764.571,26	TOTAL	20.535.109,02	18.523.377,63



EXERCÍCIO 2015 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/02/2016 PAGINA 3

SUBTÍTULO 114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

ÓRGÃO SUPERIOR 20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-6.315.955,82
Recursos Vinculados	6.943.762,38
Operação de Crédito	-64,04
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	6.943.826,42
TOTAL	627.806,56



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	45.060.016,38	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	552.722,39	-
Venda de Mercadorias	25.573,00	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	527.149,39	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	83,04	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	83,04	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	44.462.960,86	-
Transferências Intragovernamentais	44.282.913,40	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	180.047,46	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.765,36	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.765,36	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	41.484,73	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
VPA de Dívida Ativa	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	41.484,73	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	45.763.812,47	-
Pessoal e Encargos	21.476.170,00	-
Remuneração a Pessoal	18.034.910,85	-
Encargos Patronais	2.222.600,56	-
Benefícios a Pessoal	919.201,20	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	299.457,39	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.272.350,99	-
Aposentadorias e Reformas	3.995.014,79	-
Pensões	274.970,92	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.365,28	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	17.147.136,10	-
Uso de Material de Consumo	489.149,98	-
Serviços	14.616.671,56	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.041.314,56	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	24,50	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	24,50	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.267.705,32	-
Transferências Intragovernamentais	782.389,56	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	53.972,88	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	266.177,33	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	165.165,55	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.496.167,61	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	22.180,51	-



EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2015	2014
Desincorporação de Ativos	1.473.987,10	-
Tributárias	701,76	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	701,76	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	103.556,19	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	99.080,19	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	4.476,00	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-703.796,09	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2015	2014



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA

	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.648.821,59	-
INGRESSOS	44.957.858,05	-
Receitas Derivadas e Originárias	594.265,66	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	35.889,04	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	516.808,85	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	41.567,77	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	44.363.592,39	-
Ingressos Extraorçamentários	80.678,99	-
Restituições a Pagar	-	-
Passivos Transferidos	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	44.282.913,40	-
Arrecadação de Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores para Compensação	-	-
Valores em Trânsito	-	-
DARF - SISCOMEX	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Recebimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-42.309.036,46	-
Pessoal e Demais Despesas	-38.793.314,08	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-33.116.591,86	-
Defesa Nacional	-16.200,00	-
Segurança Pública	-104.850,00	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-161.515,37	-
Previdência Social	-4.284.985,71	-
Saúde	-109.252,40	-
Trabalho	-12.800,00	-
Educação	-165.879,50	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2015	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 01/03/2016	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
Cultura	-61.104,80	-
Direitos da Cidadania	-154.941,47	-
Urbanismo	-51.952,40	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-111.750,00	-
Ciência e Tecnologia	-18.300,00	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-123.609,51	-
Indústria	-7.000,00	-
Comércio e Serviços	-110.352,40	-
Comunicações	-	-
Energia	-30.552,40	-
Transporte	-24.110,08	-
Desporto e Lazer	-127.566,18	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-2.652.653,83	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-2.332.503,62	-
Outras Transferências Concedidas	-320.150,21	-
Outros Desembolsos das Operações	-863.068,55	-
Dispêndios Extraorçamentários	-80.678,99	-
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-	-
Pagamento de Passivos Recebidos	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-782.389,56	-
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior	-	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-	-
Variação Cambial	-	-
Valores Compensados	-	-
Valores em Trânsito	-	-
Ajuste Acumulado de Conversão	-	-
Demais Pagamentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.552.273,80	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	114702 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20202 - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA
----------------	--

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2015	2014
DESEMBOLSOS		
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.552.273,80	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-1.339.804,18	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
	-1.212.469,62	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS		
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	96.547,79	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.952.389,64	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	8.048.937,43	-

Anexo III - Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

Necessidade	Descrição	Status da demanda
Prospectar solução para mapear processos finalísticos da instituição	Obter solução para mapeamento completo das atividades finalísticas da instituição, incluindo macrofluxos e fluxos detalhados, com levantamento de taxonomia e tesouro das áreas da instituição, além de capacitação da equipe técnica na metodologia BPM.	Demanda atendida parcialmente, através do mapeamento dos processos da Escola e cadeia de valor.
Integrar sistemas e funcionalidades que atendam aos processos de negócio (Gestão Administrativa)	Identificar processos prioritizados para o desenvolvimento do sistema e desenvolver o sistema integrado da instituição. Sequencia do desenvolvimento dos módulos, definida em reunião do Comitê de TI: Módulo de cadastro de colaboradores; Módulo de controle acadêmico; Módulo de eventos; Modulo de controle de salas; Módulo de faturamento; Módulo de controle de orçamento; Modulo de Controle de frotas; Modulo Reservas de salas; Módulo de indicadores e relatórios Personalizados e executivos. Modulo agenda; Modulo cadastro de empenho Modulo quem é quem (integração com SIG).	Sistemas integrados através da adoção do Sistema Integrado de Gestão (SIG), adoção do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e desenvolvimento do novo Sistema de Gestão Acadêmica (em construção).
Promover evolução tecnológica do portal Enap	Atualização da solução tecnológica do portal da Enap	Novo Portal Enap implantado Portal do concurso inovação implantado Painel dos cursos atualizado Portal Enap sem papel implantado Bolsa de pesquisa implantada Rede Escolas atualizado
Promover evolução tecnológica do portal corporativo da Enap	Atualização da solução tecnológica do portal corporativo da Enap. Redesenho de seções, conforme proposta de fortalecimento da EnapNet, elaborada pela DCP/CGC	Demanda em estudo de viabilidade
Reformular interface de inscrição no site e em cursos da Enap, inclusive com adequação a não gestores públicos	Permitir o fácil acesso ao cadastro e inscrição nos cursos da Enap, sobretudo do ponto de vista do aluno. Provocar a atualização constante das informações, permitindo os acessos de alunos somente mediante a atualização de seus próprios dados. Abrange cursos presenciais e a distância.	Novo portal da Enap implantado e formulários de inscrição refeitos. Demanda concluída.
Implantar governança de TI	O estabelecimento de uma efetiva estrutura de governança envolve a definição das estruturas organizacionais, dos processos, da liderança, dos papéis e das respectivas responsabilidades para assegurar que os investimentos corporativos em TI estejam alinhados e sejam entregues em conformidade com as estratégias e os objetivos da organização. As necessidades são (lista não exaustiva):	Comitê de Tecnologia da Informação instituído formalmente e de caráter deliberativo. Comitê de Segurança da Informação

	<ul style="list-style-type: none"> • Definir matriz de papéis e competências da CGTI; • Estabelecer portfólio de serviços de TI • Implementar, formalizar e implantar metodologia de atendimento aos clientes; • Estabelecer e implantar política de cópias de segurança; • Rever e implantar política de segurança da informação; • Monitorar serviços de TI; • Implementar e formalizar metodologia de desenvolvimento de software; • Estabelecer e controlar indicadores de gestão da TI; • Implementar e formalizar metodologia de gerenciamento de projetos; • Rever e definir modelo <i>Service Support</i> 	em processo de formalização e instituição.
Promover evolução tecnológica do site da Enap	Atualização da solução tecnológica do site da Enap.	Salas de aprendizagem de alta performance licitadas e com execução iniciada. Aquisição de novos computadores. Aquisição de monitores adicionais para uso do SEI. Atualização do ambiente computacional de rede. Aquisições de novos notebooks.
Criação de um repositório institucional	Solução para gerenciar e armazenar, de forma centralizada e acessível ao público interno e externo, respeitados critérios de segurança, com possibilidade de reutilização para: Documentação eletrônica produzida pela Enap; Cópia eletrônica de legislação produzida pela Enap ou pela qual ela seja afetada; Objetos de Aprendizagem (Learning Objects)	Atualização do repositório institucional com adoção da versão da plataforma DSPACE versão 5.4
Solução para suportar a gestão do Planejamento Estratégico e o Gerenciamento por Diretrizes.	Solução de gestão das ações que integram o Planejamento Estratégico (PE) da Enap e o Gerenciamento por Diretrizes. A solução deve permitir o acompanhamento dos prazos, metas, orçamento executado, recursos, produtos entregues e situação alimentada periodicamente de cada uma das ações. A solução deve, ainda, apresentar a relação existente entre ações, inflexões e objetivos estratégicos. A solução deve, também, permitir o cadastramento dos resultados mensais obtidos em cada coordenação da Enap para monitoramento das ações e metas do programa 2.038 no PPA 2012-2015. Acompanhamento das ações gerencias da Enap através de ferramenta data discovery	Aquisição de ferramenta de Data Discovery para suportar os diversos níveis de informações produzidas nas áreas de negócio da Escola. Disponibilização de painéis de gestão para análise dos indicadores e monitoramento dos objetivos estratégicos.
Solução de conferência (voz, web e vídeo), tanto para comunicação interna, externa e aulas	Permitir a comunicação multidirecional de servidores e docentes com alunos, entidades parceiras e comunidade em geral, ainda que em localidades diferentes, utilizando os recursos de TIC disponíveis	Demanda absorvida pela implantação do projeto das salas de aprendizagem de alta performance.
Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	Permitir a tramitação eletrônica de processos administrativos, bem como a criação e edição dos documentos no próprio sistema.	Sistema implantado e em produção.
Solução para cadastro e inscrição para atendimento de cursos a distância para estrangeiros	Seguindo a tendência da política de cooperação técnica internacional do governo brasileiro, a Enap tem se engajado fortemente em atividades de cooperação com países em desenvolvimento. Para que possamos realizar cursos a distância com estrangeiros, faz-se necessária uma interface web que	Foi adotado um CMS com possibilidade de internacionalização de formulários web

	seja adequada a não brasileiros, com facilidade de identificação e sem a exigência de informações	
Sistema para gestão de documentos para o Arquivo geral da Escola	O sistema de Gestão de Documentação do arquivo deverá interagir com as diversas unidades da Enap, cumprindo as determinações governamentais, tais como E-PING, Arquivo Nacional, Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), E-ARQ e, principalmente, a Lei de acesso à informação. Deve conter as tabelas de código e de temporalidade da Escola, realizar todas as ações arquivísticas, controlar seu acervo documental por meio de código de barras e possibilitar a digitalização dos documentos, economizando assim tempo e recursos	Demanda suspensa temporariamente devido à implantação do SEI
Sistema de gestão de edição para a Revista do Serviço Público	Sistema on-line com acesso a usuários de diferentes status, que abriga todas as fases do processo de gerenciamento editorial de uma publicação. Deve possibilitar o registro e o acompanhamento de todo o histórico do trâmite até a aprovação, recusa ou publicação do artigo, de modo a permitir a expedição de relatórios referentes a todas as etapas: submissão on-line, recepção e encaminhamento ao revisor, a pareceristas, ao tradutor, ao autor para ajustes e à diagramação.	Demandas de evolução atendidas.
Atualizações e melhorias no sistema de ponto eletrônico	Emissão de dados gerenciais que servem de subsídio para informações constantes do Relatório de Gestão e Prestação de Contas anual, quando da especificação de indicadores; controle e atualização de dados referentes à frequência e afastamentos realizados pelo próprio servidor conforme perfil de acesso. Gerente do sistema CRH.	Demanda em estudo de viabilidade. Foi priorizado o desenvolvimento do sistema de avaliação da GAEG e GDPGPE
Sistema de gestão de demandas internas	Sistema para controle de demandas internas, assim como o seu controle de prazos, entregas, com a possibilidade de gerar relatórios e estatísticas de trabalho da área. Pode ser utilizada por todas as áreas da Escola que prestam serviços internos, como os de manutenção predial e ar-condicionado, confecção de carimbos, confecção de chaves, serviços de limpeza e conservação, editoração, comunicação, entre outros.	Necessidade contemplada pelo SIG e pela Ferramenta Data Discovery
Criar política de utilização de software livre nas estações de trabalho da Enap	Atender a Orientação da Presidência da Republica	Demanda em análise de viabilidade